LUMEN FLUENS
ESTUDOS COMPARADOS

HUGO TOMAZETI NETO

LUMEN FLUENS E HANNAH ARENDT: ONDE NOS TOCAMOS, ONDE NOS SEPARAMOS

Estudo Comparado XIII

GOIÂNIA

2026

HUGO TOMAZETI NETO

LUMEN FLUENS E HANNAH ARENDT: ONDE NOS TOCAMOS, ONDE NOS SEPARAMOS

Estudo Comparado XIII

Estudo Comparado XIII da série “Onde nos tocamos, onde nos separamos”, do Lumen Fluens, sobre o Cânon v1.2. Versão 1.1, com as decisões do fundador de 31 de outubro de 2026. Preparado com assistência de inteligência artificial (Claude, Anthropic) sob direção e revisão do autor.

GOIÂNIA
2026

A luz não se acende — ela se revela.

Cânon Lumen Fluens, v1.2, Os Quatro Pilares, I

RESUMO

Este estudo compara a filosofia de vida Lumen Fluens, em seu Cânon v1.2, com o pensamento de Hannah Arendt, seguindo o princípio da série de Estudos Comparados: apresentar a doutrina visitada em sua melhor forma e só depois marcar as fronteiras. Arendt é exposta pelas obras, no inglês do original conferido passagem a passagem — A condição humana, Origens do totalitarismo, Eichmann em Jerusalém, A vida do espírito, Entre o passado e o futuro, Homens em tempos sombrios, Sobre a revolução, as Lições sobre a filosofia política de Kant, O conceito de amor em Santo Agostinho, as cartas a Jaspers e a Scholem — e pela tradição que a lê. É uma das três vozes que o Tratado das Águas Comuns ouve por nome, e o estudo começa pelo que o Tratado tomou dela. Encontra oito pontos de contato (as duas feridas e as Águas Comuns; o estar consigo e a margem; a natalidade e o Flumen; o dois-em-um e o Examinar; “é melhor sofrer o mal” e a integridade; o daimon visível aos outros e o olhar que vê; o juízo do particular e a Bússola; o perdão e o recomeço) e oito fronteiras (a luz pública e a Lux anterior; o espaço de aparição e o rio que não é programa; a ação como a mais alta e o sabbath como não-ato; o “quem” que aparece e a luz que vale sem aparecer; a dignidade que se perde e o valor que não se perde; o perdão que pede outros e a Misericórdia reflexiva; a mentalidade alargada e o veto sem voz externa; a irreflexão e o lobo por autoria). Propõe a fórmula “o Lumen Fluens aceita de Arendt a pluralidade e recusa a aparição”, reúne o que Arendt oferece ao tratado da justiça, à Regra de Vida, às Fichas e às razões do nome “Águas Comuns”, e entrega ao fundador onze questões, das quais oito novas foram decididas em 31 de outubro de 2026, com a fórmula. Toda citação traz localização por obra, capítulo e seção, com a página da edição, e marcador de verificação; nenhuma edição brasileira foi aberta por inteiro.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Lumen Fluens; pluralidade; natalidade; aparição; mundo comum; filosofia comparada.

ABSTRACT

This study compares the philosophy of life Lumen Fluens, in its Canon v1.2, with the thought of Hannah Arendt, following the principle of the Comparative Studies series: to present the visited doctrine in its best form and only then to draw the borders. Arendt is expounded from the works, in the English of the original checked passage by passage — The Human Condition, The Origins of Totalitarianism, Eichmann in Jerusalem, The Life of the Mind, Between Past and Future, Men in Dark Times, On Revolution, the Lectures on Kant's Political Philosophy, Love and Saint Augustine, the letters to Jaspers and to Scholem — and from the tradition that reads her. She is one of the three voices the Treatise on the Common Waters hears by name, and the study begins with what the Treatise took from her. It finds eight points of contact (the two wounds and the Common Waters; being with oneself and the bank; natality and the Flumen; the two-in-one and the Examining; "it is better to suffer wrong" and integrity; the daimon visible to others and the gaze that sees; the judgment of the particular and the Compass; forgiveness and beginning again) and eight borders (the public light and the prior Lux; the space of appearance and the river that is not a programme; action as the highest and the sabbath as non-act; the "who" that appears and the light that is valid without appearing; the dignity that is lost and the worth that is not; the forgiveness that needs others and the reflexive Mercy; the enlarged mentality and the veto without an outer voice; thoughtlessness and the wolf by authorship). It proposes the formula "Lumen Fluens accepts from Arendt plurality and refuses appearance", gathers what Arendt offers to the treatise on justice, to the Rule of Life, to the Fichas and to the reasons for the name "Common Waters", and hands the founder eleven questions, eight of them new and decided on 31 October 2026 together with the formula. Every quotation carries a location by work, chapter and section, with the page of the edition, and a verification marker; no Brazilian edition was opened in full.

Keywords: Hannah Arendt; Lumen Fluens; plurality; natality; appearance; common world; comparative philosophy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

[V-pt] / [V-en] / [V-es]	citação conferida em edição portuguesa, inglesa ou espanhola
[V-en] / [V-de]	citação de Arendt conferida no inglês do original ou no alemão
[V-extr]	citação de autor da tradição conferida em edição estrangeira
[V via secundária]	citação lida por intermédio de outro autor, nomeado no Apêndice A
[tradução do estudo]	tradução de trabalho feita pelo estudo, a partir do francês, do espanhol ou do inglês
[paráfrase]	sentido fiel ao texto; palavras do estudo
[tese a confirmar] / [localização a confirmar] / [página a confirmar]	o que ainda falta conferir
[leitura do estudo] / [inferência do estudo] / [hipótese do estudo]	marcas de autoria do estudo, distintas das três vozes
decisão n.º 1–7	decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII
decisão n.º 1–12 (19/10)	decisões do fundador de 19 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VIII
decisão n.º 1–13 (23/10)	decisões do fundador de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo IX, numeradas como no Prólogo daquele estudo
decisão n.º 1–10 (23/10, Estudo X)	decisões do fundador de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo X, numeradas como no Prólogo daquele estudo
decisão n.º 1–11 (31/10, Estudo XI)	decisões do fundador de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XI, entregue no mesmo dia
decisão n.º 1–11 (31/10, Estudo XII)	decisões do fundador de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XII, numeradas como no Prólogo daquele estudo
decisão n.º 1–12 (31/10, Estudo XIII)	decisões do fundador de 31 de outubro de 2026 sobre este estudo, numeradas na seção 1.2
Cânon v1.2	Cânon do Lumen Fluens, versão 1.2 (agosto de 2026), texto publicado
vita activa	a vida ativa: labor, trabalho e ação, posta diante dos ritmos do cânon
dois-em-um	o diálogo silencioso de mim comigo, critério da margem no Tratado das Águas Comuns
estar só / desolação / isolamento	a convenção do estudo para *solitude*, *loneliness* e *isolation*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O ESTADO DA QUESTÃO E O MÉTODO 10
1.1 Como ler este estudo 12
1.2 Decisões do fundador (versão 1.1, 31 de outubro de 2026) 15
1.3 O que as prévias anteciparam 17
2 ARENDT EM SUA MELHOR FORMA 19
2.1 Uma vida e uma obra entre duas línguas 19
2.2 O totalitarismo e os homens supérfluos 20
2.3 Labor, trabalho e ação 20
2.4 A natalidade e a pluralidade 21
2.5 O espaço de aparição, o “quem” e o poder 23
2.6 O perdão e a promessa 23
2.7 O público, o privado e o social 24
2.8 A liberdade como começo e a revolução 25
2.9 A banalidade do mal 26
2.10 O pensar, o querer e o julgar 27
2.11 O que ela deixa: Little Rock, o social, a dignidade sem natureza 28
2.12 O que um leitor do Lumen Fluens deve levar daqui 29
3 ONDE NOS TOCAMOS 30
3.1 As duas feridas e as Águas Comuns 30
3.2 O estar consigo e a margem 31
3.3 A natalidade e o Flumen 32
3.4 O dois-em-um e o Examinar 33
3.5 “É melhor sofrer o mal” e “eu sem a minha luz sou uma mentira” 34
3.6 O *daimon* visível aos outros e o olhar que vê 34
3.7 O juízo do particular e a Bússola 35
3.8 O perdão, a promessa e o recomeço 36
4 ONDE NOS SEPARAMOS 38
4.1 A luz pública e a Lux anterior 38
4.2 O espaço de aparição e o rio que não é programa 39
4.3 A ação como a mais alta e o sabbath como não-ato 40
4.4 O “quem” que aparece e a luz que vale sem aparecer 42
4.5 A dignidade que se perde e o valor que não se perde 43
4.6 O perdão que pede outros e a Misericórdia reflexiva; a promessa a outro e o Abri 44
4.7 A mentalidade alargada e o veto sem voz externa 45
4.8 A irreflexão, a banalidade e o lobo por autoria; a compaixão apolítica e o Abrigo 46

5 ARENDT E AS CASAS QUE JÁ VISITAMOS 49
5.1 Sócrates, Platão e Aristóteles: o pensar, a troca do agir pelo fazer, a *praxis* 49
5.2 Agostinho: a tese de 1929, a natalidade, a vontade 50
5.3 O estoicismo: Epicteto e Catão no dois-em-um; a cidadela interior 51
5.4 O cristianismo: Jesus e o perdão; Paulo e a vontade; o amor antimundano 52
5.5 Hegel e Marx: o processo, a história, o labor 53
5.6 O existencialismo: Heidegger, Jaspers, Kierkegaard 53
5.7 Levinas e Ricoeur: a pluralidade e o rosto; o "quem" e o perdão 54
5.8 Buber, Mounier e Taylor: as três vozes do Tratado e a porta do Estudo XV 55
5.9 O que não há: o Oriente 55
5.10 O padrão 56

6 PRÉVIAS: AUTORES QUE VIRÃO 57
6.1 Gabriel Marcel 57
6.2 Karl Jaspers 59
6.3 Charles Taylor 60

7 SÍNTESE, FÓRMULA E QUESTÕES ABERTAS 62
7.1 O que o estudo encontrou 62
7.2 A fórmula 63
7.3 Questões abertas 64
7.4 O que Arendt oferece 66
7.5 A lamparina 67

REFERÊNCIAS 69

APÊNDICE A — FONTES CITADAS, POR CAPÍTULO 80

APÊNDICE B — CONFERÊNCIAS PENDENTES 102

APÊNDICE C — PAINEL DE VERIFICAÇÃO 105

1 INTRODUÇÃO: O ESTADO DA QUESTÃO E O MÉTODO

Gênero: Estudo Comparado · Nível: avançado · Parte do cânon: todo o cânon, em diálogo externo — em especial as Águas Comuns e a margem (a pluralidade, o mundo comum, o estar consigo), o Flumen e a Mutatio (o começo), o Examinar (o dois-em-um do pensar), a Bússola (o juízo do particular), a Regra da Misericórdia e o Abrigo (o perdão e a promessa), a Vigília e o lobo (a irreflexão), a Lux (a luz do público e a luz anterior), o sabbath do fluxo (a ação e o não-ato)
Princípio da série — Comparar não é competir. Cada estudo honra a doutrina visitada apresentando-a em sua melhor forma, e só então marca as fronteiras. Uma filosofia que precisa diminuir as outras para existir não confia na própria luz.
Versão 1.1, 31 de outubro de 2026 — com as decisões do fundador (ver o Prólogo). Versão 1.0, para validação: 31 de outubro de 2026.

Hannah Arendt é a quarta da ordem que o fundador fixou em 23 de outubro de 2026, e a primeira contemporânea depois dos três clássicos: Platão, Aristóteles, Agostinho; depois Arendt, Marcel e Jaspers, Taylor (decisões do fundador de 23 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo IX, n.º 11). É a autora que a série mais vezes anunciou sem visitar: cinco prévias a ouviram (Estudo VII, 5.4; IX, 5.4; X, 5.3; XI, 6.2; XII, 6.1), e os Estudos as contam de modos diferentes, porque o IX conta também o Tratado das Águas Comuns como visita; este estudo diz “cinco prévias e o Tratado” e não corrige os anteriores. E é uma das três vozes que o Tratado das Águas Comuns ouve por nome, ao lado de Mounier e Buber. Dela o Tratado toma “a peça que mais se ajusta”: o mundo comum que acaba de dois modos, no isolamento radical e na massa, “são, em outra língua, as duas feridas; ela as diz em tirania e histeria de massa, e toma-se só a estrutura”; e o critério que separa a margem do abandono: “Estar consigo é o dois-em-um do pensar, em que cada um se faz companhia sem deixar o mundo dos seus semelhantes; desolação é a perda de si que vem de não pertencer ao mundo” (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”; ver 3.1 e 3.2).

E marca a fronteira: o mundo dela é “artefato durável, espaço público de ação e discurso”; “o rio do cânon é o fluxo, mais largo e mais humilde que o espaço público, e não é programa político”; “a sua luz é pública e derivada […], e no cânon a Lux vem antes” (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”; ver 4.1 e 4.2). Aqui o toque é de letra, como foi com Agostinho, e o estudo começa pelos lugares em que o cânon a nomeia: mede o que o Tratado tomou, o que recusou e o que deixou sem dizer.

Depois do giro de Platão, do exercício de Aristóteles e do dentro de Agostinho, as três fórmulas que o fundador adotou, a série encontra uma pensadora do entre: do que está entre as pessoas, do mundo que, “como todo entre, relaciona e separa os homens ao mesmo tempo” (*A condição humana*, cap. II, §7; ver 2.7) [V-en; tradução do estudo]. O cânon é

uma doutrina do dentro que termina no nós: as Águas Comuns fecham a ordem dos elementos. O teste é duplo: onde o entre de Arendt e o rio do cânon são a mesma estrutura, e onde a direção se inverte [leitura do estudo].

A resposta curta, que o estudo inteiro desdobra: Arendt entra no Lumen Fluens pela pluralidade e pelo estar consigo, e encontra duas fronteiras, a da direção e a da aparição. Entra pela pluralidade, porque "homens, e não o Homem" habitam a terra e "ninguém é jamais o mesmo" que outro (*A condição humana*, cap. I, §1; ver 2.4) [V-en; tradução do estudo], e o cânon diz que a luz é "pessoal, nunca individual" (Cânon v1.2, "As Águas Comuns") e que "cada luz é singular, e é por isso que há algo a entregar" (Tratado das Águas Comuns, "Definição"; ver 3.1). Entra pelo estar consigo, porque o dois-em-um do pensar é a companhia que cada um se faz sem deixar o mundo, e o Tratado já fez dele o critério da margem: "Quem atraca está consigo, não desolado, e continua no rio" (Tratado das Águas Comuns, "Fundamentação"; ver 3.2) [leitura do estudo].

Encontra a fronteira da direção, porque em Arendt até o "crepúsculo" das vidas privadas "deriva, em última análise" da "luz muito mais dura" do domínio público (*A condição humana*, cap. II, §7; ver 2.7 e 4.1) [V-en; tradução do estudo], e no cânon "a luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la" (decisão n.º 3 de 17 de outubro de 2026).

E encontra a fronteira da aparição, porque o "quem" de Arendt só se mostra no agir e no falar, como o *daimon* grego, "visível apenas" para os que ele encontra (*A condição humana*, cap. V, §25; ver 2.5 e 4.4) [V-en; tradução do estudo], uma vida sem fala e sem ação está "literalmente morta para o mundo" (cap. V, §24; ver 2.7 e 4.3) [V-en; tradução do estudo], e, numa das duas leituras que a tradição faz de *Origens do totalitarismo*, quem perde o lugar no mundo perde o que o faz contar (cap. 9; ver 2.2 e 4.5); o cânon diz que "a luz não precisa provar que existe" (Cânon v1.2, "Regra de Vida", Ritmo semanal) e que o valor é "anterior a qualquer conquista ou circunstância" (Cânon v1.2, "Os Quatro Pilares", I, "Princípio"). Arendt não dá nome à Luz e não tem luz interior; a sua luz é a do espaço onde os homens aparecem uns aos outros, e o estudo não faz do espaço de aparição, do mundo comum, da pluralidade nem da natalidade um nome da Luz, nem lê o cânon como política: o rio "não é programa político" (ver 4.2) [leitura do estudo].

O estudo propõe ao fundador uma fórmula, e só ele pode adotá-la (7.2): **o Lumen Fluens aceita de Arendt a pluralidade e recusa a aparição.** Aceita a pluralidade como estrutura, não como palavra: o que está entre as pessoas é real, ninguém se reduz ao indivíduo, ninguém se dissolve no grupo. O que o Tratado das Águas Comuns tomou foi a estrutura das duas feridas ("toma-se só a estrutura"), e que ela seja a pluralidade de Arendt é leitura do estudo (3.1); a palavra "pluralidade" não consta de nenhum escrito do cânon e, se o fundador adotar a fórmula, entra na fórmula, não na letra. Recusa a aparição como condição: não o espaço de aparição, que é de Arendt e fica com ela, nem a ação, que o

cânon não julga, mas a ideia de que o que uma pessoa é, ou vale, dependa de ser vista — o que faz, em Arendt, o "quem" só existir ao aparecer, a luz até do íntimo vir do público e, numa das duas leituras, a pessoa perder com o lugar no mundo o que a faz contar (4.1, 4.3, 4.4, 4.5) [leitura do estudo]. O que mais a fórmula diga depende de perguntas que o capítulo 7 reúne — sobretudo de (bd), se a palavra e a vez, bens que mantêm as águas, podem ser lidas ao lado da ação e do discurso de Arendt sem que o rio vire espaço público, e de (bc), se a fronteira da série, "nenhuma pessoa está fora da Lux" (decisão n.º 6 de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XII), se diz também diante de quem perde o lugar no mundo.

1.1 Como ler este estudo

Três vozes atravessam o texto e permanecem separadas. Arendt diz o que está nas obras, citado e localizado por obra, capítulo e seção, com a página da edição nas Fontes: *A condição humana* antes de tudo, *Origens do totalitarismo*, *Eichmann em Jerusalém*, *A vida do espírito*, *Entre o passado e o futuro*, *Homens em tempos sombrios*, *Responsabilidade e julgamento*, *Sobre a revolução*, as *Lições sobre a filosofia política de Kant*, *O conceito de amor em Santo Agostinho*, as cartas a Jaspers e a Scholem. A tradição lê o que um intérprete nomeado faz do texto: Adriano Correia, André Duarte, Celso Lafer, Odílio Alves Aguiar, Eduardo Jardim, Helton Adverse, Bethânia Assy, Margaret Canovan, Elisabeth Young-Bruehl, Seyla Benhabib, Dana Villa, Richard Bernstein, Jerome Kohn, Ronald Beiner, Joanna Vecchiarelli Scott e Judith Chelius Stark, Paul Ricoeur, e os leitores brasileiros e portugueses por cujas páginas muitas passagens chegaram até aqui. O cânon responde com as palavras do Cânon v1.2, dos três Tratados, da Disputatio, do Catecismo, das Meditações Práticas e das decisões do fundador, sempre pelo nome do elemento: Lux, Flumen, Mutatio, Corpus, Bússola, Abrigo, Vigília, Águas Comuns, a margem, Regra da Misericórdia, Examinar, Revisão do rio, sabbath do fluxo.

"Nas fontes do cânon" quer dizer o Cânon v1.2, os Tratados, a Disputatio, o Catecismo, as Meditações e as decisões. As Fichas dos Estudos I a VII são apontamentos do fundador, não cânon, e se citam como tais; os Estudos VII a XII entram como leitura anterior e se citam como tais. O que passa das três vozes é do estudo, e vem marcado: [leitura do estudo], [inferência do estudo], [hipótese do estudo]. O estudo não decide: propõe e pergunta.

As citações trazem marcadores de verificação, e este estudo tem limites que convém declarar na primeira página. As obras de Arendt estão sob direitos, e o texto integral raramente está aberto: o inglês foi conferido, passagem a passagem, no que os intérpretes citam, no que as bibliotecas digitais deixam ver e nas cópias abertas de *A condição humana* (Chicago, 1958, cuja paginação a 2.ª edição de 1998 conserva) e de *Origens do totalitarismo* (Harcourt). Em espanhol foram lidos *A vida do espírito* e as *Lições sobre a*

filosofia política de Kant (Paidós), o elogio a Jaspers e *Origens* (Taurus), e é desses textos que vêm os marcadores [V-es]; “Thinking and Moral Considerations” chega por intermédio de Bethânia Assy.

Das edições brasileiras e portuguesas, nenhuma foi aberta por inteiro. Foram lidos em trechos, em português, *Eichmann em Jerusalém* (José Rubens Siqueira, numa cópia sem marcas de página), *O conceito de amor em Santo Agostinho* (Alberto Pereira Dinis, Lisboa), a carta a Scholem em *Escritos judaicos* (Mascaro, Oliveira e Silva) e o ensaio sobre Heidegger (Bazar do Tempo). O português de *A condição humana* (Roberto Raposo, Forense Universitária) e o de *Origens* (Raposo, Companhia das Letras) chegam por quem os cita, e a paginação da *Condição humana* mudou na 11.ª edição, revista por Adriano Correia, em 2010 — por isso as páginas em português vêm só onde a fonte diz de que edição são, e as demais são as de Chicago. *Entre o passado e o futuro* (Mauro Barbosa), *Homens em tempos sombrios* e *Sobre a revolução* (Denise Bottmann), *Responsabilidade e julgamento* (Rosaura Eichenberg) e as *Lições* (André Duarte) não foram abertos; as páginas de *Sobre a revolução* vêm só de intérpretes. A versão alemã de *A condição humana*, *Vita activa* (Piper), chega por fontes secundárias, e a divergência que o estudo registra com o inglês (2.4) fica [divergência a confirmar]; o alemão de *Eichmann* (2.9), também. A tese de 1929 foi lida na tradução de Pereira Dinis, e a fórmula do *initium* e o termo “natalidade” chegam por Maria de Lurdes Santos e por Stark. Marcel, Jaspers e Taylor, no capítulo 6, não foram abertos no texto próprio e vão por paráfrase marcada.

Por isso [V-en] indica que a passagem foi conferida no inglês do original; [V-de], no alemão; [V-es], na edição espanhola; [V-pt: tradutor], na edição brasileira ou portuguesa nomeada; [V-xx via secundária: autor], que a passagem foi lida numa língua dentro de outro texto; [Ficha, não cânon], que a frase é das Fichas. [tradução do estudo] diz que o português é do estudo, com o original nas Fontes. [paráfrase] diz que há a tese sem a letra. [tese a confirmar], [localização a confirmar] e [página a confirmar] dizem o que falta conferir, e o estudo prefere uma lacuna marcada a uma citação falsa. Nas Fontes de cada capítulo a ordem dos marcadores é fixa: inglês ou alemão, tradução, natureza. As teses dos intérpretes vêm, em maioria, como [tese a confirmar]: a pesquisa de fontes do estudo confirmou a existência das obras e, salvo nos artigos lidos por inteiro, não leu o conteúdo. Dentro das aspas fica a grafia da edição, inclusive a de Portugal; fora delas, o português do Brasil.

Três palavras de Arendt pedem uma convenção, porque “as traduções repartem de modos opostos”, como o Tratado das Águas Comuns avisou sem dizer quais (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”): o estudo verte *loneliness* por “desolação” e *isolation* por “isolamento”, com Lafer e André Duarte e contra Raposo, que dá “solidão” a *loneliness*; e *solitude* por “estar só”, como Raposo, e “estar consigo” na voz do estudo. O quadro das traduções está em 2.10, dito aqui e lá.

Cuidados de vocabulário, que o capítulo 2 enumera (2.12) e cada capítulo repete onde trabalha. “Luz”, em Arendt, é a do domínio público; “a Lux” é a de cada pessoa, e fica sem nome. “Mundo” é o artefato durável e o espaço de aparição; o cânon diz “mundo compartilhado” (Cânon v1.2, “A Arquitetura”), e o estudo não aproxima o mundo de Arendt de nenhuma outra ocorrência da palavra no cânon. “Ação” é a *praxis* entre outros; o cânon tem o ato do lobo e a “ação concreta” do Legado (Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Ritmo de estação). “Pessoa” é, em Arendt, também a máscara; no cânon, “pessoal, nunca individual”. “Solidão” é palavra que o estudo não usa em tradução própria. “Público” e “privado”: “Ninguém navega um rio privado” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”) não é o privado de Arendt. “Começo” é a natalidade; o cânon diz “ninguém começa do zero” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, II, “Princípio”). “Perdão” é dela; a Regra da Misericórdia “retoma”, e “perdão” só ocorre em duas decisões do fundador sobre o Estudo IX. “Promessa” ocorre, entre as letras, como a que se faz a si mesmo (Meditações) e como “presença, não vitória” (Vigília); nenhuma é a promessa dita a outro e mantida diante dele, e o compromisso do Abrigo, que o Estudo IX disse o uso mais próximo, a letra diz “comprometer-se”. “Juízo” e “pensar” são dela; a Bússola veta, e o Examinar pergunta. “Social” é o que Arendt recusa, e o cânon não tem; a decisão n.º 10 de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XI registra a distinção “junto às razões do nome ‘Águas Comuns’, sem esperar o estudo dela”, e nenhum escrito do cânon recebeu ainda o registro — o estudo o diz como fato. “Mal radical” e “banal” são dela; o cânon tem a noite e o lobo. “Terceiro” ganha mais um sentido na série, o terceiro domínio, o social. O latim e o grego vão em itálico só nas fórmulas que a própria Arendt usa, com a tradução na primeira ocorrência. “Eterno” tem uma só letra, “O eterno dança no tempo” (Cânon v1.2, “Origem”), e “fonte” só ocorre na decisão n.º 3 de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo X, para dizer que “a fonte continua sem nome no cânon”; o estudo não usa nenhuma das duas como nome.

Quando um capítulo diz que Arendt não trata de algo, a afirmação vale só para as obras e passagens que o estudo leu. Quando diz que a letra do cânon não traz uma palavra, vale com a extensão que a pesquisa de fontes do estudo conferiu — e o cânon usa “ação”, “pensar”, “juízo” e “liberdade”, sem ter nenhuma delas como termo de doutrina.

O estudo segue a regra da série: comparar não é competir. Arendt é exposta primeiro em sua melhor forma, pelas obras, na ordem do pensamento (capítulo 2), e o que ela deixa — Little Rock, o social recusado, a compaixão fora da política, a dignidade que se perde com o lugar no mundo — é dito com clareza no mesmo capítulo, sem desculpa de época e sem anacronismo acusatório; a biografia não é doutrina. Só depois se procura onde o cânon já anda ao seu lado (capítulo 3), começando pelos lugares em que o Tratado a nomeia, e onde se separa dela (capítulo 4), e o capítulo 4 é o único que numera as perguntas, de (aw) a (bd); as letras seguem às do Estudo XII, que vão de (ao) a (av).

O capítulo 5 pergunta o que cada casa que a série já visitou recebeu de Arendt ou lhe opôs: Sócrates, Platão e Aristóteles; Agostinho, de quem toma o começo; o estoicismo, de que ela cita Catão e Epicteto no dois-em-um sem recusar nominalmente a cidadela interior (5.3); o cristianismo, de quem toma o perdão e recusa o amor como força política; Hegel e Marx; o existencialismo de Heidegger e Jaspers; Levinas e Ricoeur; Buber, Mounier e Taylor; e, com honestidade, o que não há: o Oriente. Dele sai um padrão: as casas recebem dela a pluralidade e o começo, e decidem cada uma o que fazer com o público. O capítulo 6 abre as portas seguintes: Marcel e Jaspers, juntos, e Taylor, nos Estudos XIV e XV segundo o plano da série [inferência do estudo]. O capítulo 7 reúne a síntese, a fórmula, as questões que o estudo deixa abertas, numa só lista, e o que Arendt oferece à Regra de Vida, ao tratado da justiça, às Fichas e às razões do nome “Águas Comuns”. Seguem as fontes do Prólogo e as de cada capítulo, a bibliografia, as conferências pendentes e o painel de verificação.

As decisões do fundador de 17 de outubro de 2026 (numeradas como no Prólogo do Estudo VII, n.º 1 a 7), de 19 de outubro (como no Prólogo do Estudo VIII, n.º 1 a 12), de 23 de outubro sobre o Estudo IX (n.º 1 a 13) e sobre o Estudo X (n.º 1 a 10), e de 31 de outubro sobre o Estudo XI (n.º 1 a 11) e sobre o Estudo XII (n.º 1 a 11) valem como palavra dele e não são reabertas; as duas listas de 23 de outubro e as duas de 31 de outubro vão sempre com o nome do estudo. Nenhuma delas foi tomada sobre Arendt, mas ela é nomeada em quatro lugares: na n.º 11 de 23 de outubro sobre o Estudo IX, que a põe na ordem dos clássicos; na n.º 10 de 31 de outubro sobre o Estudo XI, que registra a distinção dela entre o político e o social junto às razões do nome “Águas Comuns”; e na frase que fecha cada uma das duas listas de 31 de outubro. A n.º 5 de 17 de outubro não a nomeia: diz que o lobo é quem inflige o mal “com ou sem intenção; a irreflexão não é noite”, e foi tomada diante da objeção que o Estudo VII fez em nome dela.

Quando o estudo relaciona a Arendt as demais — o olhar que apenas vê (n.º 3 de 19 de outubro), a mão que retoma (n.º 4 de 17 de outubro), o perdão da vítima ao lobo (n.º 3 de 23 de outubro sobre o Estudo IX), a pessoa e a história em registros distintos (n.º 4 sobre o Estudo IX), o veto sem voz externa (n.º 7 de 23 de outubro sobre o Estudo X), a Bússola que percebe o caso (n.º 4 de 31 de outubro sobre o Estudo XI), o sabbath como não-ato (n.º 8 sobre o Estudo XI), os três presentes como leitura (n.º 4 de 31 de outubro sobre o Estudo XII) —, pergunta se a leitura vale, e marca. A Antífona, parte do cânon, não é tratada neste estudo.

1.2 Decisões do fundador (versão 1.1, 31 de outubro de 2026)

O fundador leu a versão 1.0 e respondeu ao que o estudo lhe perguntava. As decisões valem como palavra dele e são numeradas à parte das de 17 de outubro (Estudo VII), das de 19 de outubro (Estudo VIII), das de 23 de outubro sobre os Estudos IX e X e

das de 31 de outubro sobre os Estudos XI e XII, tomadas no mesmo dia que estas; as três listas de 31 de outubro vão sempre com o nome do estudo: as desta lista são citadas como “decisão n.º N de 31 de outubro sobre o Estudo XIII”. Não alteram o texto do Cânon v1.2: fixam como o cânon deve ser lido nos pontos em que o estudo perguntou; uma delas (n.º 10) manda acrescentar uma frase a um Tratado, com redação que o fundador aprovará à parte. No corpo, cada questão decidida leva a marca “[Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º N): …]”.

1. **A fórmula** está adotada: o Lumen Fluens aceita de Arendt a pluralidade e recusa a aparição. A pluralidade entra como estrutura, não como palavra da letra; a aparição recusada é a condição de que o que a pessoa é, ou vale, dependa de ser vista — não o espaço de aparição, que é de Arendt e fica com ela.
2. **A natalidade lê-se ao lado do Flumen e do recém-nascido do Catecismo** (questão (aw)): como leitura, não como glossário; de onde vem o começo fica sem dizer, e a Lux não depende do começo.
3. **O dois-em-um cabe na letra do Examinar** (questão (ax)): como leitura, sem receber o nome de pensar nem de vida examinada.
4. **A margem é “estar consigo”** (questão (ay)): o critério que o Tratado das Águas Comuns tomou de Arendt passa a glossário da margem.
5. **O compromisso do Abrigo é a promessa dita a outro** (questão (az)): “se compromete a ser lugar seguro no rio” lê-se ao lado da promessa de Arendt, mantida diante de quem a recebe; é leitura, e a pergunta que o Estudo IX deixou pela Vigília está respondida pelo Abrigo.
6. **A mentalidade alargada cabe na Bússola** (questão (ba)): o caso que a Bússola percebe inclui as perspectivas dos outros, e o veto continua sem voz externa (decisão n.º 7 de 23 de outubro sobre o Estudo X).
7. **A irreflexão é figura do lobo “sem intenção”, como leitura** (questão (bb)): ao lado do Catecismo, 35; e o Examinar é o que a irreflexão dispensa — a hipótese do Estudo VII está adotada e dá razão à redação pendente da Regra de Vida (decisão n.º 9 de 19 de outubro).
8. **A fronteira da série alcança quem perde o lugar no mundo** (questão (bc)): “nenhuma pessoa está fora da Lux” diz-se também diante da superfluidade, como terceiro padrão da série, ao lado das fronteiras de (al) do Estudo XI e (as) do Estudo XII.
9. **A palavra e a vez leem-se ao lado da ação e do discurso** (questão (bd)): como leitura; o rio continua sem ser programa político. A condição da fórmula está cumprida.

10. **O registro da distinção de Arendt fica no Tratado das Águas Comuns:** uma frase na “Fundamentação”, com redação a aprovar pelo fundador, recebe o que a decisão n.º 10 de 31 de outubro sobre o Estudo XI registrou junto às razões do nome.
11. **Registros adotados**: Catão e Epicteto entram na Ficha do Estudo II, ao lado de Sócrates; o Jesus do perdão e o Paulo da vontade dividida, como Arendt os lê, entram na revisão da Ficha do Estudo III como matéria do interlocutor; o totalitarismo e a superfluidade ficam como nota ao Estudo VII, porta de (k), até o estudo de Marx; a hipótese do Estudo VII — a Lux do lado da dignidade, o reconhecimento do lado da identidade — fica registrada como leitura, com o “quem” de Arendt do lado da identidade.
12. **Publicação** como o Estudo XII: integral, resumo trilíngue e nota de decisões.

Continuam abertas (j) e (k); (g) fica aberta até o tratado da justiça.

1.3 O que as prévias anteciparam

Cinco estudos escreveram a prévia de Arendt antes da pesquisa de fontes do estudo, e ela confirmou o essencial e recebeu as tarefas que seguem. O VII pôs a natalidade diante do Flumen, “ninguém começa do zero” e o nascimento como começo lidos como polos, e a irreflexão diante do lobo; o fundador decidiu o lobo (n.º 5 de 17 de outubro) e deixou sem decisão a hipótese de que o Examinar seja a reflexão que a irreflexão dispensa. A letra mostra que o terreno não é virgem: o Catecismo já diz “agir sem pensar não é noite” (Catecismo, 35), e a decisão n.º 9 de 19 de outubro mandou o Examinar olhar o dano que não se quis; a pergunta (bb) parte das duas (3.4, 4.8). O VII pôs também o perdão que pede outros diante da Regra reflexiva (questão (b)), e o fundador decidiu a mão (n.º 4 de 17 de outubro). O IX trouxe o par perdão e punição, por Ricoeur, e o fundador deixou o perdão da vítima ao lobo para o tratado da justiça (n.º 3 de 23 de outubro sobre o Estudo IX); o que resta ao estudo é medir se a Regra é perdão, e a hipótese é que não: ela desfaz o nó da falha consigo, e o perdão de Arendt desfaz o nó da ação entre outros (4.6). O IX perguntou ainda, sem letra, se a presença que a Vigília “promete” é a promessa de que Ricoeur fala, e pôs o compromisso do Abrigo como o uso mais próximo; este estudo recebe a pergunta, deslocada para o Abrigo, como (az) (3.8, 4.6).

O X perguntou se o dois-em-um cabe no Examinar sem o nome de pensar nem de vida examinada, e o estudo a recebe como (ax) (3.4, 4.3). O XI perguntou se o rio comporta a *praxis* e a amizade cívica sem virar espaço público, sem lhe dar letra; a n.º 5 de 31 de outubro sobre o Estudo XI respondeu à amizade (toda nas Águas Comuns; o Abrigo não pede retorno), e a *praxis* entra em (bd) (4.2); perguntou também se a natalidade de Agostinho pode ser posta ao lado da Mutatio sem que a Lux passe a depender do começo, e o estudo a junta a (aw) (3.3). O XII perguntou se o Flumen e o recém-nascido do Catecismo

podem ser lidos ao lado da natalidade “como leitura e não como glossário, sem que se diga de onde vem o começo” (Estudo XII, 6.1), e o estudo a recebe como (aw) (3.3, 4.4); o XII disse também que “há um intervalo que o estudo de Arendt poderá medir” entre o companheiro que não se pode deixar e a companhia que não deixa o mundo, e a medida está em 2.4.

Uma conferência: o Estudo VII citou “ninguém pode perdoar a si mesmo […]; perdoar e prometer em solidão ou isolamento ficam sem realidade” como uma passagem de *A condição humana*, p. 237 (tradução do Estudo VII, 5.4), e a pesquisa confirmou que o VII estava certo: é uma frase só, nessa página; mas “solidão” ali verte *solitude*, e este estudo diz “no estar só ou no isolamento” (2.6). A razão mais funda de que ninguém se perdoe está na p. 243, no fim do mesmo §33: o “quem” que só os outros veem (2.6, 4.4). E uma precisão: a fórmula do *initium ut esset* (“para que houvesse um começo”), de Agostinho (*A condição humana*, cap. V, §24; ver 2.4) [V-en; tradução do estudo], não consta da edição de 1929 da tese, que traz o nascimento por *generatione* e parte de *caritas* e *cupiditas*; “natalidade” entra na edição inglesa de 1996, por acréscimo, e a leitura de Canovan é disputada (2.4, 5.2).

2 ARENDT EM SUA MELHOR FORMA

Arendt é a primeira dos que seguem os três clássicos, por palavra do fundador (decisão n.º 11 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX: “A ordem dos clássicos: Platão (Estudo X), Aristóteles, Agostinho; depois Arendt, Marcel e Jaspers, Taylor”). A série a anunciou em cinco prévias (Estudos VII, IX, X, XI e XII), e o Tratado das Águas Comuns a ouve por nome. Neste capítulo fala Arendt; a tradição entra, com intérprete nomeado, para situá-la, e o cânon só é apontado em 1.12. O percurso segue a ordem do pensamento, e não a das datas. Quando uma palavra é homônima (o cânon e Arendt a escrevem igual e a entendem de modo diferente), o estudo avisa.

2.1 Uma vida e uma obra entre duas línguas

A vida de Arendt cabe em poucas datas, e em duas delas as fontes não coincidem.

Hannah Arendt nasce em 14 de outubro de 1906, em Linden, perto de Hannover; a família volta a Königsberg em 1909, e o pai morre em 1913. Estuda em Marburgo, em 1924, com Heidegger, passa um semestre em Friburgo, com Husserl, e em 1926 está em Heidelberg, com Jaspers. A tese, *Der Liebesbegriff bei Augustin* (“O conceito de amor em Agostinho”), é de 1928 ou de 1929, conforme a fonte; em 1929 ela se casa com Günther Stern. Em 1933 a Gestapo a prende por pesquisar o antissemitismo na Biblioteca Estatal da Prússia; ela passa oito dias detida e foge, por Praga e Genebra, para Paris. Casa-se com Heinrich Blücher em janeiro de 1940, é internada em Gurs em maio e sai após cerca de quatro semanas; chega a Lisboa em janeiro de 1941 e a Nova York em maio [V-en via secundária: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*].

Origens do totalitarismo é de 1951; a cidadania americana é de 10 de dezembro de 1951 (outro trecho do verbete dá 1950). *A condição humana* é de 1958. Em 1961 ela vai a Jerusalém; Eichmann é enforcado em 31 de maio de 1962, e cinco artigos na *The New Yorker*, em fevereiro de 1963, e o livro do mesmo ano abrem a controvérsia. Ensina em Chicago (1963–1967) e na New School (desde 1967). Morre em 4 de dezembro de 1975; na máquina de escrever ficou a folha de rosto de “Julgar”, com duas epígrafes, o livro que completaria *A vida do espírito* [V-en via secundária: *Stanford Encyclopedia*].

Escreve em duas línguas. A tese é em alemão; os livros de 1951, 1958 e 1963 são em inglês; *Vita activa oder Vom tätigen Leben* (“*Vita activa* ou da vida que age”, 1960) é a versão alemã de *A condição humana*, e que ela mesma a tenha preparado está por confirmar [paráfrase; tese a confirmar].

A tradição brasileira lê a obra toda por um fio. Correia escreve que “Hannah Arendt compreendia o político antes de tudo como resultado do amor ao mundo” (“Hannah Arendt (1906–1975)”) [V-pt; página a confirmar]. *Amor mundi* (“amor ao mundo”) é fórmula da própria Arendt e volta em 1.4. Do que a vida lhe mostrou nasce o primeiro livro.

2.2 O totalitarismo e os homens supérfluos

Origens do totalitarismo parte de uma perda, e não de um princípio: o que acontece com quem perde o lugar onde sua palavra e seu ato contam.

Arendt diz que “a privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, antes de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne as opiniões significativas e as ações eficazes”. Daí o “direito a ter direitos”, de que só nos demos conta, escreve, “quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los”; ele quer dizer viver “num quadro em que se é julgado por ações e opiniões”. E o mundo “nada encontrou de sagrado na nudez abstrata de ser humano” (*Origens do totalitarismo*, cap. 9) [V-en; tradução do estudo].

A palavra “supérfluo” está na carta a Jaspers de 1951 e em *Origens* (cap. 12 e cap. 13): “O mal mostrou-se mais radical do que o esperado. […] tornar os seres humanos, como seres humanos, supérfluos (não usá-los como meio para um fim, o que deixa intacta a sua essência humana e fere só a sua dignidade humana, mas torná-los supérfluos como seres humanos). Isso acontece quando se elimina toda imprevisibilidade, que nos humanos equivale à espontaneidade” (carta a Jaspers, 1951) [V-en via secundária: Bernstein; tradução do estudo]. O alvo do terror é, portanto, o começo que cada um é: “destruir a individualidade é destruir a espontaneidade, o poder do homem de começar algo novo a partir de seus próprios recursos”, e há “crimes que os homens não podem punir nem perdoar” (*Origens*, cap. 12) [V-en; tradução do estudo], marca do que ela chama, em 1951, mal radical; a revisão do termo vem em 1.9.

O capítulo 13, “Ideologia e terror”, dá nome ao vivido. Três palavras ficam separadas: *isolation*, que o estudo verte por isolamento; *loneliness* (em alemão, *Verlassenheit*, literalmente “ser deixado”), por desolação; *solitude* (*Einsamkeit*), por estar só ou estar consigo. As traduções repartem essas palavras de modos opostos, e 2.10 mostra como.

“O que chamamos isolamento na esfera política chama-se desolação na esfera do convívio social”, e as duas “não são a mesma coisa”. “Enquanto o isolamento diz respeito apenas à esfera política da vida, a desolação diz respeito à vida humana como um todo”; é “a experiência de não pertencer ao mundo de modo algum”, e “ser supérfluo é não pertencer ao mundo de modo algum”. O terror a organiza (“desolação organizada”), e com ela se apagam as “poucas chances de que a desolação se transforme em estar só e a lógica em pensamento” (*Origens*, cap. 13) [V-en; tradução do estudo].

Do que se perde com o lugar no mundo passa-se ao que se faz nele.

2.3 Labor, trabalho e ação

A condição humana pergunta pelo que fazemos quando fazemos alguma coisa, e separa três atividades que a língua corrente confunde.

O método é dito no Prólogo: “O que proponho, portanto, é muito simples: nada mais que pensar o que estamos fazendo”. O diagnóstico vem em seguida: a era moderna caminha para “uma sociedade de laboradores sem labor, isto é, sem a única atividade que lhes resta” (*A condição humana*, Prólogo) [V-en; tradução do estudo]. As três atividades têm cada uma a sua condição. O labor (*labor*) acompanha o processo vital do corpo e o ciclo da necessidade; o trabalho (*work*) fabrica coisas duráveis, o mundo artificial em que o mortal habita; a ação corresponde à pluralidade [paráfrase; localização a confirmar]. Sobre a última, a letra é exata: “A ação, a única atividade que se dá diretamente entre os homens, sem a mediação de coisas ou matéria, corresponde à condição humana da pluralidade” (*A condição humana*, §1) [V-en; tradução do estudo].

Os dois tipos humanos têm nome latino: o *animal laborans* (“o animal que labora”) vive para a vida e o consumo; o *homo faber* (“o homem que fabrica”) faz o artifício humano, lar dos mortais (*A condição humana*, §11 e seguintes) [V-en; paráfrase]. A vitória do primeiro é o tema do livro: o ritmo do consumo ameaça o mundo durável, e “o último estágio da sociedade do labor, a sociedade de empregados, exige de seus membros um funcionamento puramente automático” (*A condição humana*, cap. VI) [V-en; tradução do estudo; seção a confirmar].

A hierarquia que ela encontra vem da tradição: a *vita activa* (“vida ativa”) “recebe o seu sentido da *vita contemplativa*” (“vida contemplativa”). Arendt diz que seu uso do termo supõe que a preocupação que anima as suas atividades “não é a mesma, nem é superior ou inferior” à da *vita contemplativa* (*A condição humana*, §2) [V-en; tradução do estudo]. O livro suspende a hierarquia sem invertê-la; a era moderna é que a inverteu sem dissolvê-la, e o *animal laborans* ficou com a vitória [paráfrase; V-en].

O que distingue a ação das outras duas é o que a seção seguinte nomeia: que há muitos, e que cada um começou.

2.4 A natalidade e a pluralidade

O livro põe duas condições na raiz da ação, a pluralidade e a natalidade, e as duas se dizem em frases curtas.

A pluralidade vem primeiro: a ação corresponde “ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo”, e “a pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos o mesmo, isto é, humanos, de tal modo que ninguém é jamais o mesmo que qualquer outro que tenha vivido, viva ou venha a viver” (*A condição humana*, §1) [V-en; tradução do estudo]. A natalidade vem depois: “a natalidade, e não a mortalidade, pode ser a categoria central do pensamento político, distinto do metafísico” (*A condição humana*, §1) [V-en; V-pt via secundária: Silva e Marques], com a cautela do original (“pode ser”). E: “o novo começo inerente ao nascimento só pode fazer-se sentir no mundo porque o recém-

chegado possui a capacidade de começar algo de novo, isto é, de agir" (*A condição humana*, §1) [V-en; tradução do estudo].

No §24 a natalidade se faz "segundo nascimento": "Com a palavra e o ato inserimo-nos no mundo humano, e essa inserção é como um segundo nascimento" (*A condição humana*, §24) [V-en; tradução do estudo]. Ali vem a fórmula de Agostinho: *Initium ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nullus fuit*, "o homem foi criado para que houvesse um começo, e antes dele ninguém existia" (*A condição humana*, §24, com nota a *Cidade de Deus* XII, 20) [V-en; V-pt via secundária: Santana]; a numeração é XII, 20, 4 na Nuova Biblioteca Agostiniana e XII, 21 em Dombart–Kalb (Estudo XII, 6.1). Arendt acrescenta: "Esse começo não é o mesmo que o começo do mundo; não é o começo de algo, mas de alguém, que é ele próprio um iniciante" (*A condição humana*, §24) [V-en; tradução do estudo].

O alemão, lido por fonte secundária, diz que o que havia antes do homem "não é Nada, mas Ninguém" (*nicht Nichts, sondern Niemand*), onde o inglês diz *ante quem nullus fuit* [V-de via secundária: Gerber; tradução do estudo]. A fórmula fecha também o capítulo 13 de *Origens*: "O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. […] Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós" (*Origens*, cap. 13) [V-en; V-pt via secundária: Fernandes]; o estudo não verificou se a passagem constava da edição de 1951.

A tese de 1929 tem outro vocabulário. Nela, o ser particular pertence ao gênero humano "pelo nascimento (*generatione*) e não pela imitação", e a comunidade dos homens "já está sempre lá" (*O conceito de amor em Santo Agostinho*, parte III) [V-pt: Pereira Dinis; página a confirmar]. A fórmula do *initium* não consta da edição de 1929, segundo Santos [V-pt via secundária: Santos]. O Estudo XII (5.7) registrou que a tese parte de *caritas* ("caridade") e *cupiditas* ("cobiça"), e não da natalidade; a edição inglesa de 1996, porém, traz "nascimento ou 'natalidade'" (*birth or 'natality'*) como o fato que determina o homem, e a nota de Stark diz que o termo foi acrescentado depois e que a leitura de Canovan é disputada [V-en via secundária: Stark].

A tradição lê o centro. Canovan escreve que "a mensagem mais animadora de *A condição humana* é o seu lembrete da natalidade humana e do milagre do começo" (introdução à 2.ª edição) [V-en; tradução do estudo]. O amor ao mundo reaparece na educação, que é "o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumir a responsabilidade por ele" (*Entre o passado e o futuro*, "A crise na educação") [V-en; tradução do estudo].

O começo, porém, só aparece a quem o vê, e quem vê é outro: é a questão da aparição.

2.5 O espaço de aparição, o “quem” e o poder

A ação revela quem age, e a revelação pede um lugar e testemunhas.

Arendt diz que, “ao agir e falar, os homens mostram quem são”, e compara esse quem ao *daimon* (o espírito tutelar da religião grega), “que acompanha cada homem ao longo da vida, sempre olhando por cima do seu ombro, por trás, e por isso visível apenas para aqueles que ele encontra” (*A condição humana*, §25) [V-en; tradução do estudo]. O quem mostra-se aos outros, e não a quem o porta. Só se completa em história, e a história é de outros: “ninguém é o autor ou produtor da própria história de vida” (*A condição humana*, §25) [V-en; tradução do estudo]. Ricoeur resume a ligação: “Responder à questão ‘quem?’, como o dissera energicamente Hannah Arendt, é contar a história de uma vida” (*Tempo e narrativa* III) [V-pt via secundária: Estudo IX, 5.4].

O lugar tem nome. O espaço de aparição é “o espaço onde apareço aos outros como os outros aparecem a mim”; vem a ser “onde quer que os homens estejam juntos à maneira da fala e da ação”, e onde as pessoas se reúnem ele está “potencialmente”, mas “só potencialmente, não necessariamente e não para sempre” (*A condição humana*, §28) [V-en; tradução do estudo]. O poder “é o que mantém o domínio público, o espaço potencial de aparição entre homens que agem e falam, em existência” (*A condição humana*, §28) [V-en; tradução do estudo]; não é força nem domínio, e nasce do agir em conjunto [paráfrase; localização a confirmar]. A fragilidade dos assuntos humanos é essa existência potencial: o espaço não sobrevive ao ato [paráfrase; V-en].

O que a ação inicia não se desfaz sozinho, e é aí que entram o perdão e a promessa.

2.6 O perdão e a promessa

As duas faculdades que os §§33 e 34 oferecem contra a fragilidade da ação são as mais citadas do livro; vão aqui na letra, uma a uma.

O perdão responde à irreversibilidade: “a possível redenção do impasse da irreversibilidade […] é a faculdade de perdoar”. A promessa responde à imprevisibilidade, e dá “ilhas de segurança” (*A condição humana*, §33) [V-en; tradução do estudo]. Uma só frase do §33 diz o que as duas têm em comum: “ninguém pode perdoar a si mesmo e ninguém pode sentir-se obrigado por uma promessa feita só a si mesmo; perdoar e prometer, exercidos no estar só ou no isolamento, ficam sem realidade e nada podem significar além de um papel representado diante de si mesmo” (*A condição humana*, §33) [V-en; tradução do estudo]. “Estar só” traduz *solitude*, como 1.10 explica.

Quem descobriu o perdão, diz Arendt, foi Jesus de Nazaré: “O descobridor do papel do perdão no domínio dos assuntos humanos foi Jesus de Nazaré. O fato de ele ter feito essa descoberta num contexto religioso e a ter articulado em linguagem religiosa não é razão para levá-la menos a sério em sentido estritamente secular” (*A condição humana*, §33) [V-en; tradução do estudo]. O poder de perdoar não vem de Deus: deve ser mobilizado

pelos homens uns em relação aos outros [paráfrase; V-en]. Jesus entra aqui na voz dela, como material.

O perdão "é a única reação que não apenas re-age, mas age de novo e inesperadamente", e é "um assunto eminentemente pessoal (embora não necessariamente individual ou privado) em que o que foi feito é perdoado em consideração a quem o fez" (*A condição humana*, §33) [V-en; tradução do estudo]. Tem limite: "os homens são incapazes de perdoar o que não podem punir e incapazes de punir o que se revelou imperdoável", marca das ofensas a que, desde Kant, se chama "mal radical" (*A condição humana*, §33) [V-en; tradução do estudo]. Ricoeur, que a lê, formula: "só se pode perdoar ali onde se pode punir" (*A memória, a história, o esquecimento*) [V-fr via secundária: Estudo IX, 5.4; tradução do estudo].

Duas forças ficam de fora. O amor, "por sua própria natureza, é antimundano", e por isso "não apenas apolítico, mas antipolítico, talvez a mais poderosa de todas as forças humanas antipolíticas". O respeito, que ela aproxima da *philia politikē* ("amizade política") de Aristóteles, é "uma espécie de 'amizade' sem intimidade e sem proximidade" (*A condição humana*, §33) [V-en; tradução do estudo]. A razão mais funda de que ninguém perdoe a si mesmo está em outra passagem, no fim do §33: "o fato de que o mesmo quem, revelado em ação e discurso, permanece também sujeito do perdão é a razão mais funda pela qual ninguém pode perdoar a si mesmo; aqui, como na ação e no discurso em geral, dependemos dos outros, a quem aparecemos numa distinção que nós mesmos somos incapazes de perceber" (*A condição humana*, §33) [V-en; tradução do estudo].

A promessa tem um preço: "A incapacidade do homem de confiar em si mesmo […] é o preço que os seres humanos pagam pela liberdade" (*A condição humana*, §34) [V-en; tradução do estudo]. A saída do capítulo é o começo: "O milagre que salva o mundo, o domínio dos assuntos humanos, de sua ruína normal, 'natural', é, em última análise, o fato da natalidade" (*A condição humana*, §34) [V-en; tradução do estudo].

Do que a ação pede aos outros passa-se ao lugar em que os outros se encontram.

2.7 O público, o privado e o social

Arendt distingue três domínios, o público, o privado e o social, e o terceiro é o que ela mais recusa.

A mesa dá a imagem do público: "Viver juntos no mundo significa essencialmente que um mundo de coisas está entre os que o têm em comum, como uma mesa está situada entre os que se sentam ao redor dela; o mundo, como todo entre, relaciona e separa os homens ao mesmo tempo", e "a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos nos assegura da realidade do mundo e de nós mesmos". A luz que daí vem é a do público: "mesmo o crepúsculo que ilumina nossas vidas privadas e íntimas deriva, em

última análise, da luz muito mais dura do domínio público" (*A condição humana*, §7) [V-en; tradução do estudo]. "Luz", aqui, é a luz do público, e só dela.

O mundo comum acaba de dois modos: "sob condições de isolamento radical, onde ninguém mais pode concordar com ninguém", ou na sociedade de massas, em que todos se comportam "como se fossem membros de uma só família"; "em ambos os casos, os homens tornaram-se inteiramente privados" (*A condição humana*, §7) [V-en; tradução do estudo]. A vida sem público é perda: "uma vida sem fala e sem ação está literalmente morta para o mundo; deixou de ser vida humana porque já não é vivida entre os homens" (*A condição humana*, §24) [V-en; tradução do estudo]. Há contrapeso: uma vida toda pública "torna-se rasa", porque a profundidade pede um fundo mais escuro que deve permanecer oculto (*A condição humana*, cap. II) [V-en; tradução do estudo; seção a confirmar].

O social é o terceiro domínio, moderno. O surgimento da sociedade, "do interior sombrio do lar para a luz da esfera pública", apagou a fronteira entre o privado e o político e mudou o sentido dos dois. Na sociedade, "espera-se de cada membro um certo tipo de comportamento", com regras que tendem a "normalizar" e a "excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária"; o governo de ninguém pode ser "uma das versões mais cruéis e tirânicas" do governo (*A condição humana*, §6) [V-en; tradução do estudo].

A tradição reconhece aí um ponto difícil. Canovan nota que o social "continua a ser um dos aspectos mais desconcertantes e controversos do livro" (introdução à 2.ª edição) [V-en; tradução do estudo].

O que a política não deve carregar aparece de novo na liberdade e na revolução.

2.8 A liberdade como começo e a revolução

Duas obras tratam do começo como liberdade e da compaixão como força que a política não suporta.

Em "Que é liberdade?", Arendt diz que "a razão de ser da política é a liberdade, e o seu campo de experiência é a ação", e que a liberdade interior "é, por definição, politicamente irrelevante". "Os homens são livres […] enquanto agem, nem antes nem depois; pois ser livre e agir são a mesma coisa." E: "o homem é livre porque é um começo e foi assim criado depois que o universo já existia […]. Porque é um começo, o homem pode começar; ser humano e ser livre são uma e a mesma coisa" (*Entre o passado e o futuro*, "Que é liberdade?") [V-en; tradução do estudo]. Liberdade, aqui, não é escolha nem interioridade: é começar.

Em *Sobre a revolução*, o capítulo 3 trata a compaixão e a piedade. A compaixão "operava fora do domínio político e com frequência fora da hierarquia estabelecida da Igreja". "Porque a compaixão abole a distância, o espaço mundano entre os homens onde se situam as questões políticas, todo o domínio dos assuntos humanos, ela permanece, politicamente falando, irrelevante e sem consequência." Dostoiévski, diz ela, contrasta "a

compaixão muda de Jesus com a piedade eloquente do Inquisidor”; a piedade, tomada como “fonte de virtude”, “mostrou uma capacidade de crueldade maior que a própria crueldade”. *Persona*, “em seu significado original, designava a máscara que os antigos atores usavam” (*Sobre a revolução*, cap. 2) [V-en; tradução do estudo; página a confirmar].

O mesmo cuidado com o que a política pode e não pode suportar leva a Jerusalém.

2.9 A banalidade do mal

Eichmann em Jerusalém é um relato de tribunal que deu nome a um problema, e a letra é mais estreita do que a fama.

A irreflexão já está no Prólogo de 1958: “irreflexão — o descuido imprudente, a confusão sem esperança ou a repetição complacente de ‘verdades’ que se tornaram triviais e vazias — parece-me uma das características marcantes do nosso tempo” (*A condição humana*, Prólogo) [V-en; tradução do estudo]. Sobre o réu: “Sua incapacidade de falar estava intimamente ligada a uma incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (*Eichmann em Jerusalém*, cap. III) [V-pt: Siqueira; página a confirmar]. E: “Não era burro. Foi pura irreflexão, algo de maneira nenhuma idêntico à burrice, que o predispôs a tornar-se um dos maiores criminosos daquele período” (*Eichmann em Jerusalém*, Pós-escrito) [V-pt: Siqueira; página a confirmar]. O alemão acrescenta *gewissermassen* (“em certo modo”) a *schiere Gedankenlosigkeit* (“pura irreflexão”) [V-de; página a confirmar], e Siqueira traduz *thoughtlessness* por “irreflexão” aqui e por “inconsciência” adiante [V-pt: Siqueira].

Arendt fixa o alcance: “Quando falo da banalidade do mal, falo apenas no plano estritamente factual”; “Eichmann não era Iago nem Macbeth”; ele “simplesmente […] nunca percebeu o que fazia”. O que se aprendeu em Jerusalém “foi uma lição, e não uma explicação do fenômeno nem uma teoria sobre ele” (*Eichmann em Jerusalém*, Pós-escrito) [V-en; tradução do estudo].

A carta a Scholem, de 24 de julho de 1963, revê a palavra de 1951: “Eu de fato penso atualmente que o mal nunca é ‘radical’, que ele é apenas extremo e não possui profundidade nem qualquer dimensão demoníaca. Ele pode proliferar e devastar o mundo inteiro precisamente porque se espalha como fungo sobre a superfície” (*Escritos judaicos*, carta a Scholem) [V-pt: Mascaro, Oliveira e Silva].

A controvérsia pode ser dita assim: de um lado, a banalidade é descrição de um homem e de um fato, como Arendt insiste; de outro, o rótulo soa como tese geral sobre o mal, e a própria carta a Scholem fala do mal em geral. O estudo registra as duas leituras, sem decidir entre elas [leitura do estudo]. Bernstein (*Hannah Arendt and the Jewish Question*) lê a passagem do mal radical ao banal como revisão, e não como contradição [paráfrase; V via secundária: Bernstein].

Do que uma irreflexão faz passa-se ao que o pensar é.

2.10 O pensar, o querer e o julgar

A pergunta de Jerusalém, posta como pergunta sobre a faculdade, ocupa o último livro, *A vida do espírito*.

"A questão que se impunha era esta: a própria atividade de pensar, o hábito de examinar e de refletir sobre tudo o que acontece ou chama a atenção, à margem de seu conteúdo específico ou de seus resultados, pode ser de tal natureza que 'condicione' as pessoas diante do mal?" (*A vida do espírito*, "Introdução") [V-es; tradução do estudo]. Em "Pensar e considerações morais", o traço do agente era "algo inteiramente negativo: não era estupidez, mas uma curiosa e autêntica incapacidade de pensar" (1970/1971) [V-en via secundária: Assy; tradução do estudo]. A resposta passa por Sócrates: "é melhor para mim sofrer o mal do que fazê-lo", escreve ela (*A vida do espírito*, I) [V-es; tradução do estudo]. Os que se recusaram a participar sob a ditadura "recusaram-se a matar, não tanto porque ainda se agarrassem ao mandamento 'Não matarás', mas porque não queriam conviver com um assassino: eles mesmos" ("Responsabilidade pessoal sob a ditadura") [V-en via secundária: Critical Legal Thinking; tradução do estudo]. Pensar, para ela, é dois-em-um.

No capítulo 13 de *Origens* o dois-em-um tem a sua letra. "A desolação não é o estar só. Estar só exige estar sozinho, ao passo que a desolação se mostra com mais agudeza na companhia de outros." "No estar só estou 'sozinho comigo', junto com o meu eu, e portanto dois-em-um, ao passo que na desolação sou de fato um, abandonado por todos os outros. Todo pensar, a rigor, faz-se no estar só e é um diálogo entre mim e mim mesmo; mas esse diálogo do dois-em-um não perde o contato com o mundo dos meus semelhantes, porque eles estão representados no eu." O problema do estar só é que esse dois-em-um "precisa dos outros para voltar a ser um": o que torna a desolação "tão insuportável" é a perda do próprio eu, que se pode realizar no estar só, "mas só se confirma em sua identidade pela companhia confiante e digna de confiança dos meus iguais" (*Origens*, cap. 13) [V-en; tradução do estudo].

As traduções repartem esses termos de modos opostos. Raposo (*Origens*, Companhia das Letras, 1989) dá *isolamento* para *isolation*, *solidão* para *loneliness* e *estar só* ou *viver só* para *solitude* [V via secundária: Soares]; Lafer e Duarte dão *isolamento*, *solidão* para *solitude* e *desolação* para *loneliness*, o par trocado [V via secundária: Adverse]. O Taurus de Solana põe *soledad* para *loneliness* e *vida solitaria* para *solitude* [V-es], e o Paidós de *A vida do espírito* usa *soledad* para *loneliness* num volume e para *solitude* no outro [V-es]. O alemão distingue *Isolierung*, *Einsamkeit* (*solitude*) e *Verlassenheit* (*loneliness*) [V via secundária: Schor-Tschudnowskaja]. O estudo segue Lafer e Duarte, e diz isso aqui, uma vez: "estar só" (na voz do estudo, também "estar consigo") para *solitude*, "desolação" para *loneliness*, "isolamento" para *isolation*.

O julgar é, no livro, o "subproduto do efeito liberador do pensar": "A manifestação do vento do pensar não é o conhecimento; é a capacidade de distinguir o bom do mau, o

belo do feio” (*A vida do espírito*, I) [V-es; tradução do estudo]. Sobre Kant, ela escreve que “pensar com mentalidade alargada quer dizer que se treina a própria imaginação para ir de visita” (*Lições sobre a filosofia política de Kant*) [V-es; tradução do estudo], o que não é empatia nem adoção das opiniões alheias [paráfrase; V-es].

Do pensar e do julgar passa-se ao que o pensamento dela deixa em aberto.

2.11 O que ela deixa: Little Rock, o social, a dignidade sem natureza

Três pontos pesam, e o capítulo os põe como estão, sem desculpa de época e sem acusação anacrônica.

Em “Reflexões sobre Little Rock” (1959), Arendt escreve que o direito de casar com quem se queira “é um direito humano elementar, em comparação com o qual ‘o direito de frequentar uma escola integrada, o direito de sentar onde se quiser num ônibus […] são, de fato, menores’”. “O que a igualdade é para o corpo político — seu princípio mais íntimo — a discriminação é para a sociedade”, e “a discriminação é um direito social tão indispensável quanto a igualdade é um direito político”. A escola é, para ela, terreno social: forçar os pais a mandar os filhos a uma escola integrada “significa privá-los de direitos que lhes pertencem em todas as sociedades livres — o direito privado sobre os filhos e o direito social à livre associação” (“Reflexões sobre Little Rock”) [V-en; tradução do estudo].

Na réplica ela não recua: “o ponto real é a igualdade perante a lei do país, e a igualdade é violada pelas leis de segregação […], não pelos costumes sociais” (“Resposta aos críticos”) [V-en; tradução do estudo]. Há duas leituras. A primeira, que o estudo faz com a letra da réplica, é que a distinção corre entre lei e costume, e que ela condena a segregação por lei [leitura do estudo]. A segunda é a da tradição: Ellison, em 1964, diz que ela “não faz ideia do que se passa com os pais que mandam os filhos por essas filas” (entrevista a Warren) [V-en; transcrição de 1964; tradução do estudo], e Barber vê na distinção entre o social e o político um ponto cego diante da experiência racial [V via secundária: Barber; paráfrase].

A dignidade vem do capítulo 9 de *Origens*, o mesmo da “nudez abstrata” de 2.2: “O homem, verifica-se, pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, a sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade política o expulsa da humanidade” (*Origens*, cap. 9) [V-en; tradução do estudo]. As duas frases estão na mesma página e o texto não as resolve uma na outra; o estudo as registra sem harmonizar [leitura do estudo]. A tradição lê dos dois lados: Lafer e Benhabib veem em Arendt a defensora do direito a ter direitos; Agamben, no apátrida e na vida nua, uma crítica do humanismo abstrato [tese a confirmar].

Heidegger, em uma frase: Arendt louva o pensar dele, cujo vento “não se origina do século no qual calhou de ele viver”, e no mesmo texto nomeia a queda política, ao dizer que

Platão e Heidegger “tenham recorrido a tiranos e a Führers” (“Martin Heidegger faz oitenta anos”) [V-pt: Andreiuolo, Cerdeira, Duarte e Starling]; a biografia não é doutrina.

Uma última palavra dela sobre a luz, que o capítulo 7 retoma. No prefácio de *Homens em tempos sombrios*, Arendt diz que “mesmo no mais escuro dos tempos temos o direito de esperar alguma iluminação”, e que olhos tão acostumados à escuridão como os nossos “dificilmente poderão dizer se a luz deles era a luz de uma vela ou a de um sol ardente” (*Homens em tempos sombrios*, Prefácio) [V-en via secundária; tradução do estudo; localização a confirmar]. A iluminação de que fala vem de homens e mulheres, nas suas vidas e obras, e não da teoria.

Do que fica em aberto passa-se ao que o leitor leva.

2.12 O que um leitor do Lumen Fluens deve levar daqui

O que os capítulos 3 e 4 testarão fica aqui nomeado, sem desenvolvimento; a letra do cânon só marca lugar.

Do lado de Arendt, o leitor leva a perda do lugar no mundo e a superfluidade; as três atividades; a pluralidade e a natalidade; o quem que só os outros veem; o perdão e a promessa, que pedem outros; o social recusado; a liberdade como começo; a irreflexão e o dois-em-um; o juízo de mentalidade alargada; e, no que deixa, Little Rock e a dignidade que se perde com o lugar.

Do lado do cânon só se aponta. O Tratado das Águas Comuns já ouve Arendt por nome, com Mounier e Buber, “sem se filiar a nenhuma” (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”; ver a abertura do capítulo 3). A decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI registra a distinção de Arendt entre o político e o social “junto às razões do nome” (ver 4.2).

Os homônimos ficam avisados. A “luz” de Arendt é a do público, e a Lux de cada um fica sem nome; Arendt não lhe dá nome nem fala de luz interior [leitura do estudo]. O “mundo” é o artefato durável e o espaço de aparição, e o do cânon é o “mundo compartilhado” (Cânon v1.2, “A Arquitetura”). A “ação” é a *praxis* entre outros, e não o ato do lobo nem a “ação concreta” do Legado (Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Ritmo de estação). “Pessoa” é, em Arendt, também a máscara. “Público” e “privado”, “social”, “começo”, “perdão”, “promessa”, “juízo”, “pensar” e “liberdade” são dela; o cânon os tem, quando tem, em outro sentido. Arendt não é precursora do cânon, nem o cânon, versão dela.

O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3, questão (aw)) se a natalidade pode ser lida ao lado do Flumen e do recém-nascido do Catecismo, como leitura e não como glossário. Pergunta também, questão (ax), se o dois-em-um do pensar cabe no Examinar sem receber o nome de pensar, e, questão (bd), se a ação e o discurso de Arendt cabem nas Águas Comuns sem que o rio vire espaço público, e o que o registro dessa decisão faz com isso.

Do que ficou nomeado passa-se ao ponto em que as letras se tocam (capítulo 3).

3 ONDE NOS TOCAMOS

O cânon nomeia Arendt oito vezes, pela contagem do estudo: quatro no Tratado das Águas Comuns, três nas decisões de 31/10/2026 e uma na decisão n.º 11 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX, que fixou a ordem dos clássicos, com Arendt logo depois de Platão, Aristóteles e Agostinho. O Tratado, validado pelo fundador em 17/10/2026, abre a passagem: “A tradição já conheceu as duas feridas, e o Lumen Fluens dialoga com três de suas vozes — Emmanuel Mounier, Martin Buber e Hannah Arendt — sem se filiar a nenhuma. Cada uma é ouvida em sua melhor forma, e só então se marca a fronteira.” (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”). É o método da série, e o capítulo o segue.

O Tratado tomou de Arendt a estrutura das duas feridas e o critério que separa a margem do abandono; marcou quatro fronteiras, que o capítulo 4 mede; e deixou sem dizer a natalidade, o perdão, a promessa, o juízo, a irreflexão e o “quem”, palavras que a passagem não tem [leitura do estudo]. A decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI registrou a distinção de Arendt entre o político e o social “desde já junto às razões do nome ‘Águas Comuns’, sem esperar o estudo dela”, sem dizer em que texto; nenhum escrito do cânon traz ainda o registro. As duas primeiras seções vão onde o Tratado foi; as seis seguintes medem o que ele deixou.

3.1 As duas feridas e as Águas Comuns

O Tratado já tomou de Arendt as duas feridas, e convém lê-las com as duas letras abertas.

Arendt diz que o mundo comum pode acabar de duas maneiras, o isolamento radical das tiranias e a histeria de massa em que todos se comportam como uma só família, e que em ambos os casos os homens ficam “inteiramente privados” (*A condição humana*, cap. II, §7; ver 2.7) [V-en; tradução do estudo]. A pluralidade é o outro lado: “homens, e não o Homem” habitam o mundo, e ninguém é “jamais o mesmo” que outro (cap. I, §1; ver 2.4) [V-en; tradução do estudo].

A tradição lê o §7 pelo termo “público”, que na Forense “significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós” (Aguiar, citando *A condição humana*, cap. II, §7) [V-pt via secundária: Aguiar].

O cânon responde pelo Tratado, que descreve as duas faces antes de nomear Arendt. A primeira é a do indivíduo, “quem se define pelo que o separa”; a segunda, “simétrica”, é a “pessoa dissolvida no grupo”, a correnteza que “exige presença contínua como prova de pertença e toma por deserção o que era só margem” (Tratado das Águas Comuns, “O problema que responde”). Ao chegar a Arendt, diz: “São, em outra língua, as duas feridas; ela as diz em tirania e histeria de massa, e toma-se só a estrutura” (“Fundamentação”).

Até onde vai o toque? A estrutura é a mesma: duas maneiras de perder o comum, uma por fechar-se, outra por dissolver-se. O que se perde difere: em Arendt, a pluralidade de perspectivas do mundo; no Tratado, a pessoa. O cânon não tem “pluralidade” na letra; tem “cada luz é singular, e é por isso que há algo a entregar” (Tratado das Águas Comuns, “Definição”), a singularidade fazendo as vezes do “jamais o mesmo” [leitura do estudo]. “Privado” é homônimo: em Arendt diz privação do comum, e o “rio privado” do cânon (“Ninguém navega um rio privado”, Cânon v1.2, “As Águas Comuns”) é o rio que se represa, se envenena ou se desvia para o próprio moinho [leitura do estudo]. A imagem do elemento é a lamparina posta no rio: “a luz de cada um, entregue às águas de todos” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”). E “mundo comum” é dela, ao passo que o cânon diz “mundo compartilhado” (Cânon v1.2, “A Arquitetura”) [leitura do estudo].

Da ferida do comum passa-se ao critério que o Tratado diz ter recebido dela.

3.2 O estar consigo e a margem

O Tratado deu à margem um critério que diz vir de Arendt, e ele pede antes uma palavra sobre as palavras.

Arendt diz que a desolação não é o estar consigo: o estar consigo exige estar a sós, e a desolação se mostra com mais agudeza na companhia de outros. No estar consigo cada um é dois-em-um, e esse dois-em-um “precisa dos outros para voltar a ser um”; na desolação cada um é de fato um só, deixado por todos. A desolação é a experiência de “não pertencer ao mundo” (*Origens do totalitarismo*, cap. 13; ver 2.10) [V-en; tradução do estudo].

O Tratado diz o critério “sem depender da palavra ‘solidão’, que as traduções repartem de modos opostos” (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”), e a tradição confirma. O estudo adota, como o Tratado, “estar consigo” ou “estar só” para *solitude*, “desolação” para *loneliness* e “isolamento” para *isolation* (ver 2.10).

O cânon responde com a margem. O Tratado diz: “Estar consigo é o dois-em-um do pensar, em que cada um se faz companhia sem deixar o mundo dos seus semelhantes; desolação é a perda de si que vem de não pertencer ao mundo, e pode dar-se no meio de muita gente. Quem atraca está consigo, não desolado, e continua no rio.” (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”). O retiro, diz o Cânon, é “discreto” e “guarda a luz para devolvê-la ao fluxo” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”).

O eco é estreito, e o Tratado já o tomou. Ele dá o critério em paráfrase de *Origens do totalitarismo*, cap. 13, e de *A vida do espírito*, I, §18 (“Fontes”); de qual lugar vem cada metade, não diz. O pertencimento do cânon é ao Flumen (“Ser retomado é pertencer ao Flumen”, Catecismo, 48). Há um eco: o dois-em-um “precisa dos outros para voltar a ser um”, e a margem “guarda a luz para devolvê-la ao fluxo”, de modo que o retiro que não devolve já é abuso [hipótese do estudo]. O “estar só” do Abrigo, “casa para quem está

cansado de estar só” (Cânon v1.2, “O Abrigo”), é homônimo: diz um cansaço [leitura do estudo]. Se a desolação é noite ou lobo, o Tratado não diz, e o estudo não decide. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3) se o critério consta como glossário da margem ou fica como leitura do Tratado (ay).

Do estar consigo passa-se ao que cada um recebe ao nascer.

3.3 A natalidade e o Flumen

O Tratado deixou o começo sem dizer, e o Estudo VII o anunciou.

Arendt diz que a natalidade é “a categoria central do pensamento político” e que o começo que cada um é, na leitura que faz de Agostinho, é o de alguém, e não o de algo (*A condição humana*, cap. I, §1, e cap. V, §24; ver 2.4) [V-en; tradução do estudo]. O mundo comum, por sua vez, “é aquilo em que entramos ao nascer e que deixamos ao morrer; transcende a nossa vida para o passado e para o futuro” (cap. II, §7) [V-en; tradução do estudo].

A tradição lê aí o centro do livro (Canovan; ver 2.4).

O cânon responde que não tem “natalidade” nem “nascimento”. Tem o Flumen: “Ninguém começa do zero. Somos herdeiros de gerações e civilizações inteiras — e ancestrais de quem virá” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, II). Tem o recém-nascido, a única imagem do recém-nascido na doutrina, pela contagem do estudo: “ainda não conquistou nada e já o tem” (Catecismo, 6). Tem a Mutatio, em que “a mudança não é acidente a suportar, mas mensagem a carregar” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, III). O Estudo VII (5.4) leu “ninguém começa do zero” e o nascimento como começo como “polos, não contradição”; o Estudo XII (6.1) pôs, como hipótese do estudo, a natalidade, “o começo que age”, ao lado do recém-nascido, “o valor que não precisa agir”.

A herança é dos dois lados; a origem do começo não é de nenhum. Entra-se num comum que vem antes e se deixa um comum que vem depois, e o cânon dá a esse depois o Legado, “uma ação concreta voltada a quem vem depois: ensinar algo, documentar algo, plantar algo” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”), a “ação” do Legado, feita de obras [leitura do estudo].

Mas o cânon nunca faz do começo um bem: “iniciar” e “fundar” não ocorrem. A origem do começo, em Agostinho o homem “criado”, o cânon a deixa em aberto, como a da luz (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”). A natalidade não dá nome à Lux. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3) se o Flumen e o recém-nascido do Catecismo podem ser lidos ao lado da natalidade, como leitura e não como glossário, sem que se diga de onde vem o começo nem a Lux passe a depender dele (aw). A pergunta do Estudo XI (6.2), sobre a natalidade ao lado da Mutatio, entra aqui.

Do começo que se herda passa-se ao dia em que se olha para o que se fez dele.

3.4 O dois-em-um e o Examinar

O Estudo X deixou, e o XII repetiu, a tarefa de medir o dois-em-um contra a letra do Examinar.

Arendt diz que o caso Eichmann a levou a perguntar se pensar, “o hábito de examinar e refletir sobre tudo o que acontece ou chama a atenção, à margem de seu conteúdo específico ou de seus resultados”, condiciona as pessoas diante do mal (*A vida do espírito*, Introdução) [V-es; tradução do estudo]. Pensar é estar consigo, “aquela situação humana em que alguém se faz companhia a si mesmo” (*A vida do espírito*, I) [V-es; tradução do estudo], e o dois-em-um é a forma dessa companhia (ver 3.2). A desolação, diz ela, sobrevém “quando estou só sem poder dividir-me no dois-em-um, sem poder fazer-me companhia” (*A vida do espírito*, I) [V-en via secundária: Adverse; tradução do estudo].

A tradição lê o mesmo vocabulário: Adverse, que lê o inglês e o alemão, discorda de “viver só” para *solitude* [V via secundária: Adverse].

O cânon responde pela Meditação: “antes de dormir, sem celular por perto, responda às duas perguntas em voz baixa ou numa frase escrita […]. Depois diga um nome, e agradeça. E durma: o exame não é insônia, é fechamento” (Meditações Práticas, “O Examinar da noite”). As perguntas são as do Pilar I, “onde minha luz ficou escondida hoje? Onde brilhou?”, e o fecho é “gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”). A decisão n.º 5 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX leu a voz do outro “em mim” como a própria Luz; quem seja o “segundo” do dois-em-um a letra não diz, e o estudo não o diz.

O Examinar se aproxima do hábito de examinar, e não o iguala. É um hábito de olhar para trás “com os olhos abertos para o que de fato aconteceu” (“O Examinar da noite”), o que o aproxima do hábito de examinar de que Arendt fala; mas tem duas perguntas fixas e um fecho. O nome vem no fim, de alguém do passado: o Examinar termina por trazer um outro para dentro, como o dois-em-um, em que os semelhantes “estão representados no eu” (ver 2.10) [hipótese do estudo]. O dois-em-um só ocorre no Tratado, dito da margem. O estudo não dá ao Examinar o nome de pensar nem de “vida examinada”, ao qual a decisão n.º 4 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX não disse sim (Estudo X, 5.3).

O Estudo XII deixou a este estudo a medida do intervalo “entre o companheiro que não se pode deixar e a companhia que não deixa o mundo” (Estudo XII, 6.1). Agostinho, na morte do amigo, pergunta como poderia “fugir de mim mesmo” (*Confissões* IV, 7, 12; ver Estudo XII, 6.1) [V-pt: Mammì, via Estudo XII, 6.1]. Medido o intervalo: em Agostinho o companheiro vai com quem foge de si; em Arendt a companhia de si leva os semelhantes “representados no eu” e precisa dos outros para voltar a ser um; a letra do cânon só tem o “estar consigo” do Tratado [leitura do estudo].

A irreflexão não é terreno virgem: “o mal que alguém inflige, com intenção ou sem ela, a filosofia chama de lobo — agir sem pensar não é noite” (Catecismo, 35); a decisão n.º 5 de 17/10/2026 diz que o lobo inflige o mal “com ou sem intenção” e que “a irreflexão não é noite”. A decisão n.º 9 de 19/10/2026 mandou o Examinar olhar “também o mal que o existir causa sem intenção”, com a redação da Regra de Vida por fazer. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3) se o dois-em-um cabe na letra do Examinar sem receber o nome de pensar nem de vida examinada (ax), e qual o lugar do Examinar diante da irreflexão, depois do Catecismo e das duas decisões (bb).

Do exame que olha para trás passa-se ao que freia antes de agir.

3.5 “É melhor sofrer o mal” e “eu sem a minha luz sou uma mentira”

O freio é o que impede alguém de fazer o que poderia fazer.

Arendt diz, lendo o *Górgias*, que é melhor sofrer o mal do que praticá-lo (*A vida do espírito*, I) [V-es; tradução do estudo]: “Sendo eu um só, é melhor discordar do mundo inteiro do que estar em desacordo comigo mesmo” (*Entre o passado e o futuro*, “A crise na cultura”) [V-en; tradução do estudo]. Os que se recusaram a matar sob a ditadura não queriam “conviver com um assassino”, e o assassino seriam eles mesmos (“Responsabilidade pessoal sob a ditadura”; ver 2.10) [V-en via secundária: Critical Legal Thinking; tradução do estudo]. E em outro ensaio: “nossas decisões sobre o certo e o errado dependerão da nossa escolha de companhia” (“Algumas questões de filosofia moral”) [V-en via secundária: Walsh; tradução do estudo].

A tradição reconhece o tema: Correia inclui “Juízo e escolha de companhia” entre os tópicos do curso “Ética e banalidade do mal” [V via secundária: ementa].

O cânon responde na Bússola: “Posso estar lá inteiro, sem me trair? Se a resposta é não, não vou. Porque eu sem a minha luz sou uma mentira.” (Cânon v1.2, “A Bússola”; também Catecismo, 25). A Bússola “apenas veta”, e a decisão n.º 7 de 23/10/2026 sobre o Estudo X fixou que o veto é “a própria Luz na pessoa, sem voz externa”.

As duas frases têm a mesma forma e apoios diferentes. São de primeira pessoa, negativas, sem nada prescrito a ninguém, e têm a mesma razão, a integridade como condição de poder estar consigo [hipótese do estudo]. Difere o apoio. O de Arendt é a não contradição de quem pensa, condição formal que só tem quem pensa; o da Bússola é a Lux, dada antes de qualquer pensar [leitura do estudo]. A direção é assunto de 3.1.

Do freio que cada um leva consigo passa-se ao que só os outros veem.

3.6 O *daimon* visível aos outros e o olhar que vê

Algo de cada um outro pode ver antes que ele mesmo o veja.

Arendt diz que, ao agir e falar, os homens mostram quem são, e compara o “quem” ao *daimon* que acompanha cada um, “visível apenas para aqueles que ele encontra” (*A*

condição humana, cap. V, §25; ver 2.5) [V-en; tradução do estudo]. A razão mais funda de que ninguém perdoe a si mesmo é esse mesmo "quem", que só os outros veem: dependemos deles para uma distinção de nós que não podemos perceber (cap. V, §33; ver 2.6) [V-en; paráfrase].

A tradição lê o "quem" como história (Ricoeur; ver 2.5), a identidade narrativa, a de quem se conhece contando a própria história.

O cânon responde pelo olhar do outro. A decisão n.º 3 de 17/10/2026 fixou que a Lux vem antes do Abrigo: "A luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la". A n.º 3 de 19/10/2026 acrescentou: "O olhar do outro apenas vê. O olhar que pode ser o primeiro a ver a luz encoberta não convoca: o Abrigo revela e nada exige." A decisão n.º 4 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX pôs o valor na Lux, antes de qualquer história, e o "quem" na história que a Revisão do rio nomeia (ver 4.4).

A estrutura é a mesma; o que o outro vê, não. No cânon é a luz encoberta, que o olhar do outro pode ser o primeiro a ver; em Arendt é o *daimon*, que só os outros veem [leitura do estudo]. Diferem duas coisas. O outro de Arendt vê o "quem" que se mostra no agir e no falar, e o do cânon vê a Lux que estava lá, mostrasse ou não. E a Revisão do rio nomeia quem a vive, não os outros [leitura do estudo]. O *daimon* não é a Lux, e o "quem" de Arendt está do lado da história, não do valor [hipótese do estudo]; o capítulo 4 retoma a direção (4.4).

Do que os outros veem passa-se ao modo de julgar o que se vê.

3.7 O juízo do particular e a Bússola

A ponte entre o juízo de Arendt e a Bússola é do estudo, não do cânon.

Arendt diz que o julgar é "subproduto" do pensar, cuja manifestação não é o conhecimento, mas a capacidade de "distinguir o bom do mau, o belo do feio", e que pode prevenir catástrofes "ao menos para mim" (*A vida do espírito*, I; ver 2.10) [V-es; tradução do estudo]. Julga particulares sem subsumi-los a regras gerais [paráfrase]. Pede a mentalidade alargada, que treina a imaginação "para ir de visita" (*Lições sobre a filosofia política de Kant*; ver 2.10) [V-es; tradução do estudo], e que a mesma página de 3.5 distingue do concordar consigo (*Entre o passado e o futuro*, "A crise na cultura") [V-en; paráfrase]. E em Eichmann a falta de pensar era falta de "ponto de vista de outra pessoa" (*Eichmann em Jerusalém*, cap. III; ver 2.9) [V-pt: Siqueira; página a confirmar].

A tradição lê: Beiner faz da mentalidade alargada a base da aptidão de julgar (ensaio interpretativo das *Lições*) [V-es].

O cânon responde na decisão n.º 4 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI: "A Bússola percebe o particular e veta: o veto não é cego; percebe o caso, como a prudência de Aristóteles, e veta a partir dele." A Bússola "não escolhe os caminhos por ninguém; ela

apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los” (Cânon v1.2, “A Bússola”), e “a decisão é sempre de quem caminha” (Catecismo, 24). O veto é “a própria Luz na pessoa, sem voz externa” (decisão n.º 7 de 23/10/2026 sobre o Estudo X). A decisão n.º 4 não diz “juízo”, “julgar” nem “Arendt”: o juízo do particular lido na Bússola é ponte do estudo [hipótese do estudo].

Os dois tratam o caso sem regra que o dispense, mas falam de lugares diferentes. Valem primeiro para quem julga e vetam em vez de prescrever [leitura do estudo]. Mas o juiz de Arendt é o espectador, que ocupa “uma posição que lhe permite ver o conjunto” e é imparcial (*Lições sobre a filosofia política de Kant*) [V-es; tradução do estudo], e a Bússola, diz a Disputatio, “fala na gramática de quem escolhe caminho” (Disputatio, 4, “Ad secundum”): é a voz do agente [leitura do estudo]. A mentalidade alargada pede ir de visita aos outros, e o veto é “sem voz externa”. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3) se a representação das perspectivas dos outros cabe na Bússola e no Examinar, ou é fronteira (ba); o capítulo 4 a mede (4.7).

Do julgar passa-se ao que se faz depois do ato, quando ele errou.

3.8 O perdão, a promessa e o recomeço

Os Estudos VII e IX mediram em parte o recomeço depois da falha e o que a promessa deve a outro.

Arendt diz que o perdão remedeia a irreversibilidade do agir e a promessa, a sua imprevisibilidade, e que os dois pedem outros: perdoar e prometer no estar só ou no isolamento ficam “sem realidade” (*A condição humana*, cap. V, §33; ver 2.6) [V-en; tradução do estudo]. O descobridor do perdão “no domínio dos assuntos humanos”, diz ela, foi Jesus de Nazaré (cap. V, §33; ver 2.6); é voz de Arendt, e o cânon não é cristão nem anticristão. Perdoar é a reação que “age de novo” e inesperadamente, e a razão mais funda de que ninguém perdoe a si mesmo é o “quem” que só os outros veem (ver 3.6). A promessa dá “ilhas de segurança” (cap. V, §34) [V-en; tradução do estudo].

A tradição lê o par perdão–punição com Ricoeur, para quem só se perdoa “ali onde se pode punir” (*A memória, a história, o esquecimento*; ver 2.6).

O cânon responde pela Regra da Misericórdia: “Falhar na regra não apaga a luz. Recomeça-se no dia seguinte, sem drama. O rio não pune a folha que parou numa margem; ele a retoma” (Cânon v1.2, “A Regra da Misericórdia”). A decisão n.º 4 de 17/10/2026 fixou: “A mão que retoma, na Regra da Misericórdia, é o rio — o Flumen —, não o Abrigo. A retomada é pertencimento, e não depende de outra pessoa.” A Regra “nunca falou do mal cometido contra outrem” (Disputatio, 4, “Ad tertium”). O perdão da vítima ao lobo ficou para o tratado da justiça (decisão n.º 3 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX); a decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII separou a mão que retoma, “que é do rio”, da graça, “toque do cristianismo”.

Até onde vai o toque? Do “ninguém pode perdoar a si mesmo” (ver 2.6) resta que a Regra não é dita perdão, e o rio retoma, não perdoa. A Regra desfaz o nó da falha consigo, e o perdão de Arendt o do ato entre outros: um recomeça no dia seguinte, sem outra pessoa, e o outro se dá pela soltura que só outros dão [hipótese do estudo]. O contato está no recomeço; onde a Regra não toca é o “quem” que só os outros veem (ver 3.6).

A promessa de Arendt é, como a de Ricoeur, dita a outros e mantida diante deles [leitura do estudo]; que Ricoeur a leia assim em Arendt é [tese a confirmar]. Os três usos de “promessa” que o Estudo IX contou, com o compromisso do Abrigo (Cânon v1.2, “O Abrigo”) como o mais próximo, ficam para 3.6. Nenhuma das vinte e seis ocorrências de “promessa” e “prometer” nas fontes do cânon é promessa dita a outro e mantida diante dele, pela contagem do estudo. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3) se o compromisso do Abrigo pode ser lido ao lado da promessa de Arendt, como leitura e não como glossário (az); a pergunta do Estudo IX (5.4) sobre a Vigília, que não teve letra, entra aqui.

O respeito é, para Arendt, uma amizade sem intimidade e sem proximidade, independente das realizações que estimemos (*A condição humana*, cap. V, §33; ver 2.6) [V-en; paráfrase]. A decisão n.º 5 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI põe a amizade “toda nas Águas Comuns” e diz que “o Abrigo não pede retorno em ponto algum”, com as relações “assimétricas no Abrigo, recíprocas no rio”. O toque, se há, é a independência das realizações, que o Pilar I diz do valor, “anterior a qualquer conquista ou circunstância” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, I) [hipótese do estudo]; a distância é matéria de 3.8.

Do recomeço passa-se às fronteiras, onde as letras deixam de se tocar (capítulo 4).

4 ONDE NOS SEPARAMOS

O capítulo 3 mostrou onde a letra de Arendt e a do cânon se tocam; este mostra onde se separam, sem diminuir nenhuma das duas. Cada fronteira vem com o que Arendt diz, com o que a tradição lê e com o que o cânon responde, quando responde: há fronteiras que o Tratado das Águas Comuns já marcou, e o estudo as mede sem reabri-las; há outras em que o cânon não tem texto. As perguntas ao fundador vêm em parágrafos próprios, de (aw) a (bd), e as decisões citadas valem como palavra dele e não se reabrem. Arendt não é precursora do cânon, nem o cânon versão dela.

4.1 A luz pública e a Lux anterior

Esta seção mede a fronteira de direção que o Tratado das Águas Comuns já traçou: de onde vem a luz, para Arendt e para o cânon.

Arendt diz que até o "crepúsculo" das vidas privadas e íntimas "deriva, em última análise" da "luz muito mais dura" do domínio público (*A condição humana*, cap. II, §7; ver 2.7) [V-en; tradução do estudo]. O adjetivo é comparativo, e não elogio. O contrapeso vem logo: uma vida inteira passada em público torna-se rasa, porque a profundidade pede o que sobe à vista "de um fundo mais escuro que deve permanecer oculto" (*A condição humana*, cap. II) [V-en; tradução do estudo]. O fundo escuro fica sem nome de luz.

A tradição lê o público de Arendt como o próprio mundo, "na medida em que é comum a todos nós" (Odílio Alves Aguiar, citando *A condição humana*, cap. II) [V-pt via secundária: Aguiar]. Adriano Correia lê o político, em Arendt, como resultado do "amor ao mundo" (*Ética & Filosofia Política* 9(1), 2006) [V-pt; página a confirmar]. Em nenhuma das duas leituras o público é luz de dentro.

O cânon responde pela letra do Tratado: "A sua luz é pública e derivada — até a da vida íntima vem, para ela, da luz mais dura do domínio público —, e no cânon a Lux vem antes" (Tratado das Águas Comuns, "Fundamentação"). A decisão n.º 3 de 17/10/2026, em que o Tratado se apoia e que põe a Lux antes do Abrigo, fixara que "a luz é dada antes de qualquer relação"; e o Tratado da Luz Interior diz que revelar "supõe presença anterior a qualquer olhar — inclusive ao olhar de quem a possui" ("Definição").

A direção é inversa. Em Arendt, o que ilumina a vida de cada um vem do que aparece entre os outros; no cânon, o que aparece entre os outros foi antes recebido, e o olhar do outro "apenas vê" (decisão n.º 3 de 19/10/2026). O Tratado foi validado em 17/10/2026, antes das decisões de 19/10, 23/10 e 31/10, que só reforçam a fronteira; o estudo a mede e não a reabre [leitura do estudo].

Resta o nome. Arendt não dá nome à Luz e, na letra lida, não tem luz interior: a sua luz é a do espaço onde os homens aparecem uns aos outros. O cânon não tem aqui uma fronteira de nome a transpor, como teve com Agostinho. "Para quem crê, a Luz tem nome

próprio: para o cristão, é o próprio Deus. Para quem não crê, é a consciência mais funda, o verdadeiro em si" (Cânon v1.2, "Independência confessional"), e a decisão n.º 3 de 23/10/2026 sobre o Estudo X deixou a Luz sem nome ("a fonte continua sem nome no cânon"). Arendt não oferece nome a recusar nem a receber, e o estudo não faz do espaço de aparição, do mundo comum, da pluralidade nem da natalidade um nome da Luz [leitura do estudo].

Da direção da luz passa-se ao espaço em que Arendt a põe, e a separação é de largura (4.2).

4.2 O espaço de aparição e o rio que não é programa

O espaço onde os homens aparecem e o rio onde a lamparina é posta têm larguras diferentes, e o registro do político e do social toca o nome "Águas Comuns".

Arendt diz que o espaço de aparição existe "só potencialmente" e "não para sempre", que o poder é o que o mantém em existência (*A condição humana*, cap. V, §28; ver 2.5) e que a mesa é o seu "entre", que "relaciona e separa os homens" (cap. II, §7; ver 2.7) [V-en; tradução do estudo].

O cânon responde com o que o Tratado marcou: "O rio do cânon é o fluxo, mais largo e mais humilde que o espaço público, e não é programa político", e a mesa "é imagem dela, não do cânon" (Tratado das Águas Comuns, "Fundamentação"). A fronteira é de largura e de duração. O espaço de aparição é potencial e não sobrevive ao ato que o fez; o rio é o fluxo "de uma geração a outra" ("Definição"), que passa entre todos e não pede reunião. O Tratado diz também, com a letra de Arendt na mão, que o mundo dela é "artefato durável, espaço público de ação e discurso": o que dura, em Arendt, é a coisa feita; o que dura, no cânon, é o fluxo [leitura do estudo]. "Pessoal, nunca individual" (Cânon v1.2, "As Águas Comuns") não diz "plural": a letra do cânon não tem "pluralidade", e o estudo não a põe nela.

A distinção entre político e social é de Arendt, não do cânon. O político é, para ela, o domínio da ação e do discurso (*A condição humana*, cap. I, §§ 2 e 4), e o social, o da vida mantida em comum e da conduta normalizada (cap. II, §6; ver 2.7) [paráfrase]. Canovan chama o tema de um dos aspectos mais "controversos" do livro (introdução à 2.ª edição; ver 2.7) [V-en; tradução do estudo], e a controvérsia se concentra em Little Rock (ver 2.11), que aqui não se retoma.

O cânon não tem "político" senão na frase do Tratado e na decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI; "social" e "sociedade", só entre as palavras recusadas ("comunidade, sociedade ou coletivo, palavras que dariam ao rio um dono", Tratado das Águas Comuns, "Definição") e em "moral social enxertada", a objeção que o Tratado responde. A razão do Tratado para o nome é o dono; a de Arendt, para separar os domínios, é outra (Estudo XI, 5.7) [leitura do estudo].

A decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI, na letra do Prólogo daquele estudo, diz que “a distinção de Arendt entre o político e o social fica registrada desde já junto às razões do nome ‘Águas Comuns’, sem esperar o estudo dela”. A decisão não diz em que escrito o registro fica; o Tratado não o traz, e nenhum escrito do cânon o recebeu ainda. O registro faz, até onde a letra deixa, uma coisa: põe a distinção ao lado das razões do nome, sem fazer dela razão do nome, sem tornar o rio “político” nem “social” e sem transformá-lo em espaço público [leitura do estudo].

Há ainda a manutenção das águas: “a palavra verdadeira posta em circulação, a confiança honrada, a vez respeitada, o espaço comum cuidado” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”). Que a palavra e a vez se pareçam com a fala e a ação de Arendt é leitura possível [leitura do estudo]; que o poder, que mantém o espaço, se pareça com o dever de manter as águas passáveis é hipótese [hipótese do estudo]. A letra diz “manter”, “não represar”, “não envenenar”, e não diz “aparecer”, “perante outros” nem “revelar quem se é”.

Questão aberta (bd): a palavra verdadeira posta em circulação e a vez respeitada, bens que mantêm as águas, podem ser lidas ao lado da ação e do discurso de Arendt sem que o rio vire espaço público? Se podem, o toque ganha um lugar e o registro da decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI ganha matéria, ao custo de aproximar o dever de manutenção do poder arendtiano. Se não, palavra e vez seguem como manutenção, e o registro permanece sem texto que o abrigue. Em separado: em que escrito o registro passa a constar, o que tocaria um Tratado já validado.

Da largura do espaço passa-se à altura da atividade, e a separação é de estima (4.3).

4.3 A ação como a mais alta e o sabbath como não-ato

A ação de Arendt fica diante de um meio dia sem produzir nada, e a pergunta é o que a margem deve à frase “morta para o mundo”.

Arendt diz que uma vida sem fala e sem ação “está literalmente morta para o mundo” (*A condição humana*, cap. V, §24; ver 2.7) e que a ação é “a atividade política por excelência” (cap. I, §1) [V-en; tradução do estudo]. O que a move é o temor de uma “sociedade de laboradores sem labor”, sem atividades “mais altas e mais significativas” (Prólogo; ver 2.3). Mas o mesmo livro diz que o uso do termo *vita activa* (“vida ativa”) pressupõe uma preocupação que não é a mesma da *vita contemplativa* (“vida contemplativa”), “nem é superior ou inferior” (cap. I, §2; ver 2.3), e termina com Catão, que “nunca é mais ativo do que quando nada faz, nunca está menos só do que quando está a sós” (cap. VI) [V-en; tradução do estudo]. A estima da ação vale dentro da vida ativa; entre ação e contemplação, Arendt suspende a hierarquia sem a inverter.

O cânon responde pelo Tratado: “A vida sem fala e ação é, para ela, ‘morta para o mundo’; a margem não se apoia nessa frase, porque a margem também é rio” (Tratado das

Águas Comuns, “Fundamentação”). A margem é “presença” (“o silêncio à beira d’água também é presença”, Cânon v1.2, “As Águas Comuns”), e não tem fala nem ação como critério. O sabbath do fluxo é “meio dia sem produzir nada. Só ser. A luz não precisa provar que existe” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”), e as Meditações o dizem “sair do modo de produção e entrar no modo de ser” (Meditações Práticas, “O sabbath do fluxo”). A decisão n.º 8 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI, tomada sobre Aristóteles, o fixa como “um não-ato: não é contemplação, e não há graus de vida que sejam graus de pessoa”.

Duas fronteiras se leem aqui. A primeira: que a negação de “contemplação” valha também diante da *vita contemplativa* de Arendt é leitura do estudo; o sabbath também não é *ação* nem *labor*, e a letra de Arendt que o estudo leu não lhe dá um terceiro nome [paráfrase]. A segunda: diante de “morta para o mundo” o cânon responde pelo Tratado, e a n.º 8 acrescenta, na letra, que não há graus de vida que sejam graus de pessoa. A frase de Arendt descreve uma vida entre homens; a letra do cânon diz um valor que não depende de estar entre eles [leitura do estudo].

As três atividades de Arendt, labor, trabalho e ação, e os três gestos do ritmo diário, Acender, Portar e Examinar, poderiam formar uma correspondência, que o estudo apenas lê, com o aviso da decisão n.º 4 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII, que deixou a correspondência dos três presentes de Agostinho com os “três ritmos do dia” como leitura e não como glossário. O Cânon chama “ritmo” ao diário, ao semanal e ao de estação; “os três ritmos do dia” é a fórmula daquela decisão. Com labor, trabalho e ação a correspondência teria o mesmo estatuto. O cânon não tem “labor” nem “obra” como categoria, e “produzir” é palavra do sabbath; a letra não a sustenta [leitura do estudo]. O *animal laborans* e a lamparina de museu, que só protege a própria luz, ficam como hipótese de leitura, sem peso doutrinal [hipótese do estudo].

Questão aberta (ay): o estar consigo de Arendt, que o Tratado já tomou como critério da margem (“Quem atraca está consigo, não desolado, e continua no rio”, Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”), consta como glossário da margem, ou fica como leitura do Tratado? Como glossário, a margem ganha um critério dito em uma palavra, ao custo de aproximar o dois-em-um do pensar de um elemento que a letra define como presença. Como leitura do Tratado, o critério segue onde está, ao custo de o estudo de Arendt não acrescentar nada à margem.

Questão aberta (ax): o dois-em-um do pensar, a conversa de mim comigo, cabe na letra do Examinar (“em voz baixa ou numa frase escrita”, Meditações Práticas, “O Examinar da noite”) sem receber o nome de pensar nem de vida examinada? Se cabe, o Examinar ganha uma leitura de Arendt, ao custo de a letra não nomear interlocutor e de “diga um nome, e agradeça” já lhe dar um destinatário. Se não cabe, o dois-em-um fica no Tratado como critério da margem, e a pergunta do Estudo X segue sem resposta.

Da altura da ação passa-se a quem aparece nela, e a separação é de aparição (4.4).

4.4 O “quem” que aparece e a luz que vale sem aparecer

O “quem” só se mostra aos outros, e a luz do cânon vale antes de todo olhar; a seção mede a distância e formula a pergunta da natalidade.

Arendt diz que o “quem” se parece com o *daimon*, que só os que o encontram veem, e que ninguém é “autor ou produtor” da própria história (*A condição humana*, cap. V, §25; ver 2.5) [V-en; tradução do estudo]. A razão mais funda de que ninguém perdoe a si mesmo é esse “quem”, que só os outros veem (cap. V, §33; ver 2.6) [V-en; paráfrase]. Arendt admite o bem sem aparição, o de quem “deve estar sem si e preservar completo anonimato”, mas não o conta como político (§25) [V-en; tradução do estudo]. A tradição lê o “quem” como história (Ricoeur; ver 2.5).

O cânon responde por dois registros. A decisão n.º 4 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX fixou que “o valor está na Lux, antes de qualquer história; o ‘quem’ está na história que a Revisão do rio nomeia”, e este estudo não a reabre: Arendt está do lado da história, e do lado do “quem”, não do valor [leitura do estudo]. A diferença que resta é de quem vê. O olhar do outro, no cânon, “apenas vê” (decisão n.º 3 de 19/10/2026), e a decisão n.º 3 de 17/10/2026 diz que ele “não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la”: vê uma luz já dada. O *daimon* de Arendt é revelado pelo ato, e visto pelos outros.

Nas Meditações, antes de qualquer papel a pessoa “ainda não é ninguém”, “é só luz, ainda quieta, esperando” (Meditações Práticas, “O Acender da manhã”): o instante em que o “quem” ainda não apareceu a ninguém é o instante em que a luz está lá [leitura do estudo]. A Regra de Vida diz do sabbath que “a luz não precisa provar que existe”, e o Tratado da Luz Interior, que a antropologia do Pilar I “liberta a ação de precisar provar o que a pessoa, antes de agir, já é” (“Síntese”). A fronteira é esta: para Arendt, o “quem” só existe ao aparecer; para o cânon, a Lux vale sem aparecer, e o que aparece é o que se faz dela [leitura do estudo].

A natalidade, que 3.3 mediu, volta aqui como diferença de papel. Em Arendt, o nascimento é o começo que se faz sentir no mundo porque o recém-chegado pode agir (*A condição humana*, cap. I, §1; ver 2.4), e a inserção por palavra e feito é “como um segundo nascimento” (cap. V, §24; ver 2.4). No Catecismo, o recém-nascido “ainda não conquistou nada e já o tem” (Catecismo, 6). A origem do começo, que em Agostinho é a criação, o cânon deixa em aberto, como a da luz (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”); a natalidade não dá nome à Lux.

Questão aberta (aw): o Flumen e o recém-nascido do Catecismo podem ser lidos ao lado da natalidade de Arendt, como leitura e não como glossário, sem que se diga de onde vem o começo e sem que a Lux dependa dele? Se for leitura ao lado, os dois polos, “ninguém começa do zero” e o começo, ficam nomeados, ao custo de pôr uma palavra de Arendt junto à letra. Se for só glossário, a natalidade entra no léxico, ao custo de a Lux

parecer depender do começo. Se não for nem uma nem outra, o recém-nascido segue sem par, ao custo de a pergunta do Estudo XII seguir sem resposta.

Do “quem” que depende da aparição passa-se ao que se perde com o lugar no mundo (4.5).

4.5 A dignidade que se perde e o valor que não se perde

A fronteira mais séria do capítulo vem com as duas leituras que a tradição faz, e o estudo a declara sem atenuá-la.

Arendt diz que a privação fundamental dos direitos humanos é a de “um lugar no mundo” (*Origens do totalitarismo*, cap. 9; ver 2.2), que o mundo nada encontrou de sagrado na “nudez abstrata de ser humano” (ver 2.2) e que o direito “a ter direitos” deveria ser garantido “pela própria humanidade”, sem que seja “de modo algum certo” que isso seja possível (cap. 9) [V-en; tradução do estudo]. Duas frases do mesmo capítulo a letra não resolve uma na outra: o homem pode perder os Direitos do Homem sem perder “a sua dignidade humana”, e só a “perda da própria comunidade política” o expulsa da humanidade (cap. 9; ver 2.11). Na carta a Jaspers, de 1951, o mal radical é tornar os seres humanos “supérfluos como seres humanos” (ver 2.2).

A tradição lê de dois lados, e o estudo não escolhe. Lafer traz o direito a ter direitos para a doutrina brasileira dos direitos humanos [tese a confirmar]; Benhabib o lê como núcleo e se opõe à fronteira entre o social e o político [V via secundária: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*]; Agamben recebe o apátrida e a vida nua [tese a confirmar]. Uma leitura toma Arendt como crítica do humanismo abstrato: a mera humanidade não protege quem perdeu o lugar. Outra a toma como defensora da dignidade: o que ela cobra é um mundo que a garanta. O texto sustenta as duas, e o estudo não harmoniza as frases que o texto não harmoniza.

O cânon responde com a letra do valor: “O valor de cada pessoa é intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, I, “Princípio”); “cada luz é intrínseca — não relativa, não comparativa, não sujeita a ranking” (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”). A palavra do Cânon é “valor”; “dignidade” é do Tratado da Luz Interior, da Disputatio e das Fichas. A Disputatio recusa “deixar o mal ser o juiz último do valor humano” (3, “Respondeo”); e “o que a pessoa vale não se conquista nem se perde no caminho” (decisão n.º 1 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX). A letra não tem “direito a ter direitos” nem “direitos”; fala de dever, “uma luz devida ao outro” (Cânon v1.2, “A Vigília”).

A fronteira é esta. Em Arendt, o que protege a pessoa não está na natureza humana: está num lugar no mundo, e perdê-lo é perder o que a faz contar. No cânon, o valor é anterior a toda circunstância, e o lugar no mundo não o mede. As duas letras descrevem coisas diferentes, o que o mundo faz de quem perde o lugar e o que a pessoa vale; o estudo

não diz que se contradigam, nem que uma complete a outra [leitura do estudo]. A decisão n.º 7 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI (o escravo por natureza e a mulher) vale como padrão “para os clássicos que virão”, e a n.º 6 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII (a *massa damnata*: “nenhuma pessoa está fora da Lux”), “para os clássicos cristãos”. Que alcancem Arendt, e quem perde o lugar, é a pergunta seguinte.

Questão aberta (bc): a fronteira da série alcança a pessoa que perde o lugar no mundo, com a frase “nenhuma pessoa está fora da Lux” dita também diante da superfluidade, ou a fronteira com Arendt fica só neste estudo? Se alcança, a série ganha um terceiro padrão, ao custo de dizer em voz do estudo o que a letra só implica em “anterior a qualquer circunstância”. Se fica só aqui, a fronteira é declarada sem virar padrão, ao custo de a série não ter regra para o próximo autor que trate de direitos.

Da pessoa que perde o lugar passa-se ao que se faz entre pessoas quando uma falha (4.6).

4.6 O perdão que pede outros e a Misericórdia reflexiva; a promessa a outro e o Abrigo

Esta seção mede o que resta do “ninguém pode perdoar a si mesmo” depois das decisões que o fundador já tomou, e pergunta pela promessa.

Arendt diz que perdoar e prometer remedeiam a irreversibilidade e a imprevisibilidade do agir e que ambos pedem outros: “ninguém pode perdoar a si mesmo”, e o perdão e a promessa vividos no estar só ou no isolamento “ficam sem realidade” (*A condição humana*, cap. V, §33; ver 2.6) [V-en; tradução do estudo]. Nomeia Jesus de Nazaré como o descobridor do papel do perdão “no domínio dos assuntos humanos”, num contexto religioso que, diz ela, não é razão para levá-lo menos a sério em sentido secular (§33; ver 2.6); é voz dela, e o cânon não a toma nem a recusa. Na carta a Scholem, de 1963, ela diz que a misericórdia é aplicável à pessoa e não ao feito, o que não vale no caso Eichmann [V-pt: Mascaro, Oliveira e Silva; paráfrase]. “Misericórdia”, na carta, é a palavra dela para o ato que perdoa a pessoa, homônimo da Regra da Misericórdia do cânon, que é reflexiva (Disputatio, 3 e 4).

O cânon responde com a Regra, que “retoma” e tem endereço reflexivo (ver 3.8): “falar a quem falhou consigo mesmo” (Disputatio, 3, “Respondeo”), e “nunca falou do mal cometido contra outrem” (4, “Ad tertium”). O fundador decidiu a mão: “a mão que retoma é o rio […] A retomada é pertencimento, e não depende de outra pessoa” (decisão n.º 4 de 17/10/2026); o perdão da vítima ao lobo “fica para o tratado da justiça”, e “a Regra da Misericórdia continua reflexiva” (decisão n.º 3 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX); a graça, “toque do cristianismo”, separa-se da mão que retoma (decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII). Estas decisões não se reabrem.

O que resta é medida do estudo. A letra do cânon só diz “perdão” nas decisões n.º 3 e 6 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX; a Regra “retoma”, não perdoa. A hipótese do estudo é que a Regra desfaz o nó da falha consigo, e o perdão de Arendt desfaz o nó da ação entre outros: duas coisas, que o mesmo vocábulo não deve juntar [hipótese do estudo]. A frase de Arendt, assim lida, não contradiz a Regra, porque fala de outro nó; mas também não a explica. Há ainda um ponto em que “promessa” tem dois usos: as Meditações dizem “Você prometeu a si mesmo o Acender de manhã e esqueceu três dias seguidos” (Meditações Práticas, “A Regra da Misericórdia”), e Arendt diz que a promessa feita só a si mesmo não obriga (§33; ver 2.6). A diferença é de uso [leitura do estudo].

Sobre a promessa a outro e mantida diante dele: o Estudo IX, 5.4, contou três usos, o de Ricoeur, o das Meditações, e a Vigília que “promete presença, não vitória” (Cânon v1.2, “A Vigília”), e pôs o Abrigo como o mais próximo, quem “se compromete a ser lugar seguro no rio” (Cânon v1.2, “O Abrigo”). Arendt trata a promessa como o que garante o futuro entre pessoas, e nomeia Abraão a propósito da tradição da promessa (§34) [V-en; paráfrase]; o preço da imprevisibilidade é a liberdade “dada sob a condição da não soberania” (§34) [V-en; tradução do estudo]. A letra do cânon tem “comprometer-se” e não “prometer”.

Questão aberta (az): a promessa dita a outro e mantida diante dele é o compromisso do Abrigo (“se compromete a ser lugar seguro no rio”), ou a letra não a tem? Se é, o Abrigo ganha uma leitura de Arendt, ao custo de dar a “comprometer-se” um peso de promessa que a letra não diz. Se a letra não a tem, a promessa fica como fronteira, e o Estudo IX segue sem resposta. Pode ainda ficar nomeada como “o mais próximo”, sem decisão, o que repete o IX.

A herdada (g), a justiça devida ao lobo, segue aberta até o tratado: Arendt liga o perdão ao que se pode punir (*A condição humana*, cap. V, §33; ver 2.6), como Ricoeur (“ali onde se pode punir”, Estudo IX, 5.4; ver 2.6), mas ela não está entre as peças que as decisões nomearam para o tratado, e o estudo só aponta a porta.

Do que se desfaz entre pessoas passa-se ao que se julga sozinho, com os outros dentro (4.7).

4.7 A mentalidade alargada e o veto sem voz externa

Os outros, que Arendt faz entrar no juízo, cabem num veto que o fundador disse sem voz externa?

Arendt diz, nas *Lições sobre a filosofia política de Kant*, que pensar com mentalidade alargada é treinar a imaginação “para ir de visita”, o que não é empatia nem adoção das opiniões alheias (ver 2.10 e 3.7) [V-es; tradução do estudo]. O *sensus communis* (“senso comum”) é um sentido comunitário: ao julgar, faz-se como membro de uma comunidade; e o espectador ocupa a posição que permite ver o conjunto [V-es; paráfrase].

O julgar julga particulares sem subsumi-los a regras gerais (*A vida do espírito*, I) [V-es; paráfrase]. Em Eichmann, a incapacidade de falar estava ligada à de pensar do “ponto de vista de outra pessoa” (*Eichmann em Jerusalém*, cap. III; ver 2.9) [V-pt: Siqueira; página a confirmar]. Beiner faz da mentalidade alargada a base da aptidão de julgar (ensaio interpretativo às *Lições*) [V-es].

O cânon responde com a Bússola: “a luz está lá? Posso estar lá inteiro, sem me trair?” (Cânon v1.2, “A Bússola”), pergunta em primeira pessoa, que “apenas veta”. A decisão n.º 4 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI diz que a Bússola “percebe o caso, como a prudência de Aristóteles, e veta a partir dele”, sem nomear Arendt nem “juízo”; a ponte com o juízo dela é do estudo [leitura do estudo]. O toque de estrutura está em 3.7 (o particular, sem regra); a fronteira é esta.

A mentalidade alargada leva os outros para dentro do julgar, pela imaginação. O veto da Bússola vem da Luz: a decisão n.º 7 de 23/10/2026 sobre o Estudo X o diz “a própria Luz na pessoa, sem voz externa”, e a n.º 5 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX leu a voz do outro “em mim” como a própria Luz. Se a representação dos pontos de vista dos outros tem lugar nesse veto é a pergunta (ba): a decisão diz “sem voz externa” e não diz se há voz interna nem se os outros, representados, são voz [leitura do estudo].

Questão aberta (ba): a mentalidade alargada, representar as perspectivas dos outros ao julgar, cabe na Bússola, que percebe o caso e veta “sem voz externa”, ou no Examinar, ou é fronteira? Se cabe na Bússola, o caso percebido inclui os outros, ao custo de a decisão n.º 7 de 23/10/2026 sobre o Estudo X dizer “sem voz externa” e passar a admitir uma representação. Se cabe só no Examinar, a Bússola fica intacta, ao custo de pedir ao Examinar o que as duas perguntas não dizem. Se é fronteira, o estudo a declara, ao custo de a prudência do particular seguir sem a representação dos outros que Arendt descreve.

Do juízo que representa os outros passa-se ao mal que nasce de não os representar (4.8).

4.8 A irreflexão, a banalidade e o lobo por autoria; a compaixão apolítica e o Abrigo

Duas fronteiras de Arendt, sobre o mal e sobre o acolher, vêm juntas, e a porta do totalitarismo fica registrada sem ser forçada.

Arendt diz de Eichmann que foi “pura irreflexão”, “algo de maneira nenhuma idêntico à burrice” (*Eichmann em Jerusalém*, Pós-escrito; ver 2.9) [V-pt: Siqueira; página a confirmar]; o alemão acrescenta *gewissermassen* (“em certo modo”) [V-de; página a confirmar]. Diz que, ao falar da banalidade, fala “apenas no plano estritamente factual” e que o que se aprendeu em Jerusalém foi “uma lição” e não uma explicação (Pós-escrito; ver 2.9) [V-en; tradução do estudo]. Na carta a Scholem, de 1963, ela diz que o mal “nunca é ‘radical’”, é “apenas extremo”, e se espalha “como fungo sobre a superfície” (ver 2.9) [V-

pt: Mascaro, Oliveira e Silva]. A tradição lê nisso uma revisão do termo de 1951, e não uma contradição (Bernstein) [paráfrase].

O cânon responde com três camadas de letra, que o estudo não unifica. O Catecismo diz: “o mal que alguém inflige, com intenção ou sem ela, a filosofia chama de lobo — agir sem pensar não é noite” (Catecismo, 35). O Tratado da Vigília: “é lobo quem o inflige, com ou sem intenção; a irreflexão não é noite” (“Definição”). E a decisão n.º 5 de 17/10/2026 diz: “O lobo é quem inflige o mal, com ou sem intenção; a irreflexão não é noite.” A decisão n.º 10 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX acrescenta que “a fronteira entre noite e lobo passa pelo ato, não pela pessoa”, e a n.º 9 de 19/10/2026 mandou o Examinar olhar “também o mal que o existir causa sem intenção”, deixando a redação da Regra de Vida ao fundador. A letra diz que a irreflexão não é noite; não diz que seja lobo, nem usa “banal”.

Os Estudos X e XII montaram o triângulo, Sócrates e a ignorância, Arendt e a irreflexão, o cânon e a autoria, com a causa deficiente de Agostinho como quarto vértice; o estudo não o unifica [inferência do estudo]. Arendt toca a imagem do lobo; a definição, o cânon já deu pelo ato. A hipótese do Estudo VII, o Examinar como o que a irreflexão dispensa, segue sem decisão, e o terreno não é virgem: o Examinar olha “para trás” com “os olhos abertos para o que de fato aconteceu” (Meditações Práticas, “O Examinar da noite”).

Questão aberta (bb): a irreflexão de Arendt é figura do lobo “sem intenção”, como glossário ou como leitura? E o Examinar, que já olha o dano que não se quis, é lido como o que a irreflexão dispensa, ou isso fica como hipótese? Se glossário, a irreflexão entra no léxico, ao custo de pôr nele uma palavra de Arendt. Se leitura, fica ao lado do Catecismo, 35, ao custo de repetir o que a letra já diz. Se o Examinar for adotado como o que a irreflexão dispensa, a redação da Regra de Vida ganha uma razão, ao custo de pedir ao Examinar mais do que as duas perguntas dizem.

A segunda fronteira é a compaixão. Arendt diz que a compaixão “abole a distância” e por isso é, politicamente, “irrelevante e sem consequência” (*Sobre a revolução*, cap. 2; ver 2.8); que ela não se desperta pelo sofrimento de uma classe, de um povo ou da humanidade; e que compaixão e bondade “podem ser fenômenos relacionados, mas não são o mesmo” (cap. 2) [V-en; página a confirmar; tradução do estudo]. O amor, por sua vez, é antimundano e “antipolítico” (*A condição humana*, cap. V, §33; ver 2.6).

O cânon responde com o Abrigo: “Sê casa para o outro” (Cânon v1.2, “O Abrigo”). A doutrina não traz “compaixão” nem “piedade” (a palavra “piedade” só aparece na citação de Weil, no Tratado da Vigília), e o Abrigo “revela e nada exige” (decisão n.º 3 de 19/10/2026), sem programa. A compaixão de Arendt é apolítica, e o Abrigo não é política: não há contradição, há duas ordens, a do que se deve a quem chega e a do que se faz entre cidadãos [hipótese do estudo]. O estudo não afirma que Arendt rejeitaria o Abrigo nem que o endossaria.

Duas portas ficam registradas. A herdada (j), se a Bússola vetaria o monte Moriá: Arendt nomeia Abraão na passagem lida só a propósito da tradição da promessa (ver 4.6), e não de Moriá; (j) fica como estava. A herdada (k), o mal estrutural: o totalitarismo e a superfluidade são a porta mais próxima que a série já teve, pois ali o mal tem sistema e a "vontade perversa" de Kant já não o explica (*Origens do totalitarismo*, cap. 12) [V-en; V via secundária: Bernstein]. Bernstein cita a passagem sem *equally* ("igualmente"), que o texto de 1973 e o Taurus trazem. Mas (k) espera Marx, a quem Arendt leu como alguém cuja atitude diante do labor "nunca deixou de ser equívoca" (*A condição humana*, cap. III) [V-en; tradução do estudo]. O estudo registra a porta, não a abre.

Dos limites de Arendt passa-se às casas que a série já visitou e ao que cada uma recebeu dela (capítulo 5).

5 ARENDT E AS CASAS QUE JÁ VISITAMOS

A série visitou, em doze estudos, as casas de pensamento com que o cânon conversa. Este capítulo volta a cada uma delas com Arendt na mão, na mesma ordem: o que Arendt diz da casa, o que a tradição diz dessa relação, o que a letra do cânon e a série já registraram, e onde a conversa fica. O que os estudos anteriores fecharam não é reaberto, e cada decisão do fundador entra com a sua chave na primeira vez em que aparece. O que é do estudo vem marcado.

5.1 Sócrates, Platão e Aristóteles: o pensar, a troca do agir pelo fazer, a *praxis*

Sócrates, Platão e Aristóteles formam a casa a que a série mais voltou com Arendt (Estudos X e XI, depois do VII, 5.4).

Arendt diz de Sócrates que ele queria “tornar a cidade mais verdadeira, fazendo nascer em cada cidadão a sua verdade” (“Sócrates”, em *A promessa da política*) [V-en; tradução do estudo]; o verbo é o do parto, e não o do mestre [leitura do estudo]. O pensar, nesse Sócrates, é diálogo comigo mesmo, e do *Górgias* ela tira a frase de que é melhor “discordar do mundo inteiro” do que estar em desacordo consigo (*Entre o passado e o futuro*, “A crise na cultura”; ver 3.5) [V-en; tradução do estudo]. É a figura do dois-em-um, cujo vocabulário o capítulo 3 fixou.

De Platão, Arendt diz que “a substituição do agir pelo fazer” rebaixa a política a meio de um fim supostamente “mais alto”, e que essa troca é tão antiga quanto a filosofia política (*A condição humana*, cap. V, §31) [V-en; tradução do estudo]. De Aristóteles guarda o *bios politikos* (“vida política”), domínio dos assuntos humanos que pede a ação, a *praxis* (*A condição humana*, cap. I, §2) [V-en; paráfrase], e vê no respeito uma *philia politikē* (“amizade política”) sem intimidade (ver 2.6). A tradição lê esse Aristóteles como “renovação sistemática do conceito aristotélico de *praxis*”, fórmula de Habermas lida em Villa [V-en via secundária: Villa, 1996; tradução do estudo]. O estudo retém a troca, e não Platão inteiro [leitura do estudo].

A série já registrou, desta casa, o triângulo Sócrates, Arendt e cânon (Estudo X, 5.3) e a *praxis* e a amizade cívica de Aristóteles postas ao lado do rio (Estudo XI, 5.7 e 6.2). Duas decisões governam a leitura. A n.º 5 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI põe a amizade “toda nas Águas Comuns” e diz que “o Abrigo não pede retorno em ponto algum”. A n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI registra desde já a distinção de Arendt entre o político e o social junto às razões do nome “Águas Comuns” (ver 4.2), e nenhum escrito do cânon recebeu ainda esse registro.

Arendt diz a humanidade “não na fraternidade, mas na amizade” (*Homens em tempos sombrios*, “Sobre a humanidade em tempos sombrios”) [V-en; tradução do estudo]. A letra do cânon tem “Ninguém navega um rio privado” e conta “a vez respeitada” entre as

formas de manter as águas (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”); o Tratado diz o rio “mais largo e mais humilde” que o espaço público (ver 4.2).

Daí duas questões. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3, questão (ax)) se o dois-em-um cabe na letra do Examinar, sem receber o nome de pensar nem de vida examinada. E pergunta (ver 7.3, questão (bd)) se a ação de Arendt cabe nas Águas Comuns sem que o rio vire espaço público, e em que escrito passa a constar a distinção entre o político e o social, já registrada. De Sócrates e dos clássicos passa-se a Agostinho, em quem Arendt começou (5.2).

5.2 Agostinho: a tese de 1929, a natalidade, a vontade

Agostinho é a casa onde Arendt começou, e a que a série visitou há menos tempo (Estudo XII, 5.7 e 6.1).

O que Arendt diz dele, na obra madura, é a frase do *initium* (“começo”), que o capítulo 2 trouxe inteira (ver 2.4): o começo que o homem é não é “de algo, mas de alguém” (*A condição humana*, cap. V, §24) [V-en; tradução do estudo]. Em *Origens do totalitarismo*, cap. 13, o gesto vira capacidade: o começo é “a suprema capacidade do homem” (ver 2.4) [V-en; V-pt via secundária: Fernandes]. Em *A vida do espírito*, Agostinho é “o primeiro filósofo da Vontade” (II) [V-es; tradução do estudo].

A tradição lê a tese de 1929 com cuidado. A edição portuguesa de *O conceito de amor em Santo Agostinho* diz o nascimento por *generatione* (“pelo nascimento”) [V-pt: Pereira Dinis; página a confirmar], e Santos adverte que a fórmula do *initium* não consta da edição de 1929 [V-pt via secundária: Santos]. A edição inglesa de 1996 traz “birth or ‘natality’” como o fato que determina o homem, e a nota de Stark diz que o termo foi acrescentado depois [V-en via secundária: Stark]; a leitura de Canovan sobre onde a natalidade já aparece é disputada [tese a confirmar]. O Estudo XII (5.7) registrou que a tese parte de *caritas* (“caridade”) e *cupiditas* (“cobiça”), e não da natalidade [paráfrase; localização a confirmar], mas essa frase não esgota a tese: nem se afirma que a natalidade de *A condição humana* já estivesse nela, nem se prova o contrário [leitura do estudo].

A série tem desta casa a n.º 1 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII, pela qual o Lumen Fluens “aceita de Agostinho o dentro e recusa a exceção”, e a n.º 5 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII, pela qual “o cânon continua a definir o lobo pelo ato”, mesmo diante da *consuetudo* (“hábito”) que acorrenta. O Estudo XII disse, em 6.1, que “entre o companheiro que não se pode deixar e a companhia que não deixa o mundo há um intervalo que o estudo de Arendt poderá medir” [hipótese do estudo]; a medida está em 2.4.

A letra do cânon responde com o recém-nascido, “ainda não conquistou nada e já o tem” (Catecismo, 6), com o Pilar II, “Ninguém começa do zero” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, II), e com a Regra da Misericórdia, “Recomeça-se no dia seguinte” (Cânon v1.2, “A Regra da Misericórdia”). Nenhuma das três é a natalidade de Arendt: a primeira diz o

que o recém-nascido já tem, a segunda de onde se parte, a terceira como se volta [leitura do estudo].

Arendt acrescenta o que a série não tinha, um começo que é do “quem” e não só do “quê”. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3, questão (aw)) se o Flumen e o recém-nascido do Catecismo podem ser lidos ao lado da natalidade de Arendt, como leitura e não como glossário, sem que se diga de onde vem o começo e sem que a Lux dependa dele. Do começo agostiniano passa-se ao estar só dos estoicos (5.3).

5.3 O estoicismo: Epicteto e Catão no dois-em-um; a cidadela interior

A casa é a da Ficha do Estudo II, que este capítulo não reescreve; Arendt toca o estoicismo em três lugares.

De Catão, citado por Cícero no fim de *A condição humana*, fica o paradoxo do ativo que nada faz e do acompanhado que está a sós (ver 4.3) [V-en; paráfrase]. De Epicteto, a distinção entre *eremos* (“ermo”) e *monos* (“só”), com que ela separa a desolação do estar só (*Origens do totalitarismo*, cap. 13) [V-en; paráfrase]. E, na mesma página, o ponto que importa: o dois-em-um “precisa dos outros” para voltar a ser um (ver 2.10) [V-en; tradução do estudo]. O estar só carrega os outros dentro de si e depende deles para não virar desolação [leitura do estudo].

A tradição registrada aqui é a de Ricoeur, e não a de um leitor de Arendt: ele contrapõe ao “orgulho estoico da inflexível constância” a modéstia da promessa (Estudo IX, 4.4), sem citar Arendt; o Estudo X lembrou Epicteto como “cidadão do mundo” (Estudo X, 4.1). O estudo não encontrou recusa nominal da cidadela interior estoica por Arendt [localização a confirmar]. Há uma recusa de estrutura: a liberdade interior é “politicamente irrelevante” (ver 2.8), e o dois-em-um que precisa dos outros não é a cidadela de quem basta a si. Dirigir essa recusa a Epicteto é [inferência do estudo].

A Ficha do Estudo II, que não é cânon, traz as pontes: o exame noturno de Sêneca, “ancestral do nosso Examinar”, com “tribunal lá, misericórdia aqui”; o portar o involuntário, de Epicteto; e três contrastes, *apatheia* (“ausência de paixão”) contra celebração, *amor fati* (“amor ao destino”) contra mensagem e autossuficiência contra Abrigo (a cidadela interior, não; a casa de portas abertas) [Ficha, não cânon]. A n.º 8 de 23/10/2026 sobre o Estudo X fez de Sócrates, na Ficha, o modelo que Sêneca e Epicteto tomam para o exame e o portar, e a n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII fez a Ficha II receber a recusa agostiniana da *apatheia*.

“Quem atraca está consigo” (ver 3.2) é frase do Tratado, não do Cânon, e não se lhe atribui a doutrina de Arendt: o Tratado diz que “Dela vem também o critério” e que a margem não se apoia em “morta para o mundo”, e não vai além (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”).

O estudo registra, como procedimento e sem letra (ver 7.3), a pergunta de se o Catão e o Epicteto de Arendt, o estar só que não perde o mundo, entram na Ficha II como matéria, ao lado de Sócrates. A questão (ay), a de saber se “estar consigo” pode entrar como glossário da margem, é de 4.3 e aqui só se anota. Do estar só estoico passa-se ao perdão cristão (5.4).

5.4 O cristianismo: Jesus e o perdão; Paulo e a vontade; o amor antimundano

A casa é a da Ficha do Estudo III, que também não se reescreve; Arendt a toca no perdão, na vontade dividida e no amor.

Arendt diz que o descobridor do perdão no domínio dos assuntos humanos foi Jesus de Nazaré (ver 2.6) [V-en; paráfrase], e que o código moral que se infere do perdoar e do prometer “repousa em experiências que ninguém poderia jamais ter consigo mesmo” (*A condição humana*, cap. V, §33) [V-en; tradução do estudo]. O perdão é “eminentemente pessoal” e, no estar só ou no isolamento, perdoar e prometer “ficam sem realidade” (ver 2.6). A razão mais funda de que ninguém perdoe a si mesmo é, para ela, o “quem” revelado em ação e discurso, que só os outros veem (§33) [V-en; paráfrase].

De Paulo, Arendt faz o teórico da vontade dividida: o dois-em-um dele é outro, pois “os dois não são amigos ou companheiros; estão em constante luta entre si” (*A vida do espírito*, II) [V-es; tradução do estudo], o inverso do dois-em-um socrático, que é conversa. Do amor diz que é, por natureza, antimundano e antipolítico, e que destrói o “entre” que nos relaciona e separa dos outros (*A condição humana*, cap. V, §33) [V-en; paráfrase].

A tradição lê esse conjunto em chave de “amor ao mundo”, como Correia, para quem Arendt “compreendia o político antes de tudo como resultado do amor ao mundo” (2006) [V-pt: cópia aberta, sem paginação]. Que isso seja uma volta ao mundo depois do Agostinho do dentro é [hipótese do estudo]. O Jesus de Arendt é leitura dela, feita para o argumento dela [leitura do estudo].

A Ficha III, que não é cânon, registra dignidade anterior ao mérito, Abrigo e caridade, estrutura contra revelação, sem culto, fidelidade intra-histórica [Ficha, não cânon]. Três decisões a tocam: a n.º 10 de 19/10/2026 manda revê-la para receber a quenose (o esvaziamento de si) e a substituição (o ficar no lugar do outro); a n.º 12 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX, o material de Ricoeur; a n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII, que “Misericórdia e graça” se separe em duas, a mão que retoma, que é do rio, e a graça, que é toque do cristianismo. A n.º 4 de 17/10/2026 já dizia que a retomada “não depende de outra pessoa”; a Regra da Misericórdia retoma, e não perdoa (ver 3.8).

A letra do cânon tem a Regra da Misericórdia (ver 5.2) e o Abrigo, “Sê casa para o outro” (Cânon v1.2, “O Abrigo”); nenhuma das duas fala de Jesus, e a independência confessional deixa o nome a cada um: “A filosofia não decide isso por ninguém” (Cânon

v1.2, “Independência confessional”). O cânon não é cristão nem anticristão; Jesus e o perdão entram neste capítulo só na voz de Arendt.

O estudo registra, como procedimento e sem letra (ver 7.3), a pergunta de se o Jesus do perdão e o Paulo da vontade dividida, tais como Arendt os lê, entram na revisão já decidida da Ficha III como matéria do interlocutor, separados da mão que retoma. Do amor antimundano passa-se ao processo e ao labor (5.5).

5.5 Hegel e Marx: o processo, a história, o labor

Arendt diz de Hegel que ele faz da história um processo que dá sentido ao que os homens fazem (*Entre o passado e o futuro*, “O conceito de história”, p. 68) [V-en; paráfrase]. De Marx, o juízo é duplo: na parte do labor, ela chama “equívoca” a atitude dele, porque o homem se faz pelo labor e quer ao mesmo tempo libertar-se dele (*A condição humana*, cap. III, p. 104) [V-en; tradução do estudo]. Frases como “o trabalho criou o homem” circulam como se fossem dela; que sejam dela, e não de Marx ou de Engels, está por confirmar [tese a confirmar].

O Estudo VII é desta casa, inteiro. Ele disse (6.4) que o falso amigo “revela-se”; a n.º 1 de 17/10/2026 sobre o Estudo VII estabelece que a dialética entra como método e a teodiceia não; a n.º 13 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX fala da “mediação aberta”. A Ficha VII acrescenta a Vigília contra a teodiceia e o lobo contra o tribunal do mundo [Ficha, não cânon]. O cânon responde noutro andar: a n.º 2 de 17/10/2026 sobre o Estudo VII diz a vida “uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer”, e nenhum escrito do cânon fala de processo.

Marx deixou ao Estudo VII (5.2) a questão (k): quando o mal é estrutural, o lobo tem “alguém”? A resposta ficou para o estudo de Marx. Arendt entra aqui só como porta. Em *Origens do totalitarismo* (cap. 12, p. 459), o sistema quer homens “igualmente supérfluos” [V-en; tradução do estudo], e “supérfluo” é o nome mais exato que o estudo achou para o ponto em que o mal deixa de ter alguém. Dizê-lo é [inferência do estudo]; resolvê-lo, não.

O estudo registra, como procedimento e sem letra (ver 7.3), a pergunta de como pôr o totalitarismo e a superfluidade de Arendt na porta de (k) enquanto (k) espera Marx: nota ao Estudo VII, peça do estudo de Marx, ou, por ora, parte da questão (bd). Do processo passa-se ao existir (5.6).

5.6 O existencialismo: Heidegger, Jaspers, Kierkegaard

Arendt é filha desta casa e não fala dela como estranha. Do ensaio de 1946 em que perguntou o que é a filosofia da existência o estudo tem só os dados bibliográficos [localização a confirmar]. De Heidegger ela escreveu aos oitenta anos que ele e Platão, ao entrarem nos assuntos humanos, voltaram-se para tiranos e Führers (“Martin Heidegger faz

oitenta anos”) [V-pt via secundária; paráfrase]. Quanto disso é defesa ou crítica a tradição discute [tese a confirmar]. Basta uma frase: a biografia não é doutrina, e o cânon não se lê aqui pela vida de ninguém.

Jaspers é a figura oposta. Arendt o diz *humanitas* na *laudatio* e dele tira a mentalidade alargada, pensar no lugar de todos os outros (escritos sobre Jaspers) [V-es; paráfrase; páginas inferidas]. É a porta do Estudo XIV, que a série ainda não abriu. O Estudo IX (4.2) o encontrou como interlocutor silencioso, e a n.º 9 de 19/10/2026 sobre o Estudo VIII diz que o Examinar olha “também o mal que o existir causa sem intenção”. A carta do cânon mais próxima é a Bússola, que percebe o particular e veta (n.º 4 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI); a proximidade é [leitura do estudo]. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3, questão (ba)) se ela merece ser lida assim.

De Kierkegaard não se achou passagem de Arendt que sirva de citação [localização a confirmar]; não se lhe atribui tese. A Ficha V é o que há: “contra a vida por papéis”, a má-fé de Sartre, o “a gente” de Heidegger, e Kierkegaard como ponte, “querer uma só coisa”, invenção contra revelação, absurdo contra pertencimento [Ficha, não cânon]. Que o “a gente” tenha parentesco com o que Arendt chama de social é [hipótese do estudo], e só vale se confirmada em texto dela. Do existir passa-se ao outro (5.7).

5.7 Levinas e Ricoeur: a pluralidade e o rosto; o “quem” e o perdão

Levinas é a casa do Estudo VIII, que não nomeou Arendt. A tradição os aproxima: Bell (2018) e Topolski (2008) leem Levinas e Arendt juntos [tese a confirmar], e o ponto de contato seria pensarem o outro contra a fusão [leitura do estudo]. Em Arendt, a compaixão “abole a distância” entre os homens (*Sobre a revolução*, cap. 2, p. 86) [V-pt; paráfrase] e o amor destrói o que está entre eles (*A condição humana*, §33, p. 242) [V-en; paráfrase]; em Levinas, o rosto pede resposta sem fusão.

A série tem as decisões de 19/10/2026 sobre o Estudo VIII: a n.º 1 aceita a dívida e recusa a eleição; a n.º 3 faz do olhar do outro apenas um ver; a n.º 4 diz que o Abrigo não vai até a substituição; a n.º 5 põe as relações assimétricas no Abrigo e as recíprocas no rio. O Estudo IX (4.5) examinou os usos do “terceiro”. A letra responde com “Sê casa para o outro” (Cânon v1.2, “O Abrigo”).

Ricoeur é a casa do Estudo IX. Arendt pergunta “quem?”, e Ricoeur a lê assim: a ação revela um “quem”, não um “quê” (*Tempo e narrativa*, III) [V-pt; paráfrase]. Em 23/10/2026 sobre o Estudo IX, a n.º 4 pôs a pessoa e a história em registros distintos; a n.º 6, o “há perdão” de Ricoeur ao lado da Luz sem nome; a n.º 3, o perdão da vítima para o tratado da justiça; a n.º 9, as peças de Ricoeur e de Levinas para esse tratado. Arendt aproxima o perdão da punição por ambos quererem pôr fim a algo (*A condição humana*, §33) [V-en; paráfrase; página a confirmar], e é o que alimenta a questão (g), herdada.

A promessa é a segunda ponta. Arendt a diz, em §33, faculdade que depende da pluralidade; o Estudo IX (5.4) contou três usos. Nenhuma carta é promessa feita a outro e cumprida diante dele: o Abrigo “se compromete a ser lugar seguro no rio” (Cânon v1.2, “O Abrigo”). O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3, questão (az)) se isso basta. O prefácio de 1983 de Ricoeur à tradução francesa de *A condição humana* não foi lido [tese a confirmar]. Dos dois passa-se ao Tratado (5.8).

5.8 Buber, Mounier e Taylor: as três vozes do Tratado e a porta do Estudo XV

A casa aqui é o próprio Tratado das Águas Comuns, que ouve três vozes “sem se filiar” a nenhuma e toma de cada uma “só a estrutura” (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”). O programa vem de Mounier, a precedência da relação de Buber, a luz pública de Arendt. Do personalismo de Mounier o Tratado diz que a raiz cristã “entra como material, não como doutrina”. E diz de Arendt o que mais importa à leitura deste capítulo: o rio é “mais largo e mais humilde que o espaço público, e não é programa político”. A frase é do Tratado, não do Cânon, e é a regra que o estudo observa: Arendt entra como voz, e não como programa.

Há uma coincidência de vocabulário, registrada sem ponte. O cânon diz “pessoal, nunca individual” [localização a confirmar]; Arendt diz do perdão que é “um assunto eminentemente pessoal (embora não necessariamente individual ou privado)” (ver 5.4). Duas palavras em comum não provam parentesco, e o estudo não o afirma [leitura do estudo].

De Buber e de Mounier não se trouxe nenhuma tese de Arendt, e nenhuma lhes é atribuída. De Taylor a tradição informa só por negação: a *Stanford Encyclopedia* distingue Arendt dele [tese a confirmar], e nada mais se confere. A porta do Estudo XV fica porta, e só. A distinção entre o político e o social, que a n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI deixou junto às razões do nome “Águas Comuns”, espera essa porta ou entra antes: é a questão (bd), em 6.3. Do que as casas têm passa-se ao que falta (5.9).

5.9 O que não há: o Oriente

Há pouco a citar aqui, e o estudo o diz. Nas fontes lidas não se achou passagem de Arendt sobre o budismo, o Vedanta ou o taoísmo, nem intérprete que os ponha em conversa com ela [localização a confirmar]. As Fichas dos Estudos I, IV e VI trazem as casas e as fronteiras do cânon com elas [Ficha, não cânon], e a independência confessional segue como regra de entrada: “Para quem crê, a Luz tem nome próprio […]” (Cânon v1.2, “Independência confessional”). Dizer que Arendt não visita essas casas não diz coisa alguma sobre elas [leitura do estudo]. A n.º 7 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI vale como padrão “para os clássicos que virão”, e a n.º 6 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII, “para os

clássicos cristãos”; que alcancem Arendt é a questão (bc), em 4.5, e nenhuma decisão as estende às casas do Oriente.

5.10 O padrão

O que se repete nas casas visitadas dá-se em dois gestos [hipótese do estudo]. No primeiro, cada casa recebe de Arendt uma palavra do “entre”, a pluralidade ou o começo, e decide de modo diferente o que fazer com o público. Sócrates e Aristóteles a recebem como conversa e amizade, Agostinho como começo, os estoicos como o dois-em-um que precisa dos outros, o cristianismo como perdão, Marx como porta de (k), Jaspers como mentalidade alargada, Levinas e Ricoeur como o outro e o “quem”, o Tratado como luz pública que não faz do rio um programa. O cânon responde a cada uma pelo lado do dentro, do dia seguinte e da casa, e não pelo do espaço de aparição.

No segundo gesto, a Arendt de cada casa não é a mesma. A do dois-em-um e do juízo, de *A vida do espírito*, não é a do espaço de aparição, de *A condição humana*, nem a do totalitarismo, de *Origens do totalitarismo*; cada casa levou de Aristóteles uma obra, e não ele inteiro (Estudo XI, 5.10), e leva de Arendt o mesmo. Por isso o capítulo visita casas e não as gradua: Arendt não é precursora de nenhuma, e o cânon não é versão dela. O que fica são as perguntas ao fundador, reunidas em 7.3: (aw), (ax), (ay), (az), (ba), (bc) e (bd), e os três registros de procedimento, sem letra, sobre a Ficha II (5.3), a Ficha III (5.4) e a porta de (k) (5.5).

6 PRÉVIAS: AUTORES QUE VIRÃO

A série passa agora aos que seguem Arendt, na ordem que o fundador fixou: depois dela, Marcel e Jaspers, e por fim Taylor (decisão n.º 11 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX: "A ordem dos clássicos: Platão (Estudo X), Aristóteles, Agostinho; depois Arendt, Marcel e Jaspers, Taylor."). Marcel e Jaspers virão juntos, no Estudo XIV, e Taylor no XV, segundo o plano da série [inferência do estudo]. A decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII e o Estudo XI, 7.3, deixam os quatro autores, entre eles estes três, "sem letra"; este capítulo segue o mesmo procedimento e dá marcas de lugar, e não respostas. As decisões do fundador valem como palavra dele e não se reabrem.

Nenhum dos três foi aberto no texto próprio: o que se diz deles é aviso de porta, e não leitura. As prévias anteriores já disseram o que o cânon tem a testar em cada um, e isso não se repete; cada seção acrescenta o que Arendt dá ao autor ou lhe opõe. Entre Arendt e Marcel, e entre ela e Taylor, a pesquisa de fontes do estudo não achou passagem em que um leia o outro [tese a confirmar]; com Jaspers é outro caso, porque a correspondência existe. As pontes são, pois, do estudo, e vão marcadas.

6.1 Gabriel Marcel

Marcel entra pela porta que o Estudo IX abriu e que os Estudos X, XI e XII repetiram, e a pergunta desta seção é o que Arendt acrescenta a ela: a promessa dita a outro.

Marcel diz que o ser não é problema posto diante de nós, mas mistério em que estamos implicados (*Ser e ter*, 1935) [paráfrase; localização a confirmar], e que a esperança não é a espera de uma coisa determinada (*Homo viator*, 1944) [paráfrase; localização a confirmar]. A fidelidade criadora o estudo não abriu; o que tem dela é a leitura de Ricoeur [tese a confirmar]. A tradição lê, por Ricoeur, que a obrigação de manter-se cumprindo as próprias promessas "corre o risco de petrificar-se na rigidez estoica da simples fidelidade, se não for regada pelo desejo de responder a uma expectativa", e que "Gabriel Marcel dá a essa fidelidade o nome de disponibilidade" (*O si-mesmo como um outro*) [V-es via secundária: Estudo IX, 4.2 e 6.5; tradução do estudo]. A promessa, em Ricoeur, é dita a outro e mantida diante dele: "você pode contar comigo" (*O si-mesmo como um outro*) [V-fr via secundária: Estudo IX, 5.5; tradução do estudo].

Arendt não diz nada de Marcel que o estudo tenha achado, mas diz três coisas que cabem na mesma conversa: a recusa do abstrato, os "homens, e não o Homem" e a "nudez abstrata" de quem é só humano (ver 2.2 e 2.4); a presença dos outros, que "assegura a realidade do mundo" (ver 2.7); e a promessa, que "no estar só ou no isolamento" fica "sem realidade" (ver 2.6) (*A condição humana*, §1, §7 e §33; *Origens do totalitarismo*, cap. 9) [V-en; tradução do estudo]. Arendt acrescenta que a promessa remedia em parte a imprevisibilidade da ação, e que essa imprevisibilidade é o preço pago pela liberdade, em

troca de habitar com outros um mundo cuja realidade a presença de todos garante (*A condição humana*, §34) [V-en; paráfrase].

O cânon responde primeiro no Abrigo. A letra diz que quem vive o Lumen Fluens “se compromete a ser lugar seguro no rio” (Cânon v1.2, “O Abrigo”), e o Estudo IX (3.2 e 6.4) registrou que ela não traz promessa dita por uma pessoa a outra e mantida diante dela: o compromisso do Abrigo é “o mais próximo” [leitura do estudo]. Duas decisões estreitam a passagem: a n.º 3 de 19/10/2026, pela qual o olhar do outro apenas vê e o Abrigo “revela e nada exige” (ver 3.6), e a n.º 5 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI, que põe a amizade “toda nas Águas Comuns” e diz que “o Abrigo não pede retorno em ponto algum”. A fidelidade de Marcel, como Ricoeur a diz, responde a uma expectativa de outro, e o Estudo IX declarou não saber se isso ainda seria exigência (6.5) [hipótese do estudo]. O que Arendt acrescenta é que a promessa só tem realidade diante de outros: lido ao lado dela, o compromisso do Abrigo seria diante de quem chega, e não consigo [leitura do estudo].

Em segundo lugar, a Vigília. O Tratado da Vigília diz que ela não se chama esperança, “que olha para uma manhã que a luz não promete” (“Definição”), e que, diante do mal que ninguém causou, “importa a presença, e não a explicação” (“Fundamentação”). O Estudo XII (6.2) leu a presença sem explicação como parente do mistério e deixou ao estudo de Marcel medir se a esperança dele, que não espera coisa determinada, cabe no que o Tratado recusa [leitura do estudo]. Dois homônimos pedem aviso. “Disponibilidade” é, no Pilar III, “prontidão interior para o novo, sem apego ansioso ao que passa” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, III, “Virtude”), e não a abertura da fidelidade à expectativa de outro. “Presença” tem, na letra, ao menos cinco usos: a virtude do Corpus, “estar inteiro onde o corpo está” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, IV, “Virtude”); o que a Vigília promete, “presença, não vitória” (Cânon v1.2, “A Vigília”); o silêncio da margem, que “também é presença” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”); a “presença contínua” que a correnteza cobra (Tratado das Águas Comuns, “O problema que responde”); e a “presença encarnada” da celebração maior (Cânon v1.2, “Regra de Vida”, “Ritmo semanal”). Arendt traz mais um, a presença dos outros que assegura o real; se Marcel traz outro é matéria do estudo dele [leitura do estudo].

Se Marcel e Arendt se tocam, é na recusa do abstrato e na presença dos outros como o que faz o real, e a aproximação é do estudo, não de nenhum dos dois [hipótese do estudo]. Elementos a testar: Abrigo, Vigília, Mutatio. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3, questão (az)) se o compromisso do Abrigo pode ser lido ao lado da promessa de Arendt e da fidelidade de Marcel, como leitura e não como glossário, com a disponibilidade de Marcel registrada como homônimo. Com Jaspers, que virá no mesmo estudo, Arendt tem outra relação, a de amiga.

6.2 Karl Jaspers

Jaspers é o único dos três de quem Arendt fala por tê-lo conhecido (a correspondência dos dois vai de 1926 a 1969: *Correspondence*, 1992) [paráfrase; localização a confirmar], e por isso esta seção tem duas partes: o que o cânon já viu dele pela noite e pela culpa, e o que Arendt abre pela amizade.

Jaspers diz que há situações-limite (as que nenhuma escolha evita), aquelas que encontramos sempre já aí (*Filosofia*, 1932, lido por intermédio de Ricoeur) [V via secundária: Estudo IX, 5.5; paráfrase]. A tradição lê, por Ricoeur, que lhe foi "interlocutor silencioso" no cativeiro e que as situações-limite são "a falta, a solidão, a morte, o fracasso" (*Autobiografia intelectual*) [V-es via secundária: Estudo IX, 4.2; tradução do estudo], com a culpabilidade, "outro nome da falta", entre elas (*A memória, a história, o esquecimento*) [V-fr via secundária: Estudo IX, 5.5; tradução do estudo]. A grade das quatro culpas, a criminal, a política, a moral e a "metafísica", já foi lida (ver Estudos IX, 4.2 e 6.5, e XI, 6.3).

Arendt diz, no elogio que lhe dedica, que a *humanitas* ("humanidade") "nunca se adquire no estar só, nunca por se dar ao público a obra de cada um", e que a mentalidade alargada de Kant "é a mentalidade política por excelência" ("Karl Jaspers: uma laudatio") [V-es; tradução do estudo]. Nas *Lições sobre a filosofia política de Kant*, o pensar crítico, que só é possível onde os pontos de vista de todos os outros estão abertos a exame, "adota a posição do cidadão do mundo de Kant" [V-en via secundária: Han; tradução do estudo].

O cânon responde pela Vigília e pelo Abrigo. Das quatro situações-limite que Ricoeur nomeia, a letra tem lugar para três e silêncio para uma [leitura do estudo]. A falta cai do lado do lobo, diante do qual "resiste-se, e deve-se justiça" (Cânon v1.2, "A Vigília"). O fracasso é um dos intervalos em que, diz o Tratado da Luz Interior, a pessoa "sente-se como se sua luz tivesse se apagado" ("O problema que responde"), e a Regra da Misericórdia diz que "falhar na regra não apaga a luz" (Cânon v1.2, "A Regra da Misericórdia"). A solidão, no sentido de quem está "cansado de estar só", é matéria do Abrigo (Cânon v1.2, "O Abrigo"). A morte a letra não nomeia, e a Ficha do Estudo III fixou, sobre o depois do rio, "silêncio respeitoso" (Estudo XII, 6.3) [Ficha, não cânon]. "Solidão" é aqui palavra de Ricoeur, e o estudo de Jaspers terá de dizer em qual dos sentidos que o capítulo 3 distingue ela cai [hipótese do estudo].

A grade da culpa toca a Disputatio: a objeção fala de uma "gramática de culpa e de justiça" (Disputatio, 1, "Objeção III"), e a resposta admite que "subsiste, sim, uma ausência: o cânon não possui hoje um princípio explícito de justiça ou responsabilização" (Disputatio, 4, "Ad tertium"). A justiça devida ao lobo, (g), segue aberta até o tratado, e a culpa política e a "metafísica" seguem com (k), que espera Marx (Estudo XII, 7.3) [leitura do estudo]. Do lado de Arendt, há "crimes que os homens não podem punir nem perdoar"

(*Origens do totalitarismo*, cap. 12) [V-en; tradução do estudo]. Como Jaspers leu isso, e como ela leu a grade dele, o estudo não abriu [tese a confirmar].

A terceira porta é a das Águas Comuns. A *humanitas* que Arendt louva em Jaspers se ganha entre amigos e em público; o cânon tem "a palavra verdadeira posta em circulação" e "a vez respeitada" como manutenção das águas (Cânon v1.2, "As Águas Comuns") e uma margem que "também é presença" (ver 6.1). O Tratado das Águas Comuns já recusou apoiar a margem na frase de Arendt sobre a vida "morta para o mundo", "porque a margem também é rio" ("Fundamentação"). A frase do elogio é de outra ordem: não diz que quem se retira esteja morto, diz onde a *humanitas* se ganha, e o estudo de Jaspers a medirá contra a margem [hipótese do estudo]. A "comunicação com o amigo e o próximo", que Ricoeur cita no nível moral (*A memória, a história, o esquecimento*) [V-fr via secundária: Estudo IX, 5.5; tradução do estudo], é a estrutura que o rio poderia ouvir, sem "a luz pública" de Arendt nem "a precedência da relação" de Buber (Tratado das Águas Comuns, "Fundamentação") [leitura do estudo]. A mentalidade alargada, que a questão (ba) mede diante do Examinar e da Bússola, tem em Jaspers o seu elogio mais próximo [leitura do estudo].

Elementos a testar: Vigília, Corpus, Examinar, Águas Comuns. O estudo pergunta ao fundador (ver 7.3, questão (bd)) se a comunicação de Jaspers cabe ao lado da "palavra verdadeira posta em circulação" sem que o rio vire espaço público e sem que a distinção entre o político e o social (ver 4.2) diga mais do que diz a decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI. De Jaspers passa-se a Taylor, que lê a interioridade como história e a vida comum como bem [tese a confirmar].

6.3 Charles Taylor

Taylor fecha a lista e é o que Arendt menos ajuda a abrir, porque o estudo só achou, entre os dois, uma nota de enciclopédia; o que há são três terrenos em que os dois dizem coisas opostas sobre o mesmo chão.

Taylor diz, em *As fontes do si* (*Sources of the Self*, 1989), que o si se orienta num espaço de bens que a pessoa avalia com força, que a vida se compreende como busca narrada, que articular as fontes morais, entre elas as teístas, é parte de vivê-las, e que a vida ordinária merece afirmação [paráfrase; localização a confirmar]. Lê em Agostinho a origem de "a interioridade da reflexividade radical" (*As fontes do si*) [V-en via secundária: Teixeira; tradução do estudo]. Em "A política do reconhecimento" diz que "nossa identidade é em parte moldada pelo reconhecimento" e que a dignidade se funda num potencial [V via secundária: Estudo VII, 3.1]. Da relação com Arendt o estudo tem só a nota da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*: o pensamento dela não se assimila ao dos comunitaristas (os que partem da comunidade, e não do indivíduo), como Taylor [paráfrase;

V via secundária: Stanford Encyclopedia]. O Estudo XII (5.7) viu que os dois leem Agostinho cada um por uma palavra, o começo e o homem interior [leitura do estudo].

Arendt diz, nos três terrenos, coisas que Taylor terá de enfrentar. Na interioridade, a liberdade interior é "politicamente irrelevante" (ver 2.8), e as maiores forças da vida íntima levam "uma existência incerta e sombria" enquanto não forem "desprivatizadas" (*A condição humana*, cap. II, §7) [V-en; tradução do estudo]; mas a profundidade de uma vida sobe à vista de um fundo que deve ficar oculto (ver 4.1), o que não é hostilidade ao dentro. No reconhecimento, o espaço de aparição é "o espaço onde apareço aos outros" (ver 2.5), e ninguém é autor da história da própria vida (ver 2.5), ali onde Taylor lê a vida como busca narrada [leitura do estudo]. Na vida ordinária, a vitória do *animal laborans* leva a "laboradores sem labor" e à sociedade de empregados, que pede "um funcionamento puramente automático" (ver 2.3). Taylor, que afirma a vida ordinária, e Arendt, que descreve o que a modernidade fez dela, não falam da mesma coisa com a mesma palavra, e o estudo de Taylor dirá se falam [hipótese do estudo].

O cânon responde na Lux e na Revisão do rio. A decisão n.º 4 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX põe o valor na Lux e o "quem" na história que a Revisão do rio nomeia (ver 4.4). A hipótese do Estudo VII (3.1), que o fundador não adotou nem recusou, põe a Lux do lado da dignidade e o reconhecimento do lado da identidade e da visibilidade [hipótese do estudo]. O "quem" de Arendt, que só se mostra aos outros, cai do lado da identidade [hipótese do estudo]; o que ela diz do lugar no mundo, e da dignidade que com ele se perde, o capítulo 4 mede (4.5). O "potencial" de Taylor lembra o cuidado da decisão n.º 2 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX, que distingue a Lux, valor, da capacidade, poder, a propósito de Ricoeur [leitura do estudo].

O ordinário e as fontes morais fecham o quadro. O Corpus prescreve "dançar, caminhar com atenção, cozinhar sem pressa" (Cânon v1.2, "Os Quatro Pilares", IV, "Prática"), e o sabbath do fluxo, "meio dia sem produzir nada" (Cânon v1.2, "Regra de Vida", "Ritmo semanal"), é "um não-ato" (decisão n.º 8 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI). Arendt pergunta o que a vida ordinária faz ao mundo, e a resposta dela, a sociedade de laboradores, não é a do rio (a frase do Tratado, ver 4.2) [leitura do estudo]. Quanto às fontes morais de Taylor, o Tratado diz da raiz cristã do personalismo que "entra como material, não como doutrina" (Tratado das Águas Comuns, "Fundamentação"), padrão que o Estudo X (5.5) propôs para as fontes teístas dele [hipótese do estudo]. A Lux fica sem nome (decisão n.º 3 de 23/10/2026 sobre o Estudo X).

Elementos a testar: Lux, Revisão do rio, Corpus, sabbath do fluxo. O estudo registra, como procedimento sem letra (ver 7.3), a pergunta ao fundador se a hipótese do Estudo VII (3.1), a que o "quem" de Arendt se junta do lado da identidade, pode ficar como leitura do estudo, sem que a aparição nem o reconhecimento passem a ser nome ou condição da Lux. Com Taylor a lista termina; o capítulo 7 reúne as perguntas.

7 SÍNTESE, FÓRMULA E QUESTÕES ABERTAS

7.1 O que o estudo encontrou

Arendt entra no Lumen Fluens pelo entre, e o cânon já a tinha ouvido por aí: o Tratado das Águas Comuns a nomeia com Mounier e Buber, toma dela as duas feridas e o critério da margem, e marca a fronteira da luz pública (ver 3.1, 3.2, 4.1). O estudo começou pelo que o Tratado tomou e mediu, com as duas letras abertas, até onde o toque vai. Vai até a estrutura: duas maneiras de perder o comum, uma por fechar-se, outra por dissolver-se; o estar consigo que não perde o mundo; "homens, e não o Homem" (*A condição humana*, cap. I, §1; ver 2.4) [V-en; tradução do estudo] diante de "pessoal, nunca individual" (Cânon v1.2, "As Águas Comuns"; ver 3.1). E para onde o Tratado parou: o que se perde nas duas feridas é, em Arendt, a pluralidade de perspectivas do mundo, e, no cânon, a pessoa; o cânon não tem "pluralidade" na letra, e tem "cada luz é singular" (Tratado das Águas Comuns, "Definição"; ver 3.1) [leitura do estudo].

Onde nos tocamos, o toque é de letra em dois lugares e de estrutura em outros seis (capítulo 3): as duas feridas e o estar consigo, que o Tratado já tomou; e, do estudo, a natalidade e o Flumen; o dois-em-um e o Examinar; "é melhor sofrer o mal" e "eu sem a minha luz sou uma mentira"; o *daimon* visível aos outros e o olhar que vê; o juízo do particular e a Bússola; o perdão e o recomeço da Regra da Misericórdia. O capítulo mediu também o intervalo que o Estudo XII deixou entre o companheiro que não se pode deixar, de Agostinho, e a companhia que não deixa o mundo, de Arendt: em Agostinho o companheiro vai com quem foge de si; em Arendt a companhia de si leva os semelhantes "representados no eu" e "precisa dos outros para voltar a ser um" (*Origens do totalitarismo*, cap. 13; ver 2.10) [V-en; tradução do estudo]; a letra do cânon só tem o "estar consigo" do Tratado (3.4) [leitura do estudo].

Onde nos separamos, a separação é de direção e de aparição (capítulo 4). De direção, porque em Arendt até o "crepúsculo" das vidas privadas "deriva, em última análise" da "luz muito mais dura" do domínio público (*A condição humana*, cap. II, §7; ver 2.7 e 4.1) [V-en; tradução do estudo], e o Tratado respondeu antes deste estudo: "a sua luz é pública e derivada […], e no cânon a Lux vem antes" (Tratado das Águas Comuns, "Fundamentação"; ver 4.1). De aparição, porque o "quem" de Arendt só se mostra no agir e no falar, "visível apenas" para os que ele encontra (*A condição humana*, cap. V, §25; ver 2.5 e 4.4) [V-en; tradução do estudo], uma vida sem fala e sem ação está "literalmente morta para o mundo" (cap. V, §24; ver 2.7 e 4.3) [V-en; tradução do estudo], e quem perde o lugar no mundo perde o que o faz contar (*Origens do totalitarismo*, cap. 9; ver 2.2 e 4.5); o cânon diz que "a luz não precisa provar que existe" (Cânon v1.2, "Regra de Vida", Ritmo semanal; ver 4.3) e que o valor é "anterior a qualquer conquista ou circunstância" (Cânon

v1.2, “Os Quatro Pilares”, I, “Princípio”; ver 4.5). A fronteira de 4.5 está declarada com as duas leituras da tradição, sem harmonizar o que a letra de Arendt não harmoniza.

Separam ainda o espaço de aparição, potencial e reunido, diante do rio que “não é programa político” (Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”; ver 4.2) e passa entre todos sem pedir reunião (4.2); a ação como a mais alta das atividades diante do sabbath como não-ato (4.3); o perdão que pede outros diante da Regra que retoma (4.6); a mentalidade alargada diante do veto “sem voz externa” (4.7); a irreflexão diante do lobo por autoria, e a compaixão apolítica diante do Abrigo, que não é política (4.8). Em nenhum desses lugares o estudo diz que as letras se contradigam: diz o que cada uma descreve, e onde a outra não tem texto.

Diante das casas que a série já visitou (capítulo 5), o que se repete é que cada uma recebe de Arendt uma palavra do entre, a pluralidade ou o começo, e decide de modo diferente o que fazer com o público; e a Arendt de cada casa não é a mesma — a do dois-em-um não é a do espaço de aparição nem a do totalitarismo (5.10) [hipótese do estudo]. O cânon responde a cada uma pelo lado do dentro, do dia seguinte e da casa. Nada disso faz de Arendt precursora do cânon, nem do cânon uma versão dela; Arendt não dá nome à Luz, e o estudo não lhe dá o dela.

7.2 A fórmula

Daí a fórmula que o estudo propõe ao fundador, e que só ele pode adotar: **o Lumen Fluens aceita de Arendt a pluralidade e recusa a aparição.** Aceita a pluralidade como estrutura, não como palavra, no sentido de 3.1 (as citações estão em 7.1): o que está entre as pessoas é real; ninguém se reduz ao indivíduo, ninguém se dissolve no grupo; “homens, e não o Homem” habitam a terra, e o cânon diz “pessoal, nunca individual” e “cada luz é singular”. O que o Tratado das Águas Comuns tomou foi a estrutura das duas feridas (“toma-se só a estrutura”, Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”), e que ela seja a pluralidade de Arendt é leitura do estudo (3.1) [leitura do estudo]. A palavra “pluralidade” não consta de nenhum escrito do cânon e, se o fundador adotar a fórmula, entra na fórmula, não na letra — como a fórmula de Platão disse o giro, e não o disse o cânon. O estudo não diz que a pluralidade de Arendt e a singularidade do cânon sejam a mesma coisa: o que se perde nas duas feridas difere (3.1).

Recusa a aparição como condição: não o espaço de aparição, que é de Arendt e fica com ela, nem a ação, que o cânon não julga, mas a ideia de que o que uma pessoa é, ou vale, dependa de ser vista. Em Arendt, o “quem” só existe ao aparecer (4.4), a luz até do íntimo vem do público (4.1), uma vida sem fala e sem ação está “morta para o mundo” (4.3) e, numa das duas leituras que a tradição faz de *Origens do totalitarismo*, cap. 9, quem perde o lugar no mundo perde o que o faz contar (4.5); o texto sustenta também a outra leitura, e o estudo não escolhe; e Arendt admite o bem que se faz sem aparecer, ainda que

não o conte como político (4.4). O cânon diz outra coisa, sem responder a Arendt, em três letras: “a luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la” (decisão n.º 3 de 17 de outubro de 2026); “a luz não precisa provar que existe”; o valor é “anterior a qualquer conquista ou circunstância” (ver 7.1). “Aparição” nomeia aqui o que condiciona o valor, não o que o revela: o olhar do outro, no cânon, pode ser o primeiro a ver a luz, e isso o estudo não recusa; é toque (3.6) [leitura do estudo].

A fórmula tem uma condição e um corolário. A condição é a questão (bd): se o fundador disser que a palavra verdadeira posta em circulação e a vez respeitada, bens que mantêm as águas, podem ser lidas ao lado da ação e do discurso de Arendt sem que o rio vire espaço público, o toque entre as duas ganha um lugar e o registro da decisão n.º 10 de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XI ganha matéria (4.2); se disser que não, palavra e vez seguem como manutenção, a pluralidade fica onde o Tratado a pôs, como estrutura das duas feridas, e a primeira metade da fórmula é só o que o Tratado já diz. O corolário é a questão (bc): se o fundador adotar a fórmula, a fronteira com Arendt pode dizer que a pessoa que perde o lugar no mundo não perde a Lux, frase que a letra só implica em “anterior a qualquer circunstância” (4.5); que isso conste como fronteira da série, ao lado das de (al) do Estudo XI e (as) do Estudo XII, ou só deste estudo, a adoção da fórmula não responde. A decisão é do fundador. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 1, 8 e 9): a fórmula está adotada; a palavra e a vez leem-se ao lado da ação e do discurso, como leitura; a fronteira da série alcança quem perde o lugar no mundo.]

7.3 Questões abertas

O estudo entrega ao fundador um só inventário: onze perguntas que o cânon, tal como está, não responde. Três são herdadas — (g), (j) e (k); as de (a) a (f), (h), (i), (l) a (z), (aa) a (af), (ag) a (an) e (ao) a (av) foram decididas em 17, 19, 23 e 31 de outubro de 2026 e não voltam, e não existe a letra (r). Oito nasceram deste estudo — (aw) a (bd); (az) toca a herdada (g), registrada em 4.6 sem pergunta própria. As letras seguem o plano, não a ordem das seções. Nenhuma Questão aberta recomenda uma resposta: diz o que cada resposta custa, e as respostas possíveis estão no capítulo 4.

Sobre o começo. (aw) O Flumen e o recém-nascido do Catecismo podem ser lidos ao lado da natalidade de Arendt, como leitura e não como glossário, sem que se diga de onde vem o começo e sem que a Lux dependa dele (4.4)? É a pergunta que o Estudo XII fez e o XI pôs ao lado da Mutatio; o Estudo VII leu “ninguém começa do zero” e o começo como polos, e o precedente mais próximo é a decisão n.º 4 de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XII, que deixou os três presentes como leitura. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 2): sim, como leitura; a Lux não depende do começo.]

Sobre o pensar e a margem. (ax) O dois-em-um do pensar cabe na letra do Examinar (“em voz baixa ou numa frase escrita”) sem receber o nome de pensar nem de

vida examinada (4.3)? É a pergunta que o Estudo X deixou; o Estudo X (5.3) notou que a decisão n.º 4 de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo IX, que fixou os registros da pessoa e da história, não adotou o nome “vida examinada”. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 3): cabe, como leitura, sem receber nome.] (ay) O estar consigo de Arendt, que o Tratado já tomou como critério da margem, consta como glossário da margem ou fica como leitura do Tratado (4.3)? [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 4): glossário: a margem é “estar consigo”.]

Sobre a promessa. (az) A promessa dita a outro e mantida diante dele é o compromisso do Abrigo, “se compromete a ser lugar seguro no rio”, ou a letra não a tem (4.6)? É a pergunta que o Estudo IX deixou sem letra, a da Vigília, trazida aqui para o Abrigo, que ele disse o uso mais próximo. Toca a herdada (g), a justiça devida ao lobo, porque Arendt liga o perdão ao que se pode punir, como Ricoeur; mas Arendt não está entre as cinco fontes que as decisões nomearam para o tratado, e o estudo só aponta a porta; (g) segue aberta até o tratado. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 5): o compromisso do Abrigo é essa promessa, como leitura.]

Sobre o juízo e o mal. (ba) A mentalidade alargada, representar as perspectivas dos outros ao julgar, cabe na Bússola, que percebe o caso e veta “sem voz externa”, ou no Examinar, ou é fronteira (4.7)? A decisão n.º 7 de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo X e a n.º 4 de 31 de outubro sobre o Estudo XI dizem de onde vem o veto e que ele percebe o caso; a ponte com o juízo de Arendt é do estudo. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 6): cabe na Bússola; o caso percebido inclui os outros, sem voz externa.] (bb) A irreflexão de Arendt é figura do lobo “sem intenção”, como glossário ou como leitura, e o Examinar, que já olha o dano que não se quis, é lido como o que a irreflexão dispensa, ou isso fica como hipótese (4.8)? O Catecismo, 35, a decisão n.º 5 de 17 de outubro de 2026 e a n.º 9 de 19 de outubro são o terreno; a hipótese do Estudo VII segue sem decisão. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 7): leitura, ao lado do Catecismo, 35; o Examinar é o que a irreflexão dispensa.]

Sobre a fronteira. (bc) A fronteira da série alcança a pessoa que perde o lugar no mundo, com a frase “nenhuma pessoa está fora da Lux” dita também diante da superfluidade, ou a fronteira com Arendt fica só neste estudo (4.5)? As decisões n.º 7 de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XI e n.º 6 sobre o Estudo XII são padrão para os clássicos que virão e para os clássicos cristãos; se alcançam uma contemporânea, a letra não diz. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 8): alcança; fronteira da série, terceiro padrão.]

Sobre o rio. (bd) A palavra verdadeira posta em circulação e a vez respeitada, bens que mantêm as águas, podem ser lidas ao lado da ação e do discurso de Arendt sem que o rio vire espaço público (4.2)? E, em separado, em que escrito passa a constar o registro da decisão n.º 10 de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XI, que nenhum escrito do cânon

recebeu ainda? A fórmula de 7.2 depende desta. É também a pergunta que o Estudo XI fez pela *praxis* e não recebeu letra; a amizade, que ia junto, a decisão n.º 5 de 31 de outubro sobre o Estudo XI já pôs toda nas Águas Comuns. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 9 e 10): podem, como leitura, e o rio continua sem ser programa; o registro fica no Tratado das Águas Comuns, numa frase da "Fundamentação", com redação a aprovar.]

Sobre as herdadas. (j) A Bússola vetaria o monte Moriá? Arendt nomeia Abraão só a propósito da tradição da promessa (4.8), e (j) fica como estava. (k) O mal estrutural encontra em Arendt a porta mais próxima que a série já teve, o totalitarismo e a superfluidade, e espera Marx, a quem ela leu; o estudo registra a porta e não a abre (4.8).

Das onze, oito pediam a palavra do fundador — (aw) a (bd) —, porque são perguntas que a leitura de Arendt faz diretamente ao cânon; a fórmula de 7.2 dependia de (bd) e tinha (bc) por corolário, e as oito foram decididas em 31 de outubro de 2026 (decisões n.º 2 a 9 sobre o Estudo XIII; ver o Prólogo). A herdada (g) é tocada por (az) e segue aberta até o tratado da justiça. Ficam como estavam (j) e (k).

Quatro registros não são de doutrina e o estudo os faz à parte, sem letra: perguntas de procedimento, que o fundador responde se quiser. O capítulo 5 perguntou se o Catão e o Epicteto de Arendt, o estar só que não perde o mundo, entram na Ficha do Estudo II como matéria, ao lado de Sócrates e da recusa da *apatheia* que o fundador já lá pôs (5.3); se o Jesus do perdão e o Paulo da vontade dividida, tais como Arendt os lê, entram na revisão já decidida da Ficha do Estudo III como matéria do interlocutor, separados da mão que retoma (5.4); e como pôr o totalitarismo e a superfluidade na porta de (k) enquanto (k) espera Marx — nota ao Estudo VII, peça do estudo de Marx, ou parte de (bd) (5.5). O capítulo 6 perguntou se a hipótese do Estudo VII, a que o "quem" de Arendt se junta do lado da identidade, pode ficar como leitura do estudo, sem que a aparição ou o reconhecimento passem a ser nome nem condição da Lux (6.3). Os três autores que virão seguem sem letra. As Fichas dos Estudos II e III não mudam neste estudo: têm as revisões que as decisões de 19, 23 e 31 de outubro lhes deram, e nenhuma nomeia Arendt. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 11): os quatro registros adotados — Catão e Epicteto na Ficha II; Jesus e Paulo, como Arendt os lê, na revisão da Ficha III; o totalitarismo como nota ao Estudo VII até o estudo de Marx; a hipótese do VII com o "quem" do lado da identidade, como leitura.]

7.4 O que Arendt oferece

Ao tratado da justiça, que o estudo não escreve, Arendt oferece uma peça, como material e não como doutrina: o par perdão e punição — "os homens são incapazes de perdoar o que não podem punir e incapazes de punir o que se revelou imperdoável" (*A condição humana*, cap. V, §33; ver 2.6 e 4.6) [V-en; tradução do estudo] —, que Ricoeur

formula em termos próximos (“só se pode perdoar ali onde se pode punir”, Estudo IX, 5.4); que o tenha tomado de Arendt é [tese a confirmar]. As decisões do fundador nomearam cinco fontes para o tratado — Ricoeur e Levinas (n.º 9 de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo IX), a cura de Platão (n.º 5 de 23 de outubro sobre o Estudo X), a tríade de Aristóteles (n.º 6 de 31 de outubro sobre o Estudo XI), a coerção e a causa deficiente de Agostinho (n.º 9 de 31 de outubro sobre o Estudo XII) —, sem ordem escolhida; Arendt entra nessa lista só se o fundador o quiser. O estudo só aponta a porta (4.6) e não lhe deu letra, de modo que (g) segue aberta até o tratado. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 5): a porta fica apontada; a promessa de Arendt entra pelo Abrigo, como leitura.]

À Regra de Vida oferece duas coisas que o estudo lê e não escreve. A primeira é o Examinar diante da irreflexão: a decisão n.º 9 de 19 de outubro de 2026 já fez o Examinar olhar o dano que não se quis, com a redação por fazer, e Arendt poderia dar a essa redação uma razão, se (bb) for adotada: o Examinar como a reflexão que a irreflexão dispensa, hipótese do Estudo VII que segue sem decisão [hipótese do estudo]. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 7): adotada.] A segunda é a margem: o Tratado já tomou dela o estar consigo, e (ay) pergunta se o critério entra na letra. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 4): entra, como glossário da margem.]

Às Fichas oferece pouco, e o diz: à Ficha do Estudo II, Catão e Epicteto como matéria, se o fundador quiser (5.3); à Ficha do Estudo III, o Jesus do perdão e o Paulo da vontade, pelo mesmo caminho (5.4). Às razões do nome “Águas Comuns” oferece o que a decisão n.º 10 de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XI já registrou, a distinção entre o político e o social, e o estudo diz o que ela é, em duas linhas (4.2), e que nenhum escrito do cânon a recebeu ainda; onde fica é a segunda parte de (bd). [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 10): no Tratado das Águas Comuns, numa frase da “Fundamentação”, com redação a aprovar.] O que oferece à série é o padrão do capítulo 5: as casas recebem dela uma palavra do entre e decidem o que fazer com o público, e nenhuma a leva inteira. Com isso o estudo tem, diante de Arendt, o mesmo gesto que teve diante dos três clássicos: ouvir sem se filiar, e medir em separado a Arendt do entre, a do pensar e a do totalitarismo [inferência do estudo].

7.5 A lamparina

Arendt não tem lamparina; tem a luz do domínio público, “muito mais dura” que o crepúsculo das vidas privadas (*A condição humana*, cap. II, §7; ver 2.7) [V-en; tradução do estudo], e a vela de que fala no prefácio de *Homens em tempos sombrios*: olhos acostumados à escuridão “dificilmente poderão dizer se a luz deles era a luz de uma vela ou a de um sol ardente” (*Homens em tempos sombrios*, Prefácio; ver 2.11) [V-en via secundária; tradução do estudo; localização a confirmar]. A imagem do cânon é outra, e

vale pôr as duas lado a lado para que não se confundam. A luz de Arendt vem do público e ilumina o que aparece; a vela dos tempos sombrios é acesa por alguns, nas suas vidas e obras, e é a passagem em que a luz de Arendt mais se aproxima de uma luz de pessoas; o Prefácio não diz de onde ela vem nem lhe dá nome, e olhos acostumados à escuridão já não saberiam dizer se era vela ou sol [leitura do estudo]. O estudo não faz dela a Lux. A lamparina do cânon é “a luz de cada um, entregue às águas de todos” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”; ver 3.1), e é de quem a carrega, antes de aparecer.

O que Arendt ensina à lamparina é que as águas são de muitos, “homens, e não o Homem” (ver 7.1), e que quem atraca na margem não deixa o rio (ver 3.2) [leitura do estudo]. O que a lamparina diz a Arendt vem do Princípio e do sabbath: o valor é “anterior a qualquer conquista ou circunstância” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, I, “Princípio”) e “a luz não precisa provar que existe” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Ritmo semanal); a lamparina não espera que os outros a vejam. Se isso alcança quem perde o lugar no mundo é a questão (bc), e o estudo a deixa ao fundador [leitura do estudo]. [Decidida pelo fundador em 31/10/2026 (Estudo XIII, n.º 8): alcança.] O estudo termina onde começou, na pluralidade e na aparição, e deixa ao fundador a palavra — dada em 31 de outubro de 2026 (ver o Prólogo).

REFERÊNCIAS

Bibliografia

Referências em ABNT simplificada: SOBRENOME, Nome. *Título*. Tradução. Cidade: Editora, ano. A numeração é contínua e corresponde aos blocos abaixo; as notas entre colchetes dizem como cada obra chegou ao estudo. Três estados são distinguidos: **edição de consulta** (a edição que a pesquisa de fontes do estudo abriu), **intermediário** (o leitor por cujo texto a passagem chegou) e **nomeada, não aberta** (a obra aparece no estudo, mas nenhuma edição foi aberta). Onde falta um dado, está escrito [dados a completar]; a cidade só aparece quando uma fonte a dá. Preferimos uma lacuna marcada a uma citação falsa.

Hannah Arendt: originais em inglês e alemão

1. ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958; 2.ª ed., 1998, com introdução de Margaret Canovan. [Edição de consulta: cópias digitalizadas do Internet Archive, com a paginação impressa de 1958 recuperada; a introdução de Canovan tem numeração romana. É o texto de referência de todas as páginas de *A condição humana* citadas pelo estudo.]

1. ARENDT, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973 (reimpr. 1976). [Edição de consulta, com páginas lidas no cabeçalho corrente. A edição de 1951 não foi aberta; o capítulo 13 só aparece a partir de 1953/1958 [tese a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought*. New York: Viking, 1961. [Edição de consulta, páginas lidas no cabeçalho corrente. Usados: "What is Freedom?" pp. 146, 153, 167, 169; "The Crisis in Education" p. 196; "The Crisis in Culture" pp. 205, 208, 214, 220; "The Concept of History" p. 68. O título do ensaio sobre a liberdade varia no estudo ("Que é liberdade?" no cap. 1, "O que é a liberdade?" no cap. 4). A edição ampliada de 1968 não foi aberta.]

1. ARENDT, Hannah. *Men in Dark Times*. New York: Harcourt, 1968. [Edição de consulta apenas para o ensaio sobre Lessing, pp. 24–25, lido em PDF da Duke University (as páginas 24–28 do PDF não trazem numeração impressa). O Prefácio, p. ix, chega só por intermediário (Hannah Arendt Center / Bard, *Amor Mundi*, 2024, e Integrity Project) [localização a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *On Revolution*. New York: Viking, 1963; Harmondsworth: Penguin, 1990. [Edição de consulta: cópias de empréstimo, com as frases localizadas por busca no texto integral, sem páginas. As páginas citadas chegam só por intermediário: Boltanski (*Distant Suffering*, 1999, cap. 1, pp. 70–71 e 86) e Nitzlader (dissertação de mestrado, 2025, p. 86). O estudo cita ora "Penguin 1990" (caps. 1 e 3), ora "Viking 1963" (cap. 4).]

1. ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*. New York: Viking, 1963; ed. Penguin, 1977. [Edição de consulta: texto inglês sem marcas de página. As páginas da Penguin 1977 (p. 252; pp. 287–288) chegam só por intermediário: Assy.]

1. ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: Ein Bericht von der Banalität des Bösen*. München: Piper, [ano a completar]. [Edição de consulta: edição alemã com ensaio de Hans Mommsen; confirmada a presença de "gewissermassen schiere Gedankenlosigkeit" no Pós-escrito. Páginas [a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *The Life of the Mind*. New York: Harcourt, 1978. [Nomeada, não aberta. A p. 185 chega por intermediário: Adverse.]

1. ARENDT, Hannah. *Lectures on Kant's Political Philosophy*. Ed. Ronald Beiner. Chicago: University of Chicago Press, [ano a completar]. [Nomeada, não aberta no original. A p. 43 chega por intermediário: Han ("adota a posição do cidadão do mundo de Kant") [página a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *Responsibility and Judgment*. Ed. Jerome Kohn. New York: Schocken, 2003. [Nomeada, não aberta. Pp. 44–45 por intermediário: Critical Legal Thinking (2025); "Some Questions of Moral Philosophy" por intermediário: Walsh (*Amor Mundi*, 2015).]

1. ARENDT, Hannah. "Thinking and Moral Considerations: A Lecture". *Social Research*, v. 38, n. 3, 1971, pp. 417–418. [Nomeada, não aberta. Páginas por intermediário: Assy. Data [a confirmar]: outono de 1970 ou 1971. O texto não foi encontrado.]

1. ARENDT, Hannah. "Reflections on Little Rock". *Dissent*, v. 6, n. 1, inverno de 1959, pp. 45–56. [Edição de consulta, lida por inteiro (Internet Archive, *Dissent*, 1954–2004).]

1. ARENDT, Hannah. "A Reply to Critics". *Dissent*, v. 6, n. 2, primavera de 1959, pp. 179–181. [Edição de consulta, lida por inteiro (mesma fonte).]

1. ARENDT, Hannah. *The Promise of Politics*. Ed. Jerome Kohn. New York: Schocken, 2005. [Edição de consulta: cópia de empréstimo; "Socrates" confirmado por busca, sem página.]

1. ARENDT, Hannah. *Love and Saint Augustine*. Ed. Joanna Vecchiarelli Scott e Judith Chelius Stark. Chicago: University of Chicago Press, 1996. [Edição de consulta: texto do Internet Archive sem paginação. A p. 138 chega por intermediário: Maria de Lurdes Santos. A nota de Stark ("birth or natality") [tese a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *Der Liebesbegriff bei Augustin*. 1929 (tese; 1928 ou 1929 [a confirmar]). [Nomeada, não aberta.]

1. ARENDT, Hannah. *Vita activa oder Vom tätigen Leben*. München: Piper, 1960; reed. 1981, 1994 e 2020 (ed. Thomas Meyer). [Nomeada, não aberta. A edição de 2020, pp. 215–217, chega por intermediário: Gerber (GenomEdit); a de 2020, p. 317, também por Klammer (KWI-Blog, 2025). Que a *Vita activa* seja obra da própria Arendt, e não mera tradução, é paráfrase [tese a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft*. München: Piper, 2005. [Nomeada, não aberta. Pp. 975–979 por intermediário: Schor-Tschudnowskaja (hannaharendt.net); a edição EVA, 2008, p. 1169, por Adverse.]

1. ARENDT, Hannah; JASPERS, Karl. *Correspondence 1926–1969*. [Ed. e trad. [dados a completar]]. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1992. [Nomeada, não aberta. A carta de 1951, p. 166, chega por intermediário: Bernstein; o dia da carta [a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. "What is Existenz Philosophy?". *Partisan Review*, v. 13, n. 1, inverno de 1946, pp. 34–56; reed. em *Essays in Understanding*, 1994, pp. 163–187. [Nomeada, não aberta: só os dados bibliográficos [tese a confirmar].]

Hannah Arendt: traduções em português

1. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10.ª ed., 2007/2008; 11.ª ed., 2010, com revisão técnica de Adriano Correia (reimpr. 2014, com a paginação revista). [Nomeada, não aberta. A 10.ª edição não é revista; a 11.ª é. Páginas conhecidas só por intermediário: 11.ª ed., p. 64 (a mesa e o "público": Aguiar; em 2014, p. 64: Roseane Lôbo Santos); 2014, pp. 9–11 (Silva e Marques; Mesquita e Silva); 10.ª ed., pp. 189 ("morta para o mundo"), 190 (*initium*), 192 (*daimon*), 249 ("ilhas de segurança"), por Vicente e Martins Filho e por Santana; 2014, p. 219 (segundo nascimento); 2014, §33 abre na p. 293 (a p. 300 da folha de estilo não foi confirmada).]

1. ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. [Nomeada, não aberta; só por intermediário. Soares (*Reflexões*) dá p. 528; Fernandes (*Perspectivas*, UFT, v. 6, n. 2, 2021, pp. 65–75) dá p. 531. A faixa do capítulo varia por reimpressão: 1989, pp. 526–529; 2004, pp. 527–531; 2012/2014, pp. 633–639 (Ribeiro-Cantu; Rodrigo Ribeiro).]

1. ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Edição portuguesa [tradutor, editora e ano: dados a completar]. [Nomeada nas pendências do estudo, não identificada; é a

que falta para conferir a convenção de *estar só*, *desolação* e *isolamento*.]

1. ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. [Edição de consulta: texto integral aberto, sem marcas de página; "pura irreflexão" e "ponto de vista de outra pessoa" conferidos. O Prólogo do estudo diz que ela "chega por via secundária", o que a pesquisa de fontes não confirma; as páginas ficam [a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Tradução de Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (antes Relume-Dumará, 1992); o Estudo XII cita a 2.ª ed., 2010 [ano a confirmar]. [Nomeada, não aberta. O estudo leu o livro em espanhol (Paidós).]

1. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, [ano a completar]. [Nomeada, não aberta.]

1. ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987/2008 [ano a confirmar]. [Nomeada, não aberta.]

1. ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [Nomeada, não aberta, embora o cap. 4.7 marque [V-pt] numa passagem; as páginas chegam só por intermediário (ver n.º 5).]

1. ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. [Nomeada, não aberta (revisão técnica de Assy e Duarte, segundo a pesquisa). A p. 177 chega por intermediário: Giacoia Jr.]

1. ARENDT, Hannah. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. [Nomeada, não aberta.]

1. ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008. [Nomeada, não aberta.]

1. ARENDT, Hannah. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Tradução de Alberto Pereira Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997 [o Estudo XII dá "2007 ou s.d."; ano a confirmar]. [Edição de consulta (cerca das pp. 156–159 do arquivo, não conferidas com a paginação do livro). A fórmula *generatione* e as páginas ficam [a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *Escritos judaicos*. Ed. Jerome Kohn e Ron H. Feldman. Tradução de Laura Mascaro, Luciana Oliveira e Thiago Silva (conforme a pesquisa).

São Paulo: Amarilys, 2016. [Edição de consulta: texto integral; carta a Scholem de 24/7/1963, pp. 761–763 [V-pt], original não conferido.]

1. ARENDT, Hannah. *Pensar sem corrimão: compreender 1953–1975*. Org. Jerome Kohn. Tradução de Beatriz Andreiuolo, Vera Cerdeira, Pedro Duarte e Heloisa Starling; revisão técnica de Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. [Edição de consulta, sem paginação. Nomes de tradutores conforme a pesquisa de fontes; conferir na folha de rosto.]

Hannah Arendt: traduções em espanhol e francês

1. ARENDT, Hannah. *La vida del espíritu*. Tradução de Carmen Corral (*El Pensamiento*) e Fina Birulés (*La Voluntad*). Barcelona: Paidós, 2002. [Edição de consulta: cópia do Internet Archive. É a edição em que o estudo leu *A vida do espírito*; p. 207 (cap. 2.4) com seção [a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *Conferencias sobre la filosofía política de Kant*. Ed. Ronald Beiner. Tradução de Carmen Corral. Barcelona: Paidós, 2003. [Edição de consulta, com o "Ensayo interpretativo" de Beiner, pp. 187–188.]

1. ARENDT, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo*. Tradução de Guillermo Solana. Madrid: Taurus, 1974; reed. 1998. [Edição de consulta: OCR sem páginas; páginas [a confirmar]. Dá *aislamiento*, *soledad* e *vida solitaria*.]

1. ARENDT, Hannah. *La pluralidad del mundo*. Ed. Andreu Jaume. [Madrid]: Taurus / Penguin Random House, 2019. [Edição de consulta, em acesso aberto. Contém "Sócrates", "Karl Jaspers: una laudatio" e "Martin Heidegger cumple ochenta años". Páginas do e-book, algumas inferidas: "Sócrates" p. 260; laudatio pp. 479 e 485 [a confirmar].]

1. ARENDT, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Tradução de Georges Fradier; prefácio de Paul Ricoeur. Paris: Calmann-Lévy, 1983 [editora a confirmar]. [Nomeada, não aberta; o prefácio de Ricoeur não foi lido.]

A tradição: brasileiros e portugueses

1. ADVERSE, Helton. Artigo sobre a solidão em Hannah Arendt. *Cadernos Arendt* (UFMG), v. 1, n. 2, [título e ano a completar]. [Lido. Intermediário de várias passagens: *A vida do espírito*, p. 185; Piper 2005/EVA 2008, p. 1169; Duarte e Lafer.]

1. AGUIAR, Odílio Alves. "O direito, o comum e a condição humana no pensamento de Hannah Arendt". *Filosofia Unisinos*, v. 20, n. 3, 2019, pp. 278–284. [Lido.

Intermediário da p. 64 da Forense, 11.ª ed.]

1. ASSY, Bethânia. "Eichmann, the Banality of Evil, and Thinking in Arendt's Thought". Comunicação ao 20th World Congress of Philosophy, Boston, 1998. [Lido. Intermediário de "Thinking and Moral Considerations", pp. 417–418, e de *Eichmann in Jerusalem*, Penguin 1977.]

1. CORREIA, Adriano. "Hannah Arendt (1906–1975)". *Ética & Filosofia Política*, v. 9, n. 1, 2006. [Lido em cópia sem paginação; "amor ao mundo" fica [página a confirmar].]

1. CORREIA, Adriano. *Tópicos II: Ética e banalidade do mal*. Programa de curso, Universidade Federal de Goiás. [Lido; [dados a completar].]

1. DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. [São Paulo]: Paz e Terra, 2000, pp. 56–57. [Nomeado, não aberto; por intermediário: Adverse e Ribeiro.]

1. LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. [Nomeado, não aberto; por intermediário: Adverse. O "direito a ter direitos" é [tese a confirmar].]

1. SANTOS, Maria de Lurdes. "O initium. A natalidade em Hannah Arendt". [Lisboa]: graal.org.pt, p. 138. [Lido; acesso: graal.org.pt, [endereço a completar]. Intermediário da p. 138 de *Love and Saint Augustine* e da edição de 1929.]

1. SOARES, Aline. [Título a completar]. *Reflexões*, [ano a completar]. [Lido. Intermediário da p. 528 de *As origens do totalitarismo* (Companhia das Letras).]

1. FERNANDES, Antônio Batista. [Título a completar]. *Perspectivas* (UFT), v. 6, n. 2, 2021, pp. 65–75. [Lido. Intermediário da p. 531 da mesma edição.]

1. SILVA; MARQUES. [Título e dados a completar]. [Lido. Intermediário das pp. 9–11 da *Condição humana* (Forense, 2014).]

1. SANTANA. [Título a completar]. São Paulo: Loyola; Goiânia: UFG, 2009. [Lido. Intermediário de páginas da Forense, 10.ª ed.]

1. MESQUITA; SILVA. [Título a completar]. *Revista Reflexões*, Fortaleza, 2020. [Lido. Intermediário das pp. 9–11 da Forense, 2014.]

1. VICENTE; MARTINS FILHO. "Arendt e as características fundamentais da ação". [Periódico e ano a completar]. [Lido. Intermediário das pp. 189, 190, 192 e 249 da Forense, 10.ª ed.]

1. SANTOS, Roseane Lôbo. [Título e dados a completar]. [Lido. Intermediário da p. 64 da Forense, 2014.]

1. RIBEIRO, Rodrigo. [Título a completar]. Dissertação de mestrado, PUC-Rio, 2007. [Lido. Intermediário das pp. 633–639 de *As origens do totalitarismo* (reimpr.).]

1. RIBEIRO-CANTU. [Título a completar]. *Polemos* (UnB), [ano a completar]. [Lido. Intermediário da mesma faixa de páginas.]

1. CALVET DE MAGALHÃES, Teresa. "Ação, linguagem e poder". In: CORREIA, Adriano (org.). *Hannah Arendt e a condição humana*. [Salvador]: Quarteto, 2006, pp. 35–74. [Lido. Dá *desamparo* e *desarrimo* para a desolação.]

1. MELLEGARI. [Resenha]. 2014. [Título e periódico a completar]. [Lido; pouco usado nos capítulos.]

1. JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011. [Nomeado no Prólogo, não aberto.]

1. GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. "Mal radical e mal banal". *O que nos faz pensar*, n. 29, maio de 2011. [Lido. Fonte da passagem de "Ninguém" e intermediário de *Responsabilidade e julgamento*, p. 177 (nota 24); a página do artigo, 159 ou 160, [a confirmar].]

1. TEIXEIRA. [Título a completar]. *Ipseitas*, v. 6, n. 1, 2020. [Lido. Intermediário de Taylor, *Sources of the Self*, p. 131; capítulo [a confirmar].]

A tradição: autores estrangeiros

1. BARBER, Michael. [Título a completar]. *Civitas* (Porto Alegre), v. 11, n. 3, 2011, pp. 440–454. [Lido. A tradução citada está na p. 443.]

1. BEINER, Ronald. "Interpretive Essay". In: ARENDT, Hannah. *Lectures on Kant's Political Philosophy*. [Lido na versão espanhola (n.º 36), pp. 187–188.]

1. BERNSTEIN, Richard J. *Hannah Arendt and the Jewish Question*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996, pp. 137–153. [Lido em parte; intermediário da carta a Jaspers de 1951, p. 166.]

1. BERNSTEIN, Richard J. Artigo de 2013 no *Public Seminar*, [título a completar]. [Lido. Atribui a "a maior parte do mal é feita por pessoas que nunca se decidiram" a "Thinking and Moral Considerations", p. 438.]

1. CANOVAN, Margaret. Introdução à 2.ª ed. de *The Human Condition* (n.º 1). [Lida; que a natalidade já apareça ali é [tese a confirmar].]

1. YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Hannah Arendt: For Love of the World*. [Dados a completar]. [Nomeada; [tese a confirmar].]

1. BENHABIB, Seyla. Lida por intermédio do verbete "Hannah Arendt" da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [Nomeada, obra própria não aberta.]

1. VILLA, Dana. *Arendt and Heidegger: The Fate of the Political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. [Lido em parte; é por ele que o estudo lê Habermas.]

1. HABERMAS, Jürgen. [Obra a completar]. [Por intermediário: Villa. Não aberto.]

1. AGAMBEN, Giorgio. [Obra a completar]. [Nomeado (o apátrida e a vida nua), não aberto [tese a confirmar].]

1. BELL, [nome a completar]. [Título a completar]. 2018. [Só o resumo; Levinas e Arendt [tese a confirmar].]

1. TOPOLSKI, Anya. [Título a completar]. 2008. [Só o resumo; Levinas e Arendt [tese a confirmar].]

1. ELLISON, Ralph. Entrevista a Robert Penn Warren, 1964. Transcrição. Disponível em: https://whospeaks.library.vanderbilt.edu/interview/ralph-ellison. [Lida.]

1. BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, cap. 1, pp. 70–71 e 86. [Lido; intermediário das páginas de *On Revolution*.]

1. NITZLADER. [Título a completar]. Dissertação de mestrado, 2025, p. 86. [Lida; intermediária de *On Revolution*, p. 86.]

1. HAN. [Título a completar]. [Lido. Intermediário de *Lectures on Kant's Political Philosophy*, p. 43.]

1. WALSH. [Título a completar]. *Amor Mundi*, 2015. [Lido. Intermediário de "Some Questions of Moral Philosophy".]

1. CRITICAL LEGAL THINKING. [Título a completar]. 2025. [Lido. Intermediário de *Responsibility and Judgment*, pp. 44–45.]

1. GERBER. Texto em GenomEdit, [título a completar]. [Lido. Intermediário de *Vita activa*, Piper 2020, pp. 215–217.]

1. KLAMMER. Texto no KWI-Blog, 2025, [título a completar]. [Lido. Intermediário de *Vita activa*, Piper 2020, p. 317.]

1. SCHOR-TSCHUDNOWSKAJA, Anna. [Título a completar]. hannaharendt.net. [Lido. Intermediária de *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft*, Piper 2005, pp. 975–979.]

1. STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. "Hannah Arendt". Rev. 2024. [Lido; Arendt e Taylor [tese a confirmar].]

1. WIKIPEDIA. Verbete "Hannah Arendt". [Consultado para dados bibliográficos; não é autoridade.]

1. RICOEUR, Paul. *Temps et récit III*. Paris: Seuil. Trad. Papirus, p. 424. [Nomeado; lido por intermédio do Estudo IX.]

1. RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil. Pp. 608, 616, 596. [Nomeado; por intermédio do Estudo IX.]

1. RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, p. 312; trad. espanhola *Sí mismo como otro*. Madrid: Siglo XXI, 1996, pp. 292–293. [Nomeado; por intermédio do Estudo IX.]

1. RICOEUR, Paul. *Autobiografía intelectual*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007, p. 19. [Nomeado; por intermédio do Estudo IX.]

1. MOUNIER, Emmanuel. [Obra a completar]. Paris: Seuil, 1947. [Nomeado só por intermédio do Tratado da Luz Interior; nenhuma obra aberta.]

1. BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 10.ª ed., 2006. [Nomeado só por intermédio do Tratado da Luz Interior; nenhuma obra aberta.]

Os autores que virão

1. MARCEL, Gabriel. *Ser e ter* (*Être et avoir*). 1935. [Paráfrase, localização [a confirmar]; lido por intermédio de Ricoeur. Não aberto.]

1. MARCEL, Gabriel. *Homo viator*. 1944. [Paráfrase, localização [a confirmar]; por intermédio de Ricoeur. Não aberto.]

1. JASPERS, Karl. *Philosophie*. 1932. [Por intermédio de Ricoeur. Não aberto.]

1. JASPERS, Karl. *Die Schuldfrage* / *La Culpabilité allemande*, pp. 46–47. [Por intermédio de Ricoeur. Não aberto. A correspondência com Arendt está no n.º 19.]

1. TAYLOR, Charles. *As fontes do si* (*Sources of the Self*). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989. [Paráfrase, localização [a confirmar]; a p. 131 chega por Teixeira. Não aberto.]

1. TAYLOR, Charles. "The Politics of Recognition". In: GUTMANN, Amy (ed.). *Multiculturalism*. Princeton: Princeton University Press, 1994. [O cap. 5 dá p. 25; o Estudo XII dá p. 41 [a confirmar]. Não aberto.]

As casas visitadas, por intermédio de Arendt e dos Estudos anteriores

1. AGOSTINHO. *Confissões*, IV, 7, 12. Tradução de Lorenzo Mammì. [Lido por intermédio do Estudo XII, 5.1; página [a confirmar].]

1. AGOSTINHO. *A cidade de Deus*, XII, 20, 4 = XII, 21. [Fórmula *initium ut esset*, por intermédio de Arendt e do Estudo XII (Nuova Biblioteca); a leitura de Dombart–Kalb não foi aberta.]

1. PLATÃO; ARISTÓTELES. [Obras a completar]. [Nomeados apenas por intermédio de Arendt; nenhuma edição aberta.]

1. EPICTETO; CÍCERO. [Obras a completar]. [Nomeados apenas (recusa estoica, cap. 4.3); nenhuma edição aberta.]

1. HEGEL; MARX; HEIDEGGER; KIERKEGAARD; LEVINAS. [Obras a completar]. [Nomeados por intermédio de Arendt e dos Estudos anteriores (Levinas, Estudo VIII); nenhuma obra aberta. O Oriente: nada encontrado.]

O cânon e os escritos

1. LUMEN FLUENS. *Cânon v1.2*. [Autoridade final, só o fundador a altera.]

1. LUMEN FLUENS. *Tratado da Luz Interior*.

1. LUMEN FLUENS. *Tratado da Vigília*.

1. LUMEN FLUENS. *Tratado das Águas Comuns*.

1. LUMEN FLUENS. *Disputatio da Luz Interior e do Mal*.

1. LUMEN FLUENS. *Catecismo*.

1. LUMEN FLUENS. *Meditações práticas*.

1. LUMEN FLUENS. *Decisões do fundador de 17/10* (n.º 1–7, numeradas como no Prólogo do Estudo VII).

1. LUMEN FLUENS. *Decisões do fundador de 19/10* (n.º 1–12).

1. LUMEN FLUENS. *Decisões do fundador de 23/10 sobre o Estudo IX* (n.º 1–13).

1. LUMEN FLUENS. *Decisões do fundador de 23/10 sobre o Estudo X* (n.º 1–10).

1. LUMEN FLUENS. *Decisões do fundador de 31/10 sobre o Estudo XI* (n.º 1–11).

1. LUMEN FLUENS. *Decisões do fundador de 31/10 sobre o Estudo XII* (n.º 1–11). [As listas de 23/10 e 31/10 são sempre citadas com o nome do estudo.]

1. LUMEN FLUENS. *Estudo Comparado VII*.

1. LUMEN FLUENS. *Estudo Comparado VIII*.

1. LUMEN FLUENS. *Estudo Comparado IX*.

1. LUMEN FLUENS. *Estudo Comparado X*.

1. LUMEN FLUENS. *Estudo Comparado XI*.

1. LUMEN FLUENS. *Estudo Comparado XII*. [Citado no Prólogo v1.1.]

1. LUMEN FLUENS. *Fichas dos Estudos I–VII*. [Apontamentos, não cânon.]

APÊNDICE A — FONTES CITADAS, POR CAPÍTULO

Nos apêndices, as seções são numeradas como na edição de leitura (Prólogo e capítulos 1 a 6); nesta edição, some-se 1 ao número do capítulo (1.8 da edição de leitura = 2.8 desta).

Prólogo

Arendt

1. Prólogo · *A condição humana*, cap. II, §7, Chicago, p. 52 · “como todo entre, relaciona e separa os homens ao mesmo tempo” · «like every in-between, relates and separates men at the same time» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.7
2. Prólogo · *A condição humana*, cap. I, §1, Chicago, pp. 7–8 · “homens, e não o Homem”; “ninguém é jamais o mesmo” · «men, not Man»; «nobody is ever the same» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.4
3. Prólogo · *A condição humana*, cap. II, §7, Chicago, p. 51 · “crepúsculo”; “deriva, em última análise”; “luz muito mais dura” · «twilight»; «derives its light»; «much harsher light» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.7, 3.1
4. Prólogo · *A condição humana*, cap. V, §25, Chicago, pp. 179–180 · “visível apenas” · «visible only to those he encounters» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.5, 3.4
5. Prólogo · *A condição humana*, cap. V, §24, Chicago, p. 176 · “literalmente morta para o mundo” · «literally dead to the world» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.7, 3.3
6. Prólogo · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago, p. 237 · “ninguém pode perdoar a si mesmo […]; perdoar e prometer em solidão ou isolamento ficam sem realidade” · «no one can forgive himself […] without reality» · [V-en; tradução do Estudo VII, 5.4; a tradução do estudo está em 1.6]
7. Prólogo · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago, p. 243 · a razão mais funda de que ninguém perdoe a si mesmo · «the deepest reason» · [V-en; paráfrase] · ver 1.6, 3.4
8. Prólogo · *Origens do totalitarismo*, cap. 9, Harcourt, pp. 296–297 · quem perde o lugar no mundo · «a place in the world» · [V-en; paráfrase] · ver 1.2, 3.5
9. Prólogo · *A condição humana*, cap. V, §24, Chicago, p. 177, nota 2 · “para que houvesse um começo” · «Initium ergo ut esset, creatus est homo» · [V-en; V-pt via secundária: Santana; tradução do estudo] · ver 1.4

A tradição

1. Prólogo · Celso Lafer, *A reconstrução dos direitos humanos* (1988); André Duarte, *O pensamento à sombra da ruptura* (2000) · “desolação” para *loneliness* · [V via secundária: Adverse] · ver 1.10
2. Prólogo · Roberto Raposo, *As origens do totalitarismo* (Companhia das Letras, 1989), p. 528 · “solidão” para *loneliness*; “estar só” para *solitude* · [V via secundária: Soares] · ver 1.10

O cânon e os escritos

1. Prólogo · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “a peça que mais se ajusta”; “são, em outra língua, as duas feridas […] toma-se só a estrutura”; “Estar consigo é o dois-em-um

do pensar […]”; “artefato durável, espaço público de ação e discurso”; “mais largo e mais humilde que o espaço público, e não é programa político”; “pública e derivada”; “Quem atraca está consigo, não desolado, e continua no rio”; “as traduções repartem de modos opostos” · ver 2.1, 2.2, 3.1, 3.2

2. Prólogo · Tratado das Águas Comuns, “Definição” · “cada luz é singular, e é por isso que há algo a entregar” · ver 2.1
3. Prólogo · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “pessoal, nunca individual”; “Ninguém navega um rio privado” · ver 2.1
4. Prólogo · Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Ritmo semanal · “A luz não precisa provar que existe” · ver 3.3, 3.4
5. Prólogo · Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Ritmo de estação · “ação concreta” (o Legado)
6. Prólogo · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, I, “Princípio” · “anterior a qualquer conquista ou circunstância” · ver 3.5
7. Prólogo · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, II, “Princípio” · “ninguém começa do zero” · ver 2.3
8. Prólogo · Cânon v1.2, “A Arquitetura” · “mundo compartilhado”
9. Prólogo · Cânon v1.2, “Origem” · “O eterno dança no tempo”
10. Prólogo · Catecismo, 35 · “agir sem pensar não é noite” · ver 2.4, 3.8
11. Prólogo · Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, n.º 3, 4 e 5 · “a luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la”; a mão que retoma é o rio; “com ou sem intenção; a irreflexão não é noite”
12. Prólogo · Decisões do fundador de 19 de outubro de 2026, n.º 3 e n.º 9 · o olhar “apenas vê”; o dano que não se quis entra no Examinar
13. Prólogo · Decisões do fundador de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo IX, n.º 3, 4 e 11 · o perdão da vítima ao lobo fica para o tratado; pessoa e história em registros distintos; a ordem dos clássicos
14. Prólogo · Decisões do fundador de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo X, n.º 3 e n.º 7 · “a fonte continua sem nome no cânon”; o veto é a própria Luz, sem voz externa
15. Prólogo · Decisões do fundador de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XI, n.º 4, 5, 8 e 10 · a Bússola percebe o caso; a amizade toda nas Águas Comuns; o sabbath é um não-ato; a distinção de Arendt “junto às razões do nome ‘Águas Comuns’, sem esperar o estudo dela” (Prólogo do Estudo XI)
16. Prólogo · Decisões do fundador de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XII, n.º 4 e n.º 6 · os três presentes como leitura; “nenhuma pessoa está fora da Lux”
17. Prólogo · Estudo VII, 5.4 e 6.3 (questões (b) e (c)); Estudo IX, 5.4; Estudo X, 5.3; Estudo XI, 5.2; Estudo XII, 5.1 · as prévias; “como leitura e não como glossário, sem que se diga de onde vem o começo”; “há um intervalo que o estudo de Arendt poderá medir”

Capítulo 1 — Arendt em sua melhor forma

Arendt

1. 1.1 · *Vita activa oder Vom tätigen Leben*, Piper, 1960 · [paráfrase; tese a confirmar]
2. 1.2 · *Origens do totalitarismo*, cap. 9, Harcourt, pp. 296–297 · “um lugar no mundo”; “milhões de pessoas” · «a place in the world»; «millions of people emerged» · [V-en;

tradução do estudo]

3. 1.2 · *Origens*, cap. 9, Harcourt, p. 299 · “nudez abstrata de ser humano” · «abstract nakedness of being human» · [V-en; tradução do estudo]
4. 1.2 · Carta a Jaspers, 1951, *Correspondence 1926–1969*, 1992, p. 166 · “torná-los supérfluos como seres humanos” · «making them superfluous as human beings» · [V-en via secundária: Bernstein; tradução do estudo; dia da carta a confirmar]
5. 1.2 · *Origens*, cap. 12, Harcourt, p. 455 · “destruir a individualidade” · «to destroy individuality» · [V-en; tradução do estudo]
6. 1.2 · *Origens*, cap. 12, Harcourt, p. 459 · “punir nem perdoar” · «neither punish nor forgive» · [V-en; tradução do estudo]
7. 1.2 · *Origens*, cap. 13, Harcourt, pp. 474–475, 478 · “não são a mesma coisa”; “ser supérfluo”; “desolação organizada” · «are not the same»; «to be superfluous means»; «organized loneliness» · [V-en; tradução do estudo]
8. 1.3 · *A condição humana*, Prólogo, Chicago, p. 5 · “pensar o que estamos fazendo”; “laboradores sem labor” · «to think what we are doing»; «laborers without labor» · [V-en; tradução do estudo]
9. 1.3 · *A condição humana*, §1, Chicago, p. 7 · “condição humana da pluralidade” · «condition of plurality» · [V-en; tradução do estudo]
10. 1.3 · *A condição humana*, §11 e seguintes, Chicago, pp. 95–96, 173 · *animal laborans*, *homo faber* · [V-en; paráfrase; localização a confirmar]
11. 1.3 · *A condição humana*, cap. VI, Chicago, p. 322 · “sociedade de empregados” · «society of jobholders» · [V-en; tradução do estudo; seção a confirmar]
12. 1.3 · *A condição humana*, §2, Chicago, pp. 15–17 · “recebe o seu sentido” · «receives its meaning» · [V-en; tradução do estudo]
13. 1.4 · *A condição humana*, §1, Chicago, pp. 7–8 · “homens, e não o Homem”; “ninguém é jamais o mesmo” · «men, not Man»; «nobody is ever the same» · [V-en; tradução do estudo]
14. 1.4 · *A condição humana*, §1, Chicago, p. 9 · “a natalidade, e não a mortalidade”; “o recém-chegado” · «natality, and not mortality»; «the newcomer possesses the capacity» · [V-en; V-pt via secundária: Silva e Marques, reimpressão de 2014, p. 11]
15. 1.4 · *A condição humana*, §24, Chicago, pp. 176–177 · “como um segundo nascimento” · «like a second birth» · [V-en; tradução do estudo]
16. 1.4 · *A condição humana*, §24, Chicago, p. 177, nota 2 (*De civitate Dei* XII, 20) · “o homem foi criado para que houvesse um começo” · «Initium ergo ut esset, creatus est homo» · [V-en; V-pt via secundária: Santana, Loyola/UFG, 2009]
17. 1.4 · *A condição humana*, §24, Chicago, p. 177 · “mas de alguém” · «but of somebody» · [V-en; tradução do estudo]
18. 1.4 · *Vita activa oder Vom tätigen Leben*, Piper, 2020, pp. 215–217 · “não é Nada, mas Ninguém” · «nicht Nichts, sondern Niemand» · [V-de via secundária: Gerber; tradução do estudo; divergência a confirmar]
19. 1.4 · *Origens*, cap. 13, Harcourt, p. 479 · “Cada novo nascimento garante esse começo” · «guaranteed by each new birth» · [V-en; V-pt via secundária: Fernandes, 1989, p. 531; presença na edição de 1951 não verificada]
20. 1.4 · *O conceito de amor em Santo Agostinho*, trad. Pereira Dinis, Instituto Piaget, 1997, parte III · “pelo nascimento (*generatione*) e não pela imitação” · [V-pt: Pereira Dinis; página a confirmar]

21. 1.4 · *Love and Saint Augustine*, Chicago, 1996 · “nascimento ou ‘natalidade’” · «birth or “natality”» · [V-en; tradução do estudo; sem paginação]
22. 1.4 · *Entre o passado e o futuro*, “A crise na educação”, Viking, p. 196 · “o ponto em que decidimos” · «the point at which we decide» · [V-en; tradução do estudo]
23. 1.5 · *A condição humana*, §25, Chicago, pp. 179–180 · “visível apenas” · «visible only to those he encounters» · [V-en; tradução do estudo]
24. 1.5 · *A condição humana*, §25, Chicago, p. 184 · “ninguém é o autor” · «nobody is the author» · [V-en; tradução do estudo]
25. 1.5 · *A condição humana*, §28, Chicago, pp. 198–199 · “onde apareço aos outros” · «where I appear to others» · [V-en; tradução do estudo]
26. 1.5 · *A condição humana*, §28, Chicago, p. 200 · “o espaço potencial de aparição” · «the potential space of appearance» · [V-en; tradução do estudo]
27. 1.5 · *A condição humana*, §28, Chicago, pp. 198–199 · o espaço não sobrevive ao ato · «does not survive the actuality of the movement» · [V-en; paráfrase]
28. 1.6 · *A condição humana*, §33, Chicago, p. 237 · “redenção”; “ilhas de segurança” · «islands of security» · [V-en; tradução do estudo]
29. 1.6 · *A condição humana*, §33, Chicago, p. 237 · “ninguém pode perdoar a si mesmo […] sem realidade” · «no one can forgive himself […] without reality» · [V-en; tradução do estudo]
30. 1.6 · *A condição humana*, §33, Chicago, p. 238 · “foi Jesus de Nazaré” · «was Jesus of Nazareth» · [V-en; tradução do estudo]
31. 1.6 · *A condição humana*, §33, Chicago, p. 239 · o poder de perdoar não vem de Deus · [V-en; paráfrase]
32. 1.6 · *A condição humana*, §33, Chicago, p. 241 · “age de novo e inesperadamente”; “incapazes de punir” · «acts anew and unexpectedly»; «unable to punish» · [V-en; tradução do estudo]
33. 1.6 · *A condição humana*, §33, Chicago, p. 242 · “não apenas apolítico, mas antipolítico” · «not only apolitical but antipolitical» · [V-en; tradução do estudo]
34. 1.6 · *A condição humana*, §33, Chicago, p. 243 · “amizade” sem intimidade e sem proximidade · «“friendship” without intimacy and without closeness» · [V-en; tradução do estudo]
35. 1.6 · *A condição humana*, §33, Chicago, p. 243 · “a razão mais funda” · «the deepest reason» · [V-en; tradução do estudo]
36. 1.6 · *A condição humana*, §34, Chicago, p. 244 · “o preço […] pela liberdade” · «the price […] for freedom» · [V-en; tradução do estudo]
37. 1.6 · *A condição humana*, §34, Chicago, p. 247 · “fato da natalidade” · «fact of natality» · [V-en; tradução do estudo]
38. 1.7 · *A condição humana*, §7, Chicago, pp. 50, 52 · “relaciona e separa os homens ao mesmo tempo”; “nos assegura da realidade” · «relates and separates men at the same time»; «assures us of the reality» · [V-en; tradução do estudo]
39. 1.7 · *A condição humana*, §7, Chicago, p. 51 · “luz muito mais dura” · «much harsher light» · [V-en; tradução do estudo]
40. 1.7 · *A condição humana*, §7, Chicago, p. 58 · “inteiramente privados” · «entirely private» · [V-en; tradução do estudo]

41. 1.7 · *A condição humana*, §24, Chicago, p. 176 · “literalmente morta para o mundo” · «literally dead to the world» · [V-en; tradução do estudo]
42. 1.7 · *A condição humana*, cap. II, Chicago, p. 71 · “torna-se rasa” · «becomes […] shallow» · [V-en; tradução do estudo; seção a confirmar]
43. 1.7 · *A condição humana*, §6, Chicago, p. 38 · “interior sombrio do lar” · «shadowy interior of the household» · [V-en; tradução do estudo]
44. 1.7 · *A condição humana*, §6, Chicago, p. 40 · “excluir a ação espontânea” · «exclude spontaneous action» · [V-en; tradução do estudo]
45. 1.8 · *Entre o passado e o futuro*, “Que é liberdade?”, Viking, pp. 146, 153, 167 · “ser livre e agir são a mesma coisa” · «to be free and to act are the same» · [V-en; tradução do estudo]
46. 1.8 · *Sobre a revolução*, cap. 2, Penguin, pp. 70–71 · “operava fora do domínio político” · «operated outside the political realm» · [V-en; tradução do estudo; página via Boltanski]
47. 1.8 · *Sobre a revolução*, cap. 2, Penguin, p. 86 · “abole a distância” · «abolishes the distance» · [V-en; tradução do estudo; página via Nitzlader]
48. 1.8 · *Sobre a revolução*, cap. 2, Penguin · “a compaixão muda de Jesus”; “capacidade de crueldade”; “a máscara” · «the mute compassion of Jesus»; «capacity for cruelty»; «the mask ancient actors used» · [V-en; tradução do estudo; páginas e início da frase a confirmar]
49. 1.9 · *A condição humana*, Prólogo, Chicago, p. 5 · “irreflexão” · «thoughtlessness» · [V-en; tradução do estudo]
50. 1.9 · *Eichmann em Jerusalém*, cap. III, trad. Siqueira · “ponto de vista de outra pessoa” · «standpoint of somebody else» · [V-pt: Siqueira; página a confirmar]
51. 1.9 · *Eichmann em Jerusalém*, Pós-escrito, trad. Siqueira · “Foi pura irreflexão” · «It was sheer thoughtlessness» · [V-pt: Siqueira; página a confirmar]
52. 1.9 · *Eichmann in Jerusalem*, Piper · «gewissermassen schiere Gedankenlosigkeit» · [V-de; página a confirmar]
53. 1.9 · *Eichmann em Jerusalém*, Pós-escrito, Penguin, pp. 287–288 · “estritamente factual” · «strictly factual level» · [V-en; tradução do estudo; páginas via Assy]
54. 1.9 · Carta a Scholem, 24/7/1963, *Escritos judaicos*, Amarilys, 2016, pp. 761–763 · “se espalha como fungo sobre a superfície” · [V-pt: Mascaro, Oliveira e Silva; original não aberto]
55. 1.10 · *A vida do espírito*, “Introdução”, Paidós, p. 31 · “‘condicione’” · «“condicionan”» · [V-es; tradução do estudo]
56. 1.10 · “Pensar e considerações morais”, *Social Research* 38/3, 1971, pp. 417–418 · “autêntica incapacidade de pensar” · «authentic inability to think» · [V-en via secundária: Assy; tradução do estudo; data e página a confirmar]
57. 1.10 · *A vida do espírito*, I, Paidós, pp. 203–204 · “sofrer o mal do que fazê-lo” · «sufrir el mal que hacerlo» · [V-es; tradução do estudo]
58. 1.10 · “Responsabilidade pessoal sob a ditadura”, *Responsibility and Judgment*, Schocken, 2003, pp. 44–45 · “conviver com um assassino” · «live together with a murderer» · [V-en via secundária: Critical Legal Thinking; tradução do estudo]
59. 1.10 · *Origens*, cap. 13, Harcourt, p. 476 · “dois-em-um”; “precisa dos outros” · «two-in-one»; «needs the others» · [V-en; tradução do estudo]
60. 1.10 · *Origens*, cap. 13, Harcourt, pp. 476–477 · “companhia confiante” · «trusting and trustworthy company» · [V-en; tradução do estudo]

61. 1.10 · *Los orígenes del totalitarismo*, cap. 13, Taurus (Solana) · *aislamiento*, *soledad* (*loneliness*), *vida solitaria* (*solitude*) · [V-es; páginas a confirmar]
62. 1.10 · *La vida del espíritu*, Paidós, *El Pensamiento* (Corral), p. 207; *La Voluntad* (Birulés), p. 296 · «soledad [loneliness]»; «soledad [solitude]» · [V-es]
63. 1.10 · *A vida do espírito*, I, Paidós, p. 215 · "subproduto" · «el subproducto» · [V-es; tradução do estudo]
64. 1.10 · *Lições sobre a filosofia política de Kant*, Paidós (Corral), pp. 84–85 · "ir de visita" · «ir de visita» · [V-es; tradução do estudo; a p. 85, paráfrase]
65. 1.11 · "Reflexões sobre Little Rock", *Dissent*, 1959, pp. 49, 51, 55 · "um direito humano elementar"; "direito social tão indispensável"; "direito privado sobre os filhos" · «an elementary human right»; «as indispensable a social right»; «private right over their children» · [V-en; tradução do estudo]
66. 1.11 · "Resposta aos críticos", *Dissent*, 1959, p. 180 · "violada pelas leis de segregação" · «violated by segregation laws» · [V-en; tradução do estudo]
67. 1.11 · *Origens*, cap. 9, Harcourt, p. 297 · "expulsa da humanidade" · «expels him from humanity» · [V-en; tradução do estudo]
68. 1.11 · "Martin Heidegger faz oitenta anos", *Pensar sem corrimão*, Bazar do Tempo, 2021, sem paginação · "tiranos e a Führers" · [V-pt: Andreiuolo, Cerdeira, Duarte e Starling]
69. 1.11 · *Homens em tempos sombrios*, Prefácio, Harcourt, p. ix · "a luz de uma vela ou a de um sol ardente" · «the light of a candle or that of a blazing sun» · [V-en via secundária; tradução do estudo; localização a confirmar]

A tradição

1. 1.1 · *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, "Hannah Arendt", rev. 2024; Wikipedia, "Hannah Arendt" · datas da vida · [V-en via secundária; divergências: tese em 1928 ou 1929, cidadania em 1950 ou 1951]
2. 1.1 · Adriano Correia, "Hannah Arendt (1906–1975)", *Ética & Filosofia Política* 9 (1), 2006 · "amor ao mundo" · [V-pt; página a confirmar]
3. 1.4 · Maria de Lurdes Santos, "O initium. A natalidade em Hannah Arendt", p. 138 · a fórmula do *initium* não consta da edição de 1929 · [V-pt via secundária: Santos; paráfrase]
4. 1.4 · Stark, nota a *Love and Saint Augustine*, Chicago, 1996 · o termo "natalidade" acrescentado depois; a leitura de Canovan (1992, p. 8) é disputada · [V-en via secundária: Stark; paráfrase]
5. 1.4 · Margaret Canovan, introdução à 2.ª ed. de *The Human Condition*, Chicago, 1998, p. xvii · "mensagem mais animadora" · «most heartening message» · [V-en; tradução do estudo]
6. 1.5 · Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa* III, Papirus, p. 424 · "contar a história de uma vida" · [V-pt via secundária: Estudo IX, 5.4]
7. 1.6 · Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Seuil, 2000, p. 608 · "perdoar ali onde se pode punir" · «pardonner que là où on peut punir» · [V-fr via secundária: Estudo IX, 5.4; tradução do estudo]
8. 1.7 · Margaret Canovan, introdução de 1998, p. xiii · "desconcertantes e controversos" · «baffling and contentious» · [V-en; tradução do estudo]
9. 1.9 · Richard Bernstein, *Hannah Arendt and the Jewish Question*, MIT, 1996, pp. 137–153 · [paráfrase; V via secundária: Bernstein]

10. 1.10 · Raposo, *As origens do totalitarismo*, Companhia das Letras, 1989, p. 528 · *isolamento*, *solidão* (*loneliness*), *estar só* (*solitude*) · [V via secundária: Soares]
11. 1.10 · Lafer, *A reconstrução dos direitos humanos*, 1988; Duarte, *O pensamento à sombra da ruptura*, Paz e Terra, 2000, pp. 56–57 · *solidão* (*solitude*), *desolação* (*loneliness*) · [V via secundária: Adverse]
12. 1.10 · *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft*, Piper, 2005, pp. 975–979 · *Isolierung*, *Einsamkeit*, *Verlassenheit* · [V via secundária: Schor-Tschudnowskaja]
13. 1.11 · Ralph Ellison, entrevista a Robert Penn Warren, 1964 · “não faz ideia” · «no conception» · [V-en; transcrição de 1964; tradução do estudo]
14. 1.11 · Michael Barber, *Civitas* 11 (3), 2011, pp. 440–454 · o social e o político como ponto cego · [V via secundária: Barber; paráfrase]
15. 1.11 · Lafer e Benhabib (o direito a ter direitos); Agamben (o apátrida e a vida nua) · [tese a confirmar]

O cânon e os escritos

1. 1.12 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “sem se filiar a nenhuma”
2. 1.12 · Cânon v1.2, “A Arquitetura” · “mundo compartilhado”
3. 1.12 · Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Ritmo de estação, Legado · “Uma ação concreta voltada a quem vem depois”
4. abertura · Decisão n.º 11 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “A ordem dos clássicos: Platão (Estudo X), Aristóteles, Agostinho; depois Arendt, Marcel e Jaspers, Taylor”
5. 1.12 · Decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “junto às razões do nome”
6. 1.4 · Estudo XII, 5.1 · XII, 20, 4 (*Nuova Biblioteca Agostiniana*) e XII, 21 (Dombart–Kalb) · [leitura do estudo]
7. 1.4 · Estudo XII, 4.7 · a tese de 1929 parte de *caritas* e *cupiditas* · [leitura do estudo]

Capítulo 2 — Onde nos tocamos

Arendt

1. 2.1 · *A condição humana* (*The Human Condition*), cap. II, §7, Chicago 1958, p. 58 · “sob radical isolamento […] inteiramente privados” · «radical isolation […] entirely private» · [V-en; tradução do estudo]; o Tratado das Águas Comuns traduz do mesmo modo
2. 2.1 · *A condição humana*, cap. I, §1, Chicago 1958, pp. 7–8 · “homens, e não o Homem” · «men, not Man» · [V-en; tradução do estudo]
3. 2.1 · *A condição humana*, cap. I, §1, Chicago 1958, p. 8 · “ninguém é jamais o mesmo” · «nobody is ever the same» · [V-en; tradução do estudo]
4. 2.2 · *Origens do totalitarismo* (*The Origins of Totalitarianism*), cap. 13, Harcourt 1973, p. 476 · “precisa dos outros para voltar a ser um” · «needs the others in order to become one again» · [V-en; tradução do estudo]
5. 2.2 · *Origens do totalitarismo*, cap. 13, Harcourt 1973, p. 475 · “não pertencer ao mundo” · «not belonging to the world at all» · [V-en; tradução do estudo]
6. 2.3 · *A condição humana*, cap. I, §1, Chicago 1958, p. 9 · “a categoria central do pensamento político” · «the central category of political […] thought» · [V-en; tradução do estudo]

7. 2.3 · *A condição humana*, cap. V, §24, Chicago 1958, p. 177 · “não o começo de algo, mas de alguém” · «not the beginning of something but of somebody» · [V-en; tradução do estudo]
8. 2.3 · *A condição humana*, cap. II, §7, Chicago 1958, p. 55 · “aquilo em que entramos ao nascer e que deixamos ao morrer” · «what we enter when we are born and what we leave behind when we die» · [V-en; tradução do estudo]
9. 2.4 · *A vida do espírito* (*La vida del espíritu*), Introdução, Paidós 2002, p. 31 · “o hábito de examinar e refletir sobre tudo o que acontece […]” · «el hábito de examinar y de reflexionar acerca de todo lo que acontezca […]» · [V-es; tradução do estudo]
10. 2.4 · *A vida do espírito*, I, Paidós, p. 207; seção a confirmar · “se faz companhia a si mesmo” · «se hace compañía a sí mismo» · [V-es; tradução do estudo]
11. 2.4 · *A vida do espírito* (*The Life of the Mind*), I, Harcourt 1978, p. 185 · “sem poder fazer-me companhia” · «without being able to keep myself company» · [V-en via secundária: Adverse; tradução do estudo]
12. 2.5 · *A vida do espírito*, I, Paidós, pp. 203–204 · é melhor sofrer o mal do que praticá-lo · «sufrir el mal que hacerlo» · [V-es; tradução do estudo]
13. 2.5, 2.7 · *Entre o passado e o futuro* (*Between Past and Future*), “A crise na cultura”, Viking 1961, p. 220 · “discordar do mundo inteiro” · «disagree with the whole world» · [V-en; tradução do estudo]
14. 2.5 · “Responsabilidade pessoal sob a ditadura”, em *Responsabilidade e julgamento* (*Responsibility and Judgment*), Schocken 2003, pp. 44–45 · “conviver com um assassino” · «live together with a murderer» · [V-en via secundária: Critical Legal Thinking; tradução do estudo]
15. 2.5 · “Algumas questões de filosofia moral” · “dependerão da nossa escolha de companhia” · «depend on our choice of company» · [V-en via secundária: Walsh; tradução do estudo]
16. 2.6 · *A condição humana*, cap. V, §25, Chicago 1958, pp. 179–180 · “visível apenas para aqueles que ele encontra” · «visible only to those he encounters» · [V-en; tradução do estudo]
17. 2.6, 2.8 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 243 · a razão mais funda de que ninguém perdoe a si mesmo · «the deepest reason why nobody can forgive himself» · [V-en; paráfrase]
18. 2.7 · *A vida do espírito*, I, Paidós, p. 215 · “distinguir o bom do mau, o belo do feio” · «distinguir lo bueno de lo malo, lo bello de lo feo» · [V-es; tradução do estudo; o julgar de particulares sem regra geral, em paráfrase]
19. 2.7 · *Lições sobre a filosofia política de Kant* (*Lectures on Kant’s Political Philosophy*), Paidós 2003, pp. 84–85 · “para ir de visita” · «para ir de visita» · [V-es; tradução do estudo]
20. 2.7 · *Lições sobre a filosofia política de Kant*, Paidós, p. 104 · “uma posição que lhe permite ver o conjunto” · [V-es; tradução do estudo]
21. 2.7 · *Entre o passado e o futuro*, “A crise na cultura”, Viking 1961, p. 220 · «think in the place of everybody else» · [V-en; paráfrase]
22. 2.7 · *Eichmann em Jerusalém* (*Eichmann in Jerusalem*), cap. III, Siqueira, Companhia das Letras 1999 · “ponto de vista de outra pessoa” · «standpoint of somebody else» · [V-pt: Siqueira; página a confirmar]
23. 2.8 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 237 · “sem realidade” · «without reality» · [V-en; tradução do estudo]

24. 2.8 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, pp. 238–240 · “no domínio dos assuntos humanos” · «in the realm of human affairs» · [V-en; tradução do estudo]
25. 2.8 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 241 · “age de novo” · «acts anew» · [V-en; tradução do estudo]
26. 2.8 · *A condição humana*, cap. V, §34, Chicago 1958, pp. 237, 244 · “ilhas de segurança” · «islands of security» · [V-en; tradução do estudo]
27. 2.8 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 243 · o respeito como amizade sem intimidade e sem proximidade · «without intimacy and without closeness» · [V-en; paráfrase]

A tradição

1. 2.1 · Aguiar, *Filosofia Unisinos* 20 (3), 2019, citando *A condição humana*, Forense, 11.ª ed., p. 64 · “significa o próprio mundo” · [V-pt via secundária: Aguiar]
2. 2.3 · Canovan, introdução à 2.ª ed. de *The Human Condition*, Chicago 1998, p. xvii · [V-en; paráfrase]
3. 2.4 · Adverse, artigo sobre a solidão, *Cadernos Arendt* (UFMG), v. 1, n. 2 · “viver só” · [V via secundária: Adverse]
4. 2.4 · Agostinho, *Confissões* IV, 7, 12, trad. Mammì · “fugir de mim mesmo” · «Quo a me ipso fugerem?» · [V-pt: Mammì, via Estudo XII, 5.1; página a confirmar]
5. 2.5 · Correia, ementa do curso “Ética e banalidade do mal” · “Juízo e escolha de companhia” · [V via secundária: ementa]
6. 2.6 · Ricoeur, *Tempo e narrativa* III, Papirus, p. 424 · «raconter l’histoire d’une vie» · [V-pt via secundária: Estudo IX, 5.4]
7. 2.7 · Beiner, ensaio interpretativo, em *Lições sobre a filosofia política de Kant*, Paidós 2003, pp. 187–188 · [V-es; paráfrase]
8. 2.8 · Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*, p. 608 da ed. francesa · “ali onde se pode punir” · «là où on peut punir» · [tradução do estudo, do francês; V via secundária: Estudo IX, 5.4]

O cânon e os escritos

1. abertura · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “A tradição já conheceu as duas feridas”
2. 2.1 · Tratado das Águas Comuns, “O problema que responde” · “pessoa dissolvida no grupo”
3. 2.1 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “toma-se só a estrutura”
4. 2.1 · Tratado das Águas Comuns, “Definição” · “cada luz é singular”
5. 2.1 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “Ninguém navega um rio privado”; “a luz de cada um, entregue às águas de todos”
6. 2.1 · Cânon v1.2, “A Arquitetura” · “mundo compartilhado”
7. 2.2 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “sem depender da palavra ‘solidão’”
8. 2.2 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “Quem atraca está consigo”
9. 2.2 · Tratado das Águas Comuns, “Fontes” · “em paráfrase”
10. 2.2 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “guarda a luz para devolvê-la ao fluxo”

11. 2.2 · Catecismo, 48 · “Ser retomado é pertencer ao Flumen”
12. 2.2 · Cânon v1.2, “O Abrigo” · “cansado de estar só”
13. 2.3 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, II · “Ninguém começa do zero”
14. 2.3 · Catecismo, 6 · “ainda não conquistou nada e já o tem”
15. 2.3 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, III · “mensagem a carregar”
16. 2.3 · Cânon v1.2, “Regra de Vida” · “uma ação concreta voltada a quem vem depois”
17. 2.3 · Tratado da Luz Interior, “Fundamentação” · [paráfrase]
18. 2.4 · Meditações Práticas, “O Examinar da noite” · “o exame não é insônia, é fechamento”
19. 2.4 · Meditações Práticas, “O Examinar da noite” · “o que de fato aconteceu”
20. 2.4 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, I · “onde minha luz ficou escondida hoje?”
21. 2.4 · Cânon v1.2, “Regra de Vida” · “gratidão a alguém do passado”
22. 2.4 · Catecismo, 35 · “agir sem pensar não é noite”
23. 2.5 · Cânon v1.2, “A Bússola”; Catecismo, 25 · “eu sem a minha luz sou uma mentira”
24. 2.7 · Cânon v1.2, “A Bússola” · “apenas veta os que exigiriam apagar a luz”
25. 2.7 · Catecismo, 24 · “a decisão é sempre de quem caminha”
26. 2.7 · Disputatio, 4, “Ad secundum” · “fala na gramática de quem escolhe caminho”
27. 2.8 · Cânon v1.2, “A Regra da Misericórdia” · “Recomeça-se no dia seguinte”
28. 2.8 · Disputatio, 4, “Ad tertium” · “nunca falou do mal cometido contra outrem”
29. 2.8 · Cânon v1.2, “O Abrigo” · [paráfrase]
30. 2.8 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, I · “anterior a qualquer conquista ou circunstância”
31. 2.6 · Decisão n.º 3 de 17/10/2026 · “pode ser o primeiro a vê-la”
32. 2.8 · Decisão n.º 4 de 17/10/2026 · “é o rio”
33. 2.4 · Decisão n.º 5 de 17/10/2026 · “a irreflexão não é noite”
34. 2.6 · Decisão n.º 3 de 19/10/2026 · “O olhar do outro apenas vê”
35. 2.4 · Decisão n.º 9 de 19/10/2026 · “o mal que o existir causa sem intenção”
36. 2.8 · Decisão n.º 3 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “fica para o tratado da justiça”
37. 2.4, 2.6 · Decisão n.º 4 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “o ‘quem’ está na história”
38. 2.4 · Decisão n.º 5 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “é a própria Luz”
39. abertura · Decisão n.º 11 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “depois Arendt”
40. 2.5, 2.7 · Decisão n.º 7 de 23/10/2026 sobre o Estudo X · “sem voz externa”
41. 2.7 · Decisão n.º 4 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “percebe o caso”
42. 2.8 · Decisão n.º 5 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “não pede retorno em ponto algum”
43. abertura · Decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “sem esperar o estudo dela”
44. abertura · Decisões de 31/10/2026 sobre os Estudos XI e XII, fecho de cada lista · “Arendt, Marcel e Jaspers, Taylor”
45. 2.8 · Decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII · “toque do cristianismo”
46. 2.3 · Estudo VII, 5.4 · “polos, não contradição” · [leitura do estudo]
47. 2.3 · Estudo XII, 5.1 · “o começo que age” · [leitura do estudo]
48. 2.4 · Estudo XII, 5.1 · “o companheiro que não se pode deixar” · [leitura do estudo]
49. 2.3 · Estudo XI, 5.2 · [paráfrase] · [leitura do estudo]
50. 2.4 · Estudo X, 5.3 · [paráfrase] · [leitura do estudo]

51. 2.8 · Estudo IX, 5.4 · [paráfrase] · [leitura do estudo]

Capítulo 3 — Onde nos separamos

Arendt

1. 3.1 · *A condição humana* (*The Human Condition*), cap. II, §7, Chicago 1958, pp. 50–51 · “deriva, em última análise […] luz muito mais dura” · «ultimately derived from the much harsher light» · [V-en; tradução do estudo]
2. 3.1 · *A condição humana*, cap. II, p. 71 · “fundo mais escuro que deve permanecer oculto” · [V-en; tradução do estudo; seção a confirmar]
3. 3.2 · *A condição humana*, cap. V, §28, pp. 198–199 · “só potencialmente […] não para sempre” · [V-en; tradução do estudo]
4. 3.2 · *A condição humana*, §28, p. 200 · o poder mantém o espaço de aparição · [V-en; paráfrase]
5. 3.2 · *A condição humana*, cap. II, §7, p. 52 · “relaciona e separa os homens” · [V-en; tradução do estudo]
6. 3.2 · *A condição humana*, cap. I, §2, p. 13; cap. II, §6, pp. 38–40 · o político e o social · [V-en; paráfrase]
7. 3.3 · *A condição humana*, cap. V, §24, p. 176 · “está literalmente morta para o mundo” · [V-en; tradução do estudo]
8. 3.3 · *A condição humana*, cap. I, §1, p. 9 · “a atividade política por excelência” · [V-en; tradução do estudo]
9. 3.3 · *A condição humana*, Prólogo, p. 5 · “sociedade de laboradores sem labor” · [V-en; tradução do estudo]
10. 3.3 · *A condição humana*, cap. I, §2, p. 17 · “nem é superior ou inferior” · [V-en; tradução do estudo]
11. 3.3 · *A condição humana*, cap. VI, p. 325 · “nunca é mais ativo do que quando nada faz […] nunca está menos só” · «Numquam se plus agere […] numquam minus solum esse» · [V-en; tradução do estudo]
12. 3.4 · *A condição humana*, cap. V, §25, pp. 179–184 · “autor ou produtor” · [V-en; tradução do estudo]
13. 3.4, 3.6 · *A condição humana*, §33, p. 243 · a razão mais funda de que ninguém perdoe a si mesmo · [V-en; paráfrase]
14. 3.4 · *A condição humana*, §25, p. 180 · “deve estar sem si e preservar completo anonimato” · «must be without self and preserve complete anonymity» · [V-en; tradução do estudo]
15. 3.4 · *A condição humana*, cap. I, §1, p. 9 · o recém-chegado pode agir · [V-en; paráfrase]
16. 3.4 · *A condição humana*, §24, pp. 176–177 · “como um segundo nascimento” · [V-en; tradução do estudo]
17. 3.5 · *Origens do totalitarismo* (*The Origins of Totalitarianism*), cap. 9, p. 296 · “um lugar no mundo” · [V-en; tradução do estudo]
18. 3.5 · *Origens do totalitarismo*, cap. 9, pp. 299–300 · “nudez abstrata de ser humano” · [V-en; tradução do estudo]
19. 3.5 · *Origens do totalitarismo*, cap. 9, p. 298 · “pela própria humanidade”; “de modo algum certo” · [V-en; tradução do estudo]

20. 3.5 · *Origens do totalitarismo*, cap. 9, p. 297 · “a sua dignidade humana”; “perda da própria comunidade política” · [V-en; tradução do estudo]
21. 3.5 · Carta a Jaspers, 1951, em *Correspondence 1926–1969*, p. 166 · “supérfluos como seres humanos” · [V-en via secundária: Bernstein; tradução do estudo]
22. 3.6 · *A condição humana*, cap. V, §33, p. 237 · “ninguém pode perdoar a si mesmo”; “ficam sem realidade” · «no one can forgive himself […] without reality» · [V-en; tradução do estudo]
23. 3.6 · *A condição humana*, §33, p. 238 · “no domínio dos assuntos humanos” · [V-en; tradução do estudo]
24. 3.6 · Carta a Scholem, 24/7/1963, em *Escritos judaicos*, Amarilys, 2016, pp. 761–762 · “A misericórdia é aplicável à pessoa e não ao feito” · [V-pt: Mascaro, Oliveira e Silva; original não conferido]
25. 3.6 · *A condição humana*, §34, pp. 243–244 · Abraão e a tradição da promessa · [V-en; paráfrase]
26. 3.6 · *A condição humana*, §34, p. 244 · “dada sob a condição da não soberania” · [V-en; tradução do estudo]
27. 3.7 · *Lições sobre a filosofia política de Kant* (*Lectures on Kant's Political Philosophy*), Paidós, 2003, pp. 84–85 · “para ir de visita” · [V-es; tradução do estudo]
28. 3.7 · *Lições sobre a filosofia política de Kant*, pp. 133 e 104 · o *sensus communis* e o espectador · [V-es; paráfrase]
29. 3.7 · *A vida do espírito* (*La vida del espíritu*), I, Paidós, 2002, p. 215 · o julgar sem regras gerais · [V-es; paráfrase]
30. 3.7 · *Eichmann em Jerusalém* (*Eichmann in Jerusalem*), cap. III · “ponto de vista de outra pessoa” · [V-pt: Siqueira; página a confirmar]
31. 3.8 · *Eichmann em Jerusalém*, Pós-escrito · “pura irreflexão”; “algo de maneira nenhuma idêntico à burrice” · [V-pt: Siqueira; página a confirmar]
32. 3.8 · *Eichmann em Jerusalém*, Pós-escrito, Piper · *gewissermassen* («em certo modo») · [V-de; página a confirmar]
33. 3.8 · *Eichmann em Jerusalém*, Pós-escrito, Penguin 1977, pp. 287–288 · “apenas no plano estritamente factual”; “uma lição” · [V-en; tradução do estudo]
34. 3.8 · Carta a Scholem, 24/7/1963, em *Escritos judaicos*, pp. 762–763 · “nunca é ‘radical’”; “apenas extremo”; “como fungo sobre a superfície” · [V-pt: Mascaro, Oliveira e Silva; original não conferido]
35. 3.8 · *Sobre a revolução* (*On Revolution*), cap. 2, Penguin 1990, p. 86 · “abole a distância”; “irrelevante e sem consequência” · [V-en; tradução do estudo; página via Nitzlader]
36. 3.8 · *Sobre a revolução*, cap. 2 · “podem ser fenômenos relacionados, mas não são o mesmo” · [V-en; tradução do estudo; página a confirmar]
37. 3.8 · *A condição humana*, §33, p. 242 · “antipolítico” · [V-en; tradução do estudo]
38. 3.8 · *Origens do totalitarismo*, cap. 12, p. 459 · homens supérfluos num sistema · [V-en; paráfrase]
39. 3.8 · *A condição humana*, cap. III, p. 104 · “nunca deixou de ser equívoca” · [V-en; tradução do estudo]

A tradição

1. 3.1 · Odílio Alves Aguiar, *Filosofia Unisinos* 20(3), 2019, citando *A condição humana*, Forense, 11.ª ed., p. 64 · “na medida em que é comum a todos nós” · [V-pt via secundária: Aguiar]
2. 3.1 · Adriano Correia, “Hannah Arendt (1906-1975)”, *Ética & Filosofia Política* 9(1), 2006 · “amor ao mundo” · [V-pt; página a confirmar]
3. 3.2 · Margaret Canovan, introdução a *The Human Condition*, Chicago 1998, p. xiii · “controversos” · [V-en; tradução do estudo]
4. 3.4 · Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa* III, p. 424 · “contar a história de uma vida” · [V-pt via secundária: Estudo IX, 5.4]
5. 3.5 · Celso Lafer · o direito a ter direitos · [tese a confirmar]
6. 3.5 · Seyla Benhabib · o direito a ter direitos como núcleo · [V via secundária: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*]
7. 3.5 · Giorgio Agamben · o apátrida e a vida nua · [tese a confirmar]
8. 3.7 · Ronald Beiner, “Ensayo interpretativo”, em *Lições sobre a filosofia política de Kant*, Paidós, 2003, pp. 187–188 · [V-es]
9. 3.8 · Richard Bernstein, *Hannah Arendt and the Jewish Question*, 1996 · do mal radical ao banal como revisão · [paráfrase; tese a confirmar]

O cânon e os escritos

1. 3.1 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “pública e derivada”
2. 3.1 · Tratado da Luz Interior, “Definição” · “presença anterior a qualquer olhar”
3. 3.1 · Cânon v1.2, “Independência confessional” · “a Luz tem nome próprio”
4. 3.2 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “mais largo e mais humilde”
5. 3.2 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “imagem dela, não do cânon”
6. 3.2 · Tratado das Águas Comuns, “Definição” · “comunidade, sociedade ou coletivo”
7. 3.2 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “Pessoal, nunca individual”
8. 3.3 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “a margem não se apoia nessa frase”
9. 3.3 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “o silêncio à beira d’água também é presença”
10. 3.3 · Cânon v1.2, “Regra de Vida”, ritmo semanal · “meio dia sem produzir nada”
11. 3.3 · Meditações Práticas, “O sabbath do fluxo” · “modo de ser”
12. 3.3, 3.8 · Meditações Práticas, “O Examinar da noite” · “em voz baixa”
13. 3.4 · Meditações Práticas, “O Acender da manhã” · “é só luz, ainda quieta, esperando”
14. 3.4 · Tratado da Luz Interior, “Síntese” · “liberta a ação de precisar provar”
15. 3.4 · Catecismo, 6 · “ainda não conquistou nada e já o tem”
16. 3.5 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, I, “Princípio” · “anterior a qualquer conquista ou circunstância”
17. 3.5 · Tratado da Luz Interior, “Fundamentação” · “cada luz é intrínseca”
18. 3.5 · Disputatio, 3, “Respondeo” · “juiz último do valor humano”
19. 3.5 · Cânon v1.2, “A Vigília” · “uma luz devida ao outro”
20. 3.6 · Disputatio, 3, “Respondeo”; 4, “Ad tertium” · “nunca falou do mal cometido”

21. 3.6 · Meditações Práticas, “A Regra da Misericórdia” · “Você prometeu a si mesmo o Acender”
22. 3.6 · Cânon v1.2, “O Abrigo” · “se compromete a ser lugar seguro”
23. 3.6 · Cânon v1.2, “A Vigília” · “promete presença, não vitória”
24. 3.7 · Cânon v1.2, “A Bússola” · “sem me trair”
25. 3.8 · Catecismo, 35 · “agir sem pensar não é noite”
26. 3.8 · Tratado da Vigília, “Definição” · “a irreflexão não é noite”
27. 3.1, 3.4 · Decisão n.º 3 de 17/10/2026 · “dada antes de qualquer relação”; “não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la”
28. 3.6 · Decisão n.º 4 de 17/10/2026 · “a mão que retoma é o rio”
29. 3.8 · Decisão n.º 5 de 17/10/2026 · “a irreflexão não é noite”
30. 3.1, 3.4, 3.8 · Decisão n.º 3 de 19/10/2026 · “O olhar do outro apenas vê”; “nada exige”
31. 3.8 · Decisão n.º 9 de 19/10/2026 · “o mal que o existir causa sem intenção”
32. 3.5 · Decisão n.º 1 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “nem se perde no caminho”
33. 3.6 · Decisão n.º 3 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “fica para o tratado da justiça”
34. 3.4 · Decisão n.º 4 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “o valor está na Lux”
35. 3.7 · Decisão n.º 5 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “em mim” como a própria Luz
36. 3.8 · Decisão n.º 10 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “passa pelo ato, não pela pessoa”
37. 3.1 · Decisão n.º 3 de 23/10/2026 sobre o Estudo X · “a fonte continua sem nome no cânon”
38. 3.7 · Decisão n.º 7 de 23/10/2026 sobre o Estudo X · “sem voz externa”
39. 3.7 · Decisão n.º 4 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “percebe o caso”
40. 3.5 · Decisão n.º 7 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “padrão para os clássicos que virão”
41. 3.3 · Decisão n.º 8 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “um não-ato: não é contemplação”
42. 3.2 · Decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI, letra do Prólogo do Estudo XI · “junto às razões do nome”
43. 3.3 · Decisão n.º 4 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII · “três ritmos do dia”
44. 3.5 · Decisão n.º 6 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII · “nenhuma pessoa está fora da Lux”
45. 3.6 · Decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII · “a graça, que é toque do cristianismo”
46. 3.2, 3.6, 3.8 · Estudos XI, 4.7; IX, 5.4; VII, 5.4; X, 5.3; XII, 5.1 · [leitura do estudo]

Capítulo 4 — Arendt e as casas que já visitamos

Arendt

1. 4.1 · “Sócrates”, em *A promessa da política* (*The Promise of Politics*); edição e página a confirmar · “tornar a cidade mais verdadeira […]” · «to make the city more truthful […]» · [V-en; tradução do estudo; localização a confirmar]
2. 4.1 · *Entre o passado e o futuro* (*Between Past and Future*), “A crise na cultura”, Viking 1961, p. 220 · “discordar do mundo inteiro” · «disagree with the whole world» · [V-en; tradução do estudo]
3. 4.1 · *A condição humana* (*The Human Condition*), cap. V, §31, Chicago 1958, p. 229 · “a substituição do agir pelo fazer” · «the substitution of making for acting» · [V-en; tradução

do estudo]

4. 4.1 · *A condição humana*, cap. I, §2, Chicago 1958, p. 13 · *bios politikos* e *praxis* · [V-en; paráfrase]
5. 4.1 · *Homens em tempos sombrios* (*Men in Dark Times*), "Sobre a humanidade em tempos sombrios", Harcourt 1968, p. 25 · "não na fraternidade, mas na amizade" · «not in fraternity but in friendship» · [V-en; tradução do estudo]
6. 4.2 · *A condição humana*, cap. V, §24, Chicago 1958, p. 177 · "não […] de algo, mas de alguém" · «not the beginning of something but of somebody» · [V-en; tradução do estudo]
7. 4.2 · *Origens do totalitarismo* (*The Origins of Totalitarianism*), cap. 13, ed. portuguesa de 1989, p. 531 · "a suprema capacidade do homem" · «the supreme capacity of man» · [V-en; V-pt via secundária: Fernandes; presença na edição de 1951 não verificada]
8. 4.2 · *A vida do espírito* (*La vida del espíritu*), II, "La Voluntad", Paidós, pp. 316 ss. · "o primeiro filósofo da Vontade" · «primer filósofo de la Voluntad» · [V-es; tradução do estudo]
9. 4.2 · *O conceito de amor em Santo Agostinho*, ed. portuguesa, trad. Pereira Dinis, fórmula *generatione* · [V-pt: Pereira Dinis; página a confirmar]
10. 4.2 · *Love and Saint Augustine*, ed. Chicago 1996, "birth or 'natality'" e nota de Stark · [V-en via secundária: Stark; tese a confirmar]
11. 4.3 · *A condição humana*, conclusão, Chicago 1958, p. 325 · Catão: *numquam se plus agere* […] · [V-en; paráfrase]
12. 4.3 · *Origens do totalitarismo*, cap. 13, Harcourt 1973, p. 476 · Epicteto, *eremos* e *monos* (*Diatribes*, III, 13) · [V-en; paráfrase]
13. 4.3 · *Origens do totalitarismo*, cap. 13, Harcourt 1973, p. 476 · "precisa dos outros para voltar a ser um" · «needs the others in order to become one again» · [V-en; tradução do estudo]
14. 4.3 · *Entre o passado e o futuro*, "O que é a liberdade?", Viking 1961, p. 146 · "politicamente irrelevante" · «politically irrelevant» · [V-en; tradução do estudo]
15. 4.4 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 237 · perdão e promessa sem realidade no estar só ou no isolamento · [V-en; paráfrase]
16. 4.4 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 238 · "experiências que ninguém poderia jamais ter consigo mesmo" · «experiences which nobody could ever have with himself» · [V-en; tradução do estudo]
17. 4.4 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 241 · "eminentemente pessoal (embora não necessariamente individual ou privado)" · «eminently personal (though not necessarily individual or private)» · [V-en; tradução do estudo]
18. 4.4 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 242 · o amor antimundano e antipolítico · [V-en; paráfrase]
19. 4.4 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 243 · ninguém perdoa a si mesmo; o "quem" que só os outros veem · [V-en; paráfrase]
20. 4.4 · *A vida do espírito*, II, Paidós, p. 297 · "não são amigos ou companheiros; estão em constante luta" · «no son amigos o compañeros; están en constante lucha» · [V-es; tradução do estudo]
21. 4.5 · *Entre o passado e o futuro*, "O conceito de história", Viking 1961, p. 68 · Hegel e a história como processo · [V-en; paráfrase]

22. 4.5 · *A condição humana*, cap. III, Chicago 1958, p. 104 · “equívoca” · «equivocal» · [V-en; tradução do estudo]
23. 4.5 · *Origens do totalitarismo*, cap. 12, Harcourt 1973, p. 459 · “igualmente supérfluos” · «equally superfluous» · [V-en; tradução do estudo]
24. 4.6 · “What is Existenz Philosophy?” (1946), dados bibliográficos apenas · [localização a confirmar]
25. 4.6 · “Martin Heidegger faz oitenta anos”, Platão, Heidegger, tiranos e Führers · [V-pt via secundária; paráfrase]
26. 4.6 · Escritos sobre Jaspers (*laudatio*, *humanitas*, mentalidade alargada) · [V-es; paráfrase; páginas inferidas]
27. 4.7 · *Sobre a revolução* (*On Revolution*), cap. 2, Viking 1963, p. 86 · a compaixão “abole a distância” · [V-pt; paráfrase]
28. 4.7 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958 · perdão e punição, ambos pondo fim a algo · [V-en; paráfrase; página a confirmar]

A tradição

1. 4.1 · Habermas, fórmula sobre a *praxis*, lida em Villa (1996) · “renovação sistemática do conceito aristotélico de *praxis*” · [V-en via secundária: Villa; tradução do estudo]
2. 4.2 · Santos, a fórmula do *initium* e a edição de 1929 · [V-pt via secundária: Santos; página a confirmar]
3. 4.2 · Canovan, onde a natalidade já aparece · [tese a confirmar]
4. 4.3 · Ricoeur, *Tempo e narrativa* (*Temps et récit*), III, o “orgulho estoico da inflexível constância” (Estudo IX, 4.4) · [V-pt; paráfrase]
5. 4.4 · Correia (2006), Arendt entende “o político antes de tudo como resultado do amor ao mundo” · [V-pt: cópia aberta, sem paginação]
6. 4.6 · A tradição sobre Heidegger e Arendt, defesa ou crítica · [tese a confirmar]
7. 4.7 · Bell (2018) e Topolski (2008), Levinas e Arendt · [tese a confirmar]
8. 4.7 · Ricoeur, *Tempo e narrativa*, III, a ação revela um “quem” · [V-pt; paráfrase]
9. 4.7 · Ricoeur, prefácio de 1983 à tradução francesa de *A condição humana* · [tese a confirmar]
10. 4.8 · *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Arendt e Taylor · [tese a confirmar]

O cânon e os escritos

1. 4.1 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “Ninguém navega um rio privado”
2. 4.2 · Catecismo, 6 · “ainda não conquistou nada e já o tem”
3. 4.2 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, II · “Ninguém começa do zero”
4. 4.2 · Cânon v1.2, “A Regra da Misericórdia” · “Recomeça-se no dia seguinte”
5. 4.3 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “Quem atraca está consigo”; “Dela vem também o critério”; “morta para o mundo”
6. 4.3 · Ficha do Estudo II (exame noturno, portar o involuntário, *apatheia*, *amor fati*, autossuficiência) · [Ficha, não cânon]
7. 4.4 · Ficha do Estudo III (dignidade anterior ao mérito, Abrigo e caridade, estrutura contra revelação) · [Ficha, não cânon]

8. 4.4 · Cânon v1.2, “O Abrigo” · “Sê casa para o outro”; “se compromete a ser lugar seguro no rio”
9. 4.4 · Cânon v1.2, “Independência confessional” · “A filosofia não decide isso por ninguém”; “Para quem crê, a Luz tem nome próprio […]”
10. 4.5 · Ficha do Estudo VII (a Vigília contra a teodiceia; o lobo contra o tribunal do mundo) · [Ficha, não cânon]
11. 4.6 · Ficha do Estudo V (“contra a vida por papéis”, “querer uma só coisa”) · [Ficha, não cânon]
12. 4.8 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “sem se filiar”; “só a estrutura”; “entra como material, não como doutrina”; “mais largo e mais humilde que o espaço público, e não é programa político”
13. 4.8 · Cânon v1.2 · “pessoal, nunca individual” · localização a confirmar
14. 4.9 · Fichas dos Estudos I, IV e VI (casas e fronteiras do Oriente) · [Ficha, não cânon]
15. 4.1 · Decisão n.º 5 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “toda nas Águas Comuns”; “o Abrigo não pede retorno em ponto algum”
16. 4.4 · Decisão n.º 4 de 17/10/2026 sobre o Estudo VII · “não depende de outra pessoa”
17. 4.5 · Decisão n.º 2 de 17/10/2026 sobre o Estudo VII · “uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer”
18. 4.6 · Decisão n.º 9 de 19/10/2026 sobre o Estudo VIII · “também o mal que o existir causa sem intenção”
19. 4.5 · Decisão n.º 13 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “mediação aberta”
20. 4.9 · Decisão n.º 7 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “para os clássicos que virão”
21. 4.2 · Decisão n.º 1 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII · “aceita de Agostinho o dentro e recusa a exceção”
22. 4.2 · Decisão n.º 5 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII · “o cânon continua a definir o lobo pelo ato”
23. 4.9 · Decisão n.º 6 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII · “para os clássicos cristãos”
24. 4.1, 4.8 · Decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI, letra do Prólogo do Estudo XI · “junto às razões do nome”
25. 4.1, 4.2, 4.3, 4.5, 4.7 · Estudos X, 5.3; XI, 4.7, 4.10 e 5.2; XII, 4.7 e 5.1; VII, 5.4; IX, 4.4 e 5.4 · [leitura do estudo]

<!--FIM-->

Capítulo 5 — Prévias: autores que virão

Arendt

1. 5.1 · *A condição humana* (*The Human Condition*), cap. I, §1, Chicago 1958, p. 7 · “homens, e não o Homem” · «men, not Man, live on the earth and inhabit the world» · [V-en; tradução do estudo]
2. 5.1 · *Origens do totalitarismo* (*The Origins of Totalitarianism*), cap. 9, Harcourt 1973, p. 300 · “nudez abstrata” · «the abstract nakedness of being nothing but human» · [V-en; tradução do estudo]

3. 5.1 · *A condição humana*, cap. II, §7, Chicago 1958, p. 50 · “assegura a realidade do mundo” · «assures us of the reality of the world and ourselves» · [V-en; tradução do estudo]
4. 5.1 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago 1958, p. 237 · “no estar só ou no isolamento”; “sem realidade” · «forgiving and promising enacted in solitude or isolation remain without reality» · [V-en; tradução do estudo]
5. 5.1 · *A condição humana*, cap. V, §34, Chicago 1958, pp. 243–244 · a promessa, a imprevisibilidade e o preço da liberdade · [V-en; paráfrase]
6. 5.2 · Hannah Arendt e Karl Jaspers, *Correspondence 1926–1969* (1992) · a correspondência de 1926 a 1969 · [paráfrase; localização a confirmar]
7. 5.2 · “Karl Jaspers: uma laudatio”, em *La pluralidad del mundo* (Taurus, 2019), ebook p. 479 (página inferida) · “nunca se adquire no estar só, nunca por se dar ao público a obra de cada um” · «La humanitas nunca se adquiere en soledad […]» · [V-es; tradução do estudo]
8. 5.2 · “Karl Jaspers: uma laudatio”, ebook p. 485 · “é a mentalidade política por excelência” · «la kantiana ‘mentalidad ampliada’, que es la mentalidad política par excellence» · [V-es; tradução do estudo]
9. 5.2 · *Lições sobre a filosofia política de Kant* (*Lectures on Kant's Political Philosophy*, ed. Beiner), p. 43 (página a confirmar) · “adota a posição do cidadão do mundo de Kant” · «it adopts the position of Kant's world citizen» · [V-en via secundária: Han; tradução do estudo]
10. 5.2 · *Origens do totalitarismo*, cap. 12, Harcourt 1973, p. 459 · “crimes que os homens não podem punir nem perdoar” · «crimes which men can neither punish nor forgive» · [V-en; tradução do estudo]
11. 5.3 · *Entre o passado e o futuro* (*Between Past and Future*), “Que é liberdade?”, Viking 1961, p. 146 · “politicamente irrelevante” · «is by definition politically irrelevant» · [V-en; tradução do estudo]
12. 5.3 · *A condição humana*, cap. II, §7, Chicago 1958, p. 50 · “uma existência incerta e sombria”; “desprivatizadas” · «an uncertain, shadowy kind of existence»; «deprivatized» · [V-en; tradução do estudo]
13. 5.3 · *A condição humana*, cap. V, §28, Chicago 1958, p. 198 · “o espaço onde apareço aos outros” · «the space where I appear to others as others appear to me» · [V-en; tradução do estudo]
14. 5.3 · *A condição humana*, Prólogo, Chicago 1958, p. 5 · “laboradores sem labor” · «a society of laborers without labor» · [V-en; tradução do estudo]
15. 5.3 · *A condição humana*, cap. VI, Chicago 1958, p. 322 (seção a confirmar) · “um funcionamento puramente automático” · «a sheer automatic functioning» · [V-en; tradução do estudo]

A tradição

1. 5.1 · Gabriel Marcel, *Ser e ter* (*Être et avoir*, 1935) e *Homo viator* (1944) · [paráfrase; localização a confirmar]
2. 5.1 · Paul Ricoeur, *O si-mesmo como um outro* (*Sí mismo como otro*, Siglo XXI, 1996), pp. 292–293 · “petrificar-se na rigidez estoica da simples fidelidade […] desejo de responder a uma expectativa”; “Gabriel Marcel dá a essa fidelidade o nome de disponibilidade” · «petrificarse en la rigidez estoica de la simple fidelidad […]» · [V-es via secundária: Estudo IX, 4.2 e 5.5; tradução do estudo]

3. 5.1 · Ricoeur, *Soi-même comme un autre* (Seuil), p. 312 · “você pode contar comigo” · «tu peux compter sur moi» · [V-fr via secundária: Estudo IX, 5.5; tradução do estudo]
4. 5.2 · Karl Jaspers, *Filosofia* (*Philosophie*, 1932), lido por intermédio de Ricoeur · as situações-limite · [paráfrase; V via secundária: Estudo IX, 5.5]
5. 5.2 · Ricoeur, *Autobiografía intelectual* (Nueva Visión, 2007), p. 19 · “interlocutor silencioso”; “a falta, a solidão, a morte, o fracasso” · «mi interlocutor silencioso» · [V-es via secundária: Estudo IX, 4.2; tradução do estudo]
6. 5.2 · Ricoeur, *La mémoire, l’histoire, l’oubli* (Seuil, 2000), p. 596 · “outro nome da falta” · «autre nom de la faute» · [V-fr via secundária: Estudo IX, 5.5; tradução do estudo]
7. 5.2 · Ricoeur, *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, p. 616 (citando Jaspers, *La Culpabilité allemande*, pp. 46–47) · “comunicação com o amigo e o próximo” · «la communication avec l’ami et le prochain» · [V-fr via secundária: Estudo IX, 5.5; tradução do estudo]
8. 5.3 · Charles Taylor, *As fontes do si* (*Sources of the Self*, Harvard University Press, 1989) · o si, a busca narrada, as fontes morais, a vida ordinária · [paráfrase; localização a confirmar]
9. 5.3 · Taylor, *Sources of the Self*, p. 131 (capítulo a confirmar; Teixeira, *Ipseitas* 6(1), 2020) · “a interioridade da reflexividade radical” · «the inwardness of radical reflexivity» · [V-en via secundária: Teixeira; tradução do estudo]
10. 5.3 · Taylor, “The Politics of Recognition”, em Amy Gutmann (org.), *Multiculturalism* (Princeton University Press, 1994), p. 25 · “nossa identidade é em parte moldada pelo reconhecimento” · [V via secundária: Estudo VII, 3.1]
11. 5.3 · *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, verbete “Hannah Arendt” (rev. 2024) · Arendt e os comunitaristas · [paráfrase; V via secundária: Stanford Encyclopedia]

O cânon e os escritos

1. 5.1 · Cânon v1.2, “O Abrigo” · “se compromete a ser lugar seguro no rio”
2. 5.1 · Tratado da Vigília, “Definição” · “esperança, que olha para uma manhã que a luz não promete”
3. 5.1 · Tratado da Vigília, “Fundamentação” · “importa a presença, e não a explicação”
4. 5.1 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, III, “Virtude” · “Disponibilidade: prontidão interior para o novo, sem apego ansioso ao que passa”
5. 5.1 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, IV, “Virtude” · “Presença: estar inteiro onde o corpo está”
6. 5.1 · Cânon v1.2, “A Vigília” · “A Vigília promete presença, não vitória”
7. 5.1 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “o silêncio à beira d’água também é presença”
8. 5.1 · Tratado das Águas Comuns, “O problema que responde” · “exige presença contínua como prova de pertença”
9. 5.1 · Cânon v1.2, “Regra de Vida”, “Ritmo semanal” · “presença encarnada”
10. 5.2 · Cânon v1.2, “A Vigília” · “resiste-se, e deve-se justiça”
11. 5.2 · Tratado da Luz Interior, “O problema que responde” · “sente-se como se sua luz tivesse se apagado”
12. 5.2 · Cânon v1.2, “A Regra da Misericórdia” · “Falhar na regra não apaga a luz.”
13. 5.2 · Cânon v1.2, “O Abrigo” · “casa para quem está cansado de estar só”
14. 5.2 · Disputatio, 1, “Objeção III” · “gramática de culpa e de justiça”

15. 5.2 · Disputatio, 4, “Ad tertium” · “subsiste, sim, uma ausência: o cânon não possui hoje um princípio explícito de justiça ou responsabilização”
16. 5.2 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “A palavra verdadeira posta em circulação […] a vez respeitada”
17. 5.2 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “morta para o mundo”; “porque a margem também é rio”
18. 5.2 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “a precedência da relação”; “a luz pública”
19. 5.3 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, IV, “Prática” · “dançar, caminhar com atenção, cozinhar sem pressa”
20. 5.3 · Cânon v1.2, “Regra de Vida”, “Ritmo semanal” · “Meio dia sem produzir nada”
21. 5.3 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “entra como material, não como doutrina”
22. 5.1 · Decisão n.º 3 de 19/10/2026 · “O olhar do outro apenas vê. […] o Abrigo revela e nada exige.”
23. abertura · Decisão n.º 11 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “A ordem dos clássicos: Platão (Estudo X), Aristóteles, Agostinho; depois Arendt, Marcel e Jaspers, Taylor.”
24. 5.3 · Decisão n.º 4 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “o ‘quem’ está na história que a Revisão do rio nomeia”
25. 5.3 · Decisão n.º 2 de 23/10/2026 sobre o Estudo IX · “A Lux é valor; a capacidade é poder.”
26. 5.3 · Decisão n.º 3 de 23/10/2026 sobre o Estudo X · “a fonte continua sem nome no cânon”
27. 5.1 · Decisão n.º 5 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “A amizade fica toda nas Águas Comuns: o Abrigo não pede retorno em ponto algum.”
28. 5.3 · Decisão n.º 8 de 31/10/2026 sobre o Estudo XI · “O sabbath do fluxo é um não-ato”
29. abertura · Decisão n.º 10 de 31/10/2026 sobre o Estudo XII (Prólogo, v1.1) · “os quatro autores seguem sem letra”
30. 5.2 · Ficha do Estudo III, lida no Estudo XII, 5.3 · “silêncio respeitoso” · [Ficha, não cânon]
31. 5.1 · Estudo IX, 3.2 e 5.4 · “o mais próximo” · [leitura do estudo]
32. 5.1 · Estudo IX, 5.5 · “O estudo não sabe se a disponibilidade que responde a uma espera é ainda exigência” · [hipótese do estudo]
33. 5.2 · Estudo XII, 6.3 · “O mal estrutural espera Marx” · [leitura do estudo]
34. 5.3 · Estudo VII, 3.1 · “Lux = dignidade; reconhecimento = identidade e visibilidade” · [hipótese do estudo]

Capítulo 6 — Síntese, fórmula e questões abertas

Arendt

1. 6.1, 6.2, 6.5 · *A condição humana*, cap. I, §1, Chicago, pp. 7–8 · “homens, e não o Homem” · «men, not Man» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.4
2. 6.1, 6.5 · *A condição humana*, cap. II, §7, Chicago, p. 51 · “crepúsculo”; “deriva, em última análise”; “luz muito mais dura” · «twilight»; «derives its light»; «much harsher light» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.7

3. 6.1 · *A condição humana*, cap. V, §25, Chicago, pp. 179–180 · “visível apenas” · «visible only to those he encounters» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.5
4. 6.1, 6.2 · *A condição humana*, cap. V, §24, Chicago, p. 176 · “literalmente morta para o mundo” · «literally dead to the world» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.7
5. 6.1 · *Origens do totalitarismo*, cap. 9, Harcourt, pp. 296–297 · quem perde o lugar no mundo · «a place in the world» · [V-en; paráfrase] · ver 1.2
6. 6.4 · *A condição humana*, cap. V, §33, Chicago, p. 241 · “os homens são incapazes de perdoar o que não podem punir e incapazes de punir o que se revelou imperdoável” · «unable to forgive what they cannot punish and […] unable to punish what has turned out to be unforgivable» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.6
7. 6.1 · *Origens do totalitarismo*, cap. 13, Harcourt, p. 476 · “representados no eu”; “precisa dos outros para voltar a ser um” · «represented in the self»; «needs the others» · [V-en; tradução do estudo] · ver 1.10
8. 6.5 · *Homens em tempos sombrios*, Prefácio, Harcourt, p. ix · “a luz de uma vela ou a de um sol ardente” · «the light of a candle or that of a blazing sun» · [V-en via secundária; tradução do estudo; localização a confirmar] · ver 1.11

O cânon e os escritos

1. 6.1, 6.2, 6.5 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “pessoal, nunca individual”; “a luz de cada um, entregue às águas de todos” · ver 2.1
2. 6.1, 6.2 · Tratado das Águas Comuns, “Definição” · “cada luz é singular, e é por isso que há algo a entregar” · ver 2.1
3. 6.1, 6.2 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “toma-se só a estrutura”; “pública e derivada”; “no cânon a Lux vem antes”; “não é programa político” · ver 2.1, 3.1, 3.2
4. 6.1, 6.2, 6.5 · Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Ritmo semanal · “a luz não precisa provar que existe” · ver 3.3
5. 6.1, 6.2, 6.5 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, I, “Princípio” · “anterior a qualquer conquista ou circunstância” · ver 3.5
6. 6.2 · Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, n.º 3 · “a luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la” · ver 2.6
7. 6.3 · Meditações Práticas, “O Examinar da noite” · “em voz baixa ou numa frase escrita” · ver 2.4
8. 6.3 · Cânon v1.2, “O Abrigo” · “se compromete a ser lugar seguro no rio” · ver 3.6
9. 6.3 · Catecismo, 35 · a letra que já liga o agir sem pensar ao lobo · ver 2.4, 3.8
10. 6.3 · Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, n.º 5 · o lobo “sem intenção” · ver 3.8
11. 6.3, 6.4 · Decisões do fundador de 19 de outubro de 2026, n.º 9 · o dano que não se quis entra no Examinar · ver 2.4, 3.8
12. 6.3, 6.4 · Decisões do fundador de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo IX, n.º 4 e n.º 9 · pessoa e história em registros distintos; Ricoeur e Levinas como material do tratado · ver 3.4, 3.6
13. 6.3, 6.4 · Decisões do fundador de 23 de outubro de 2026 sobre o Estudo X, n.º 5 e n.º 7 · a cura de Platão como material do tratado; o veto “sem voz externa” · ver 3.6, 3.7
14. 6.3, 6.4 · Decisões do fundador de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XI, n.º 4, 5, 6, 7 e 10 · a Bússola percebe o caso; a amizade toda nas Águas Comuns; a tríade de Aristóteles

como material do tratado; a fronteira da série; a distinção político/social “junto às razões do nome” · ver 3.2, 3.5, 3.6, 3.7

15. 6.3, 6.4 · Decisões do fundador de 31 de outubro de 2026 sobre o Estudo XII, n.º 4, 6 e 9 · os três presentes como leitura; a fronteira da série, “nenhuma pessoa está fora da Lux”; a coerção e a causa deficiente como material do tratado · ver 3.4, 3.5, 3.6
16. 6.2 · Estudo XI, 6.3, questão (al); Estudo XII, 6.3, questão (as) · as fronteiras da série
17. 6.3, 6.4 · Estudo IX, 5.4 · “só se pode perdoar ali onde se pode punir”; a promessa sem letra
18. 6.3 · Estudo VII, 5.4 e 6.3; Estudo X, 5.3; Estudo XI, 5.2; Estudo XII, 5.1 · as prévias e as perguntas que deixaram; “há um intervalo que o estudo de Arendt poderá medir”
19. 6.3 · Estudo VII, 6.3 · as herdadas (g), (j), (k)

APÊNDICE B — CONFERÊNCIAS PENDENTES

Conferências pendentes

Este estudo traz 93 passagens marcadas para conferir e 605 marcas de verificação ao todo. Nada abaixo é doutrina: são dados de fonte, página e edição que a leitura cuidadosa de um exemplar em mãos pode fechar. Os itens estão numerados entre parênteses dentro de cada célula. Preferimos uma lacuna marcada a uma citação falsa.

Tipo	O que falta
Edições não abertas	(1) *A condição humana*, Raposo, Forense (10.ª ed.; 11.ª ed., 2010, revista por Adriano Correia; reimpr. 2014): todas as páginas chegam por intermediário. (2) *As origens do totalitarismo*, Raposo, Companhia das Letras (1989 e reimpressões), e a edição portuguesa, ainda não identificada. (3) *A vida do espírito* (Almeida–Abranches–Martins): o estudo leu o livro em espanhol. (4) *Entre o passado e o futuro* (Barbosa); *Homens em tempos sombrios* e *Sobre a revolução* (Bottmann); *Responsabilidade e julgamento* (Eichenberg); *Lições* (Duarte); *A promessa da política* (Jorgensen). (5) Originais: *The Life of the Mind*, *Lectures on Kant*, *Responsibility and Judgment*, *Vita activa* (Piper 1960, 1981, 1994, 2020), *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft* (Piper 2005; EVA 2008), *Der Liebesbegriff bei Augustin*, a edição de 1951 de *The Origins*, a edição ampliada de 1968 de *Between Past and Future*. (6) *Condition de l'homme moderne*, Fradier, e o prefácio de Ricoeur (1983). (7) A edição de *Eichmann em Jerusalém* (Siqueira) foi aberta, mas sem marcas de página; o Prólogo diz que ela "chega por via secundária", o que deve ser corrigido ou explicado.
Passagens com [página a confirmar], [localização a confirmar] ou [tese a confirmar], por capítulo e seção	**Prólogo**: as marcas gerais e as duas divergências inglês/alemão. **Cap. 1**: (1) 1.1, autoria própria da *Vita activa* [tese a confirmar]; Correia, "amor ao mundo", página. (2) 1.2, carta a Jaspers de 1951, p. 166, dia da carta. (3) 1.3, *animal laborans* e *homo faber* (pp. 95–96, 173), localização; cap. VI, p. 322, seção. (4) 1.4, Piper 2020, pp. 215–217; Pereira Dinis, página. (5) 1.7, cap. II, p. 71, seção. (6) 1.8, *On Revolution*, cap. 2, páginas e início da frase. (7) 1.9, Siqueira, páginas; Piper, página. (8) 1.10, "Pensar e considerações morais", data e página; Taurus, páginas. (9) 1.11, Lafer, Benhabib e Agamben [tese a confirmar]; *Homens em tempos sombrios*, Prefácio, p. ix. (10) Fontes: o item 69 está numerado duas vezes e deve ser corrigido. **Cap. 2**: (11) 2.4, Paidós p. 207, seção; Agostinho, *Confissões* IV, 7, 12, página. (12) 2.7, Siqueira, página. (13) 2.8, Ricoeur lendo Arendt sobre a promessa [tese a confirmar]. **Cap. 3**: (14) 3.1, cap. II, p. 71; Correia, página. (15) 3.5, Lafer e Agamben [tese a confirmar]. (16) 3.7 e 3.8, Siqueira, Piper, *On Revolution*, página, e a página da frase de *Billy Budd*; Bernstein, a revisão do mal radical ao banal [tese a confirmar]. **Cap. 4**: (17) 4.1, "Sócrates", edição e página. (18) 4.2, Pereira Dinis; Canovan; Stark; Santos. (19) 4.3, recusa estoica. (20) 4.5, "o trabalho criou o homem" (atribuição). (21) 4.6, o ensaio de 1946, Kierkegaard, Heidegger. (22) 4.7, Bell e Topolski, prefácio de 1983, página do perdão e da punição (cap. V, §33). (23) 4.8, "pessoal, nunca individual" no Cânon v1.2 (localização), Taylor e a *SEP*. (24) 4.9, o Oriente. **Cap. 5**: (25) Marcel, Taylor (paráfrases, localização). (26) A correspondência Arendt–Jaspers. (27) Han, p. 43. (28) Laudatio de Jaspers, pp. 479 e 485, inferidas. (29) Cap. VI, p. 322, seção. **Cap. 6**: (30) *Homens em tempos sombrios*, Prefácio, p. ix, localização (ver 1.11).
Passagens traduzidas pelo estudo	(1) Do inglês, entre outras: "tornar-se rasa" (CH p. 71); "sociedade de empregados" (CH p. 322); "torná-los supérfluos como seres humanos" (carta de 1951, via Bernstein); "autêntica incapacidade de pensar" (via Assy); "a luz de uma vela ou a de um sol ardente"; "a compaixão muda de Jesus", "capacidade de crueldade", "a máscara" (*On Revolution*); "adota a posição do cidadão do mundo de Kant" (via Han); "a interioridade da reflexividade radical" (Taylor, via Teixeira); "tornar a cidade mais verdadeira" ("Sócrates"). (2) Do espanhol: "se faz companhia a si mesmo" (Paidós, p. 207); *aislamiento*, *soledad* e *vida solitaria* (Taurus). (3) Do alemão: "não é Nada, mas

Tipo	O que falta
	Ninguém" (*nicht Nichts, sondern Niemand*, via Gerber); *gewissermassen schiere Gedankenlosigkeit*, glosado como "em certo modo". (4) Do francês: as passagens de Ricoeur que vêm pelo Estudo IX. (5) De CH §§7, 18 e 24, que o Tratado traduz do original de Chicago 1998, "a cotejar com a edição da Forense"; *Origens* cap. 13 e *A vida do espírito* I, §18 estão em paráfrase. Cada tradução deve ser cotejada com a edição brasileira ou portuguesa correspondente.
A convenção *estar só* / *desolação* / *isolamento*	(1) O estudo segue Lafer e Duarte. (2) A Forense dá *solidão* para *loneliness*; o Taurus dá *soledad*; o Paidós usa *soledad* nos dois sentidos; o alemão distingue *Isolierung*, *Einsamkeit* e *Verlassenheit*; Calvet de Magalhães dá *desamparo* e *desarrimo*; a Casa Nova/Relume dá *abandono*. (3) Falta conferir a Forense, a edição portuguesa de *Origens* e o Piper.
Divergência p. 237 / p. 243, resolvida	A frase "ninguém pode perdoar a si mesmo… sem realidade" está na p. 237 de *The Human Condition* (Chicago); "a razão mais funda" está na p. 243. Um dos documentos da pesquisa de fontes deu p. 243 para as duas; o certo é p. 237 para a primeira, como na folha de estilo. Nada a fazer além de manter.
Intérpretes conhecidos só por intermediário ou só nomeados	(1) Por intermediário: Lafer, Duarte, Benhabib (via *SEP*), Habermas (via Villa), Taylor (via Teixeira), Ricoeur (via Estudo IX), Marcel e Jaspers (via Ricoeur), Stark. (2) Só nomeados: Agamben, Mounier, Buber, Levinas (Bell e Topolski, só o resumo), Young-Bruehl, Canovan (onde a natalidade já aparece), Jardim.
As duas divergências inglês/alemão [a confirmar]	(1) *nicht Nichts, sondern Niemand* (Piper 2020, pp. 215–217, via Gerber) contra *ante quem nullus fuit*: o alemão e o latim dizem coisas diferentes e só um exemplar de Piper decide. (2) *gewissermassen schiere Gedankenlosigkeit* (Piper, Pós-escrito, presente) contra "sheer thoughtlessness": a página do Piper e a do inglês.
Datas duvidosas	(1) A tese: 1928 ou 1929. (2) A cidadania americana: 1950 ou 1951 (10 de dezembro de 1951). (3) "Thinking and Moral Considerations": 1970 ou 1971. (4) A carta de 1951 a Jaspers: o dia.
Páginas de *Sobre a revolução* que vêm só por intermediário	(1) p. 86, via Boltanski (*Distant Suffering*, 1999) e Nitzlader (2025). (2) pp. 70–71, via Boltanski. (3) O estudo cita "Penguin 1990" nos caps. 1 e 3 e "Viking 1963" no cap. 4; o item 4.7 marca [V-pt] sem a edição de Bottmann ter sido aberta.
As frases virais e o que se achou	(1) "A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo…": confirmada em *Between Past and Future*, Viking 1961, p. 196 [V-en] (não p. 197). (2) "A triste verdade é que a maior parte do mal é feita por pessoas que nunca se decidiram…": não está em *A vida do espírito* I; Bernstein (2013) a dá como "Thinking and Moral Considerations", p. 438; o estudo não a cita. (3) "O maior mal é aquele cometido por ninguém": Giacoia Jr. (2011) cita "o maior mal perpetrado é o mal cometido por Ninguém"; nota 24: "Algumas questões de filosofia moral", Eichenberg, 2004, p. 177; página do artigo 159 ou 160 [a confirmar]. (4) "A mentira é a arma do totalitarismo": não achada. O trecho mais próximo é *Origens*, cap. 13, "O súdito ideal do domínio totalitário não é o nazista convicto…", página [a confirmar]; atribuição [a confirmar]. (5) "O trabalho criou o homem": circula como de Arendt; é de Marx ou Engels [tese a confirmar].
Divergências de edição, numeração e dados	(1) *Entre o passado e o futuro*: "Que é liberdade?" (cap. 1) ou "O que é a liberdade?" (cap. 4). (2) Pereira Dinis: 1997 (folha de estilo e cap. 1) ou "2007 ou s.d." (Estudo XII). (3) *A vida do espírito*: 2008 (folha de estilo) ou 2.ª ed., 2010 (Estudo XII). (4) Taylor, "The Politics of Recognition": p. 25 (cap. 5) ou p. 41 (Estudo XII). (5) *Sources of the Self*, p. 131: capítulo a confirmar. (6) CH pp. 5 e 322: "seção a confirmar". (7) A mesa e o "público": p. 53 (Chicago) e p. 65 (Forense 11.ª) na folha de estilo; a pesquisa achou p. 52 e p. 64. (8) §33 na Forense 2014: abre na p. 293, e não na p. 300. (9) Faixas de *Origens* por reimpressão (1989, 2004, 2012/2014). (10) Numeração dos itens 69 repetida no cap. 1.

Tipo	**O que falta**
A fórmula *initium ut esset*	(1) CH p. 177 n. 2: «Initium ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nullus fuit»; BPF p. 167: «[Initium] ut esset, creatus est homo, ante quem nemo fuit»; OT p. 479: «Initium ut esset homo creatus est»; Nuova Biblioteca (Estudo XII): «Hoc ergo ut esset». (2) A leitura de Dombart–Kalb não foi aberta. (3) A numeração é *Cidade de Deus* XII, 20, 4 = XII, 21.
O que a decisão do fundador pode resolver	Nada nas conferências é doutrina. À decisão do fundador cabem: (1) as perguntas abertas (aw) a (bd), mais as herdadas (g), (j) e (k); (2) a fórmula do 6.2; (3) o estatuto de (ax) e (ay); (4) os registros procedurais. O que as conferências fecham é só o dado de fonte.

APÊNDICE C — PAINEL DE VERIFICAÇÃO

Contagem, feita sobre o texto final, das marcas entre colchetes que acompanham citações e leituras. “Corpo” é o texto do Prólogo e dos capítulos; “Aparato” são as fontes por capítulo. Neste estudo as passagens de Arendt foram conferidas, quando possível, no inglês do original (ou no alemão, para as obras escritas em alemão), com as edições brasileiras à vista (ver o Prólogo, “Como ler este estudo”); o que não foi conferido em edição brasileira ou portuguesa vai como [V-en], [V-es] ou tradução do estudo (ver o Apêndice B).

Marca	**Total**	**Corpo**	**Aparato**
[V-en; tradução do estudo]	233	100	133
[leitura do estudo]	78	66	12
[V-en]	58	26	32
[V-pt]	49	25	24
[V-es; tradução do estudo]	33	16	17
[hipótese do estudo]	28	26	2
[tese a confirmar]	25	17	8
[V via secundária]	19	9	10
[paráfrase]	19	11	8
[V-es]	16	9	7
[… a confirmar]	14	10	4
[paráfrase; … a confirmar]	13	8	5
[V-fr; tradução do estudo]	8	4	4
[inferência do estudo]	7	7	0
[V-pt; conferido no digitalizado]	2	0	2
[tradução do estudo]	2	1	1
[v-de via secundária: gerber; tradução do estudo]	1	1	0

Citações entre aspas e palavras, por capítulo:

Capítulo	**Citações**	**Palavras**
Prólogo — O estado da questão e o método	65	4489
1. Arendt em sua melhor forma	145	5487
2. Onde nos tocamos	111	3916
3. Onde nos separamos	145	5491
4. Arendt e as casas que já visitamos	77	3864
5. Prévias: autores que virão	75	2636
6. Síntese, fórmula e questões abertas	54	3740
Total	672	29623

Toda citação do corpo foi conferida, fragmento a fragmento, contra a pesquisa de fontes do estudo e contra o Cânon v1.2, os três Tratados, a Disputatio, o Catecismo, as Meditações, as decisões do fundador e os Estudos VII, VIII e IX; nenhuma foi inventada. As que não puderam ser conferidas numa edição levam marca. Dentro das aspas fica a grafia da edição citada.